

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	24
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	25
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	79
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	155
----------------------------------	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	156
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	157
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	161

Índice

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	162
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	164
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	165

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	3.105.004	2.803.107	2.133.733
1.01	Ativo Circulante	302.455	210.679	208.401
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.205	26.872	50.421
1.01.06	Tributos a Recuperar	44.331	37.879	25.888
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	44.331	37.879	25.888
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	209.919	145.928	132.092
1.01.08.03	Outros	209.919	145.928	132.092
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	209.296	145.877	132.047
1.01.08.03.03	Outros Créditos	623	51	45
1.02	Ativo Não Circulante	2.802.549	2.592.428	1.925.332
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	77.660	189.462	171.651
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	217	137.478	137.478
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217	217
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	137.261	137.261
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	12.827
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	12.827
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	15.251	0
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	0	15.251	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	77.443	36.733	21.346
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	77.402	36.733	21.346
1.02.01.10.04	Outros Créditos	41	0	0
1.02.02	Investimentos	2.720.813	2.398.187	1.748.723
1.02.02.01	Participações Societárias	2.720.813	2.398.187	1.748.723
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	116.358	106.049	91.104
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.468.490	2.174.944	1.558.988
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	135.965	117.194	98.631
1.02.03	Imobilizado	138	338	14
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6	10	14

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	132	328	0
1.02.04	Intangível	3.938	4.441	4.944
1.02.04.01	Intangíveis	3.938	4.441	4.944
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.938	4.441	4.944

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	3.105.004	2.803.107	2.133.733
2.01	Passivo Circulante	196.375	161.143	144.163
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.538	1.312	879
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.538	1.312	879
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.538	1.312	879
2.01.02	Fornecedores	900	947	72
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	900	947	72
2.01.03	Obrigações Fiscais	34.799	23.304	18.795
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.705	23.130	18.665
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.863	0	971
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	22.183	10.228	6.365
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	9.659	12.902	11.329
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	94	174	130
2.01.05	Outras Obrigações	159.138	135.580	124.417
2.01.05.02	Outros	159.138	135.580	124.417
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	157.602	134.356	123.621
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	1.395	1.001	796
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	141	223	0
2.02	Passivo Não Circulante	25.453	20.595	4.928
2.02.02	Outras Obrigações	0	118	0
2.02.02.02	Outros	0	118	0
2.02.02.02.05	Passivo de Arrendamento	0	118	0
2.02.04	Provisões	25.453	20.477	4.928
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.095	16.994	1.445
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	19.222	16.813	1.263
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	2.298	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	575	181	182
2.02.04.02	Outras Provisões	3.358	3.483	3.483

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	3.358	3.483	3.483
2.03	Patrimônio Líquido	2.883.176	2.621.369	1.984.642
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.561.699	1.191.329	1.911.470
2.03.04.01	Reserva Legal	251.495	224.467	196.308
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.287.330	966.862	1.715.162
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.874	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.158.839	-1.050.276	-1.267.144

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	549.040	582.158	515.334
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.745	-23.634	-19.632
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.596	-10.380	-2.525
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	584.381	616.172	537.491
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	549.040	582.158	515.334
3.06	Resultado Financeiro	2.876	-6.159	-5.832
3.06.01	Receitas Financeiras	3.353	-6.016	-5.751
3.06.02	Despesas Financeiras	-477	-143	-81
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	551.916	575.999	509.502
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.354	-12.827	9.183
3.08.01	Corrente	-11.354	0	-3.644
3.08.02	Diferido	0	-12.827	12.827
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	540.562	563.172	518.685
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	540.562	563.172	518.685
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	13,2244	13,7776	12,6892
3.99.01.02	PN	14,5469	15,1553	13,9581
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	13,2244	13,7776	12,6892
3.99.02.02	PN	14,5469	15,1553	13,9581

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	540.562	563.172	518.685
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-107.934	217.358	188.293
4.02.01	Remensuração de Obrigaçāo de Planos de Benefício Definido, Líquido de Tributos	29.327	217.358	188.293
4.02.02	Ativo mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-137.261	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	432.628	780.530	706.978

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-76.752	-54.107	-39.845
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-25.987	-22.681	-26.595
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSLL	551.916	575.999	509.502
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.220	2.194	1.975
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-584.381	-616.172	-537.491
6.01.01.04	Juros e variações monetárias	-138	-216	0
6.01.01.05	IR e CSLL pagos	0	0	-971
6.01.01.06	Juros Pagos	-20	-35	0
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contigências Passivas	4.976	15.549	390
6.01.01.08	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-560	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-50.765	-31.426	-13.250
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-40.669	-15.387	1.995
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-6.452	-11.991	-14.983
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	226	433	194
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-4.164	-5.555	-5
6.01.02.17	Fornecedores	-47	875	-956
6.01.02.19	Outras Contas Ativos	-53	-6	-17
6.01.02.20	Outras Contas Passivos	394	205	522
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	241.604	153.768	129.065
6.02.01	Juros Recebidos Mútuo Celesc D	409	0	0
6.02.02	Recebimento Principal Mútuo Celesc D	15.000	0	0
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	226.195	168.768	129.065
6.02.05	Empréstimos à Partes Relacionadas	0	-15.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-143.519	-123.210	-67.250
6.03.02	Pagamento de Dividendos e JSCP	-143.270	-123.004	-67.250
6.03.04	Pagamento Passivo de Arrendamento	-249	-206	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	21.333	-23.549	21.970
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.872	50.421	28.451

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.205	26.872	50.421

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	59	-170.880	0	-170.821
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-170.880	0	-170.880
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	59	0	0	59
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	541.191	-108.563	432.628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	540.562	0	540.562
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-137.261	-137.261
5.05.02.06	Aj. Vlr Justo Outros Result. Abrangentes - Casan	0	0	0	0	-137.261	-137.261
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	629	28.698	29.327
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	629	-629	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	29.327	29.327
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	370.311	-370.311	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	370.311	-370.311	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	13	-143.816	0	-143.803
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-20.074	0	-20.074
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-123.742	0	-123.742
5.04.08	Reversão Dividendos Prescritos	0	0	13	0	0	13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	563.662	216.868	780.530
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	563.172	0	563.172
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	490	216.868	217.358
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	490	-490	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	217.358	217.358
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.140.000	0	-720.154	-419.846	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	419.846	-419.846	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	1.140.000	0	-1.140.000	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-129.460	0	-129.460
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-52.042	0	-52.042
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-77.418	0	-77.418
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	519.249	187.729	706.978
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	518.685	0	518.685
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	564	187.729	188.293
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	564	-564	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	188.293	188.293
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	389.789	-389.789	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	389.789	-389.789	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	22.669	9.731	0
7.01.02	Outras Receitas	22.669	9.731	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-31.732	-22.694	-5.727
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.732	-22.694	-5.727
7.03	Valor Adicionado Bruto	-9.063	-12.963	-5.727
7.04	Retenções	-2.220	-2.194	-1.975
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.220	-2.194	-1.975
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-11.283	-15.157	-7.702
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	609.962	623.111	543.105
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	584.381	616.172	537.491
7.06.02	Receitas Financeiras	21.576	2.613	808
7.06.03	Outros	4.005	4.326	4.806
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	598.679	607.954	535.403
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	598.679	607.954	535.403
7.08.01	Pessoal	18.830	16.100	12.661
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.280	15.288	11.608
7.08.01.02	Benefícios	676	560	385
7.08.01.03	F.G.T.S.	874	252	668
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.617	28.508	3.710
7.08.02.01	Federais	37.388	28.265	3.558
7.08.02.03	Municipais	1.229	243	152
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	670	174	347
7.08.03.01	Juros	477	143	81
7.08.03.02	Aluguéis	193	31	266
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	540.562	563.172	518.685
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	170.880	123.742	77.418
7.08.04.02	Dividendos	0	20.074	52.042
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	369.682	419.356	389.225

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	11.628.067	11.958.245	10.667.254
1.01	Ativo Circulante	3.678.616	3.765.568	3.955.299
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	940.684	844.088	1.166.205
1.01.03	Contas a Receber	1.758.933	1.931.011	1.918.725
1.01.03.01	Clientes	1.584.123	1.697.665	1.623.760
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	1.908.703	2.244.793	2.141.621
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-324.580	-547.128	-517.861
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	174.810	233.346	294.965
1.01.04	Estoques	20.019	13.556	12.313
1.01.06	Tributos a Recuperar	699.238	572.007	591.837
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	699.238	572.007	591.837
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	259.742	404.906	266.219
1.01.08.03	Outros	259.742	404.906	266.219
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	17.536	34.115	0
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	102.861	0
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	20.422	14.865	14.352
1.01.08.03.04	Outros Créditos	133.541	167.063	171.161
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	40.019	36.771	33.674
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	47.086	49.231	47.032
1.02	Ativo Não Circulante	7.949.451	8.192.677	6.711.955
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.143.744	3.893.561	2.623.539
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	217	137.478	137.478
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217	217
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Negociáveis	0	137.261	137.261
1.02.01.04	Contas a Receber	19.273	30.245	32.454
1.02.01.04.01	Clientes	16.775	141.826	143.850
1.02.01.04.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	0	-114.614	-114.614
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	2.498	3.033	3.218

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.07	Tributos Diferidos	709.023	708.001	884.423
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	709.023	708.001	884.423
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.415.231	3.017.837	1.569.184
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	524.780	1.020.876	109.904
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	359.870	329.106	291.869
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.008.038	757.193	612.637
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	76.448	470.286	286.861
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	306.791	292.578	267.913
1.02.01.10.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	15.000	0
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	139.304	132.798	0
1.02.02	Investimentos	363.279	311.666	268.933
1.02.02.01	Participações Societárias	363.279	311.666	268.933
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	227.314	194.472	170.302
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	135.965	117.194	98.631
1.02.03	Imobilizado	133.865	128.813	201.427
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.945	35.991	138.404
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	7.765	14.341	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	90.155	78.481	63.023
1.02.04	Intangível	4.308.563	3.858.637	3.618.056
1.02.04.01	Intangíveis	4.308.563	3.858.637	3.618.056
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.258.464	3.806.354	3.610.710
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	46.161	47.842	0
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	3.938	4.441	7.346

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	11.628.067	11.958.245	10.667.254
2.01	Passivo Circulante	3.757.419	3.282.108	3.522.162
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	227.670	214.708	211.656
2.01.01.01	Obrigações Sociais	227.670	214.708	211.656
2.01.02	Fornecedores	1.016.513	1.088.186	1.224.547
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.016.513	1.088.186	1.224.547
2.01.03	Obrigações Fiscais	289.797	910.696	370.858
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	118.891	58.496	94.368
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	30.996	2.235	15.362
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	49.419	43.608	70.171
2.01.03.01.03	Outros	38.476	12.653	8.835
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	168.346	850.543	274.512
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.560	1.657	1.978
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	507.699	176.554	968.493
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	297.229	23.559	865.901
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	262.833	5.404	860.552
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.396	18.155	5.349
2.01.04.02	Debêntures	210.470	152.995	102.592
2.01.05	Outras Obrigações	1.473.502	672.437	548.707
2.01.05.02	Outros	1.473.502	672.437	548.707
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	157.602	134.356	123.621
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	56.066	295.631	177.921
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	753.564	39.826	142.491
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	1.579	6.216	0
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	1.144	102.861	0
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a serem Restituídos a Consumidores	366.981	0	0
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	136.566	93.547	104.674
2.01.06	Provisões	242.238	219.527	197.901

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	242.238	219.527	197.901
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	242.238	219.527	197.901
2.02	Passivo Não Circulante	4.987.472	6.054.768	5.160.450
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.941.569	1.845.411	992.959
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.545.926	1.229.741	789.043
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	414.003	97.818	83.870
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.131.923	1.131.923	705.173
2.02.01.02	Debêntures	395.643	615.670	203.916
2.02.02	Outras Obrigações	897.732	1.883.119	1.330.797
2.02.02.02	Outros	897.732	1.883.119	1.330.797
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	50.410	50.032	60.264
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	106.643	70.745	183.078
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	0	5.250	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	733.963	1.748.472	1.087.455
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	6.716	8.620	0
2.02.03	Tributos Diferidos	89.214	82.592	24.469
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	89.214	82.592	24.469
2.02.04	Provisões	2.058.957	2.243.646	2.812.225
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.935.507	2.040.717	2.546.272
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	30.847	26.461	19.677
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	45.704	43.601	45.002
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.659.937	1.798.736	2.319.432
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	199.019	171.919	162.161
2.02.04.02	Outras Provisões	123.450	202.929	265.953
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	121.027	184.280	247.250
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	2.423	18.649	18.703
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.883.176	2.621.369	1.984.642
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000	1.340.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03.02	Reservas de Capital	316	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.561.699	1.191.329	1.911.470
2.03.04.01	Reserva Legal	251.495	224.467	196.308
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.287.330	966.862	1.715.162
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.874	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.158.839	-1.050.276	-1.267.144

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.082.841	11.341.550	8.858.700
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	8.475.008	9.489.097	7.390.246
3.01.02	Receita de Construção - CPC 47	1.199.188	710.904	592.475
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	392.960	1.121.176	869.317
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	15.685	20.373	6.662
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.643.860	-10.054.509	-7.654.978
3.02.01	Custo das Mercadorias Vendidas	-6.551.788	-8.571.837	-6.318.469
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-13.806	1.140	-12.622
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-879.078	-772.908	-731.412
3.02.04	Custo de Construção - CPC 47	-1.199.188	-710.904	-592.475
3.03	Resultado Bruto	1.438.981	1.287.041	1.203.722
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-636.634	-489.671	-522.087
3.04.01	Despesas com Vendas	-211.216	-222.486	-147.010
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-565.553	-353.817	-413.143
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	60.790	13.949	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-18.517
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	79.345	72.683	56.583
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	802.347	797.370	681.635
3.06	Resultado Financeiro	-82.693	24.159	43.080
3.06.01	Receitas Financeiras	455.591	258.065	231.087
3.06.02	Despesas Financeiras	-538.284	-233.906	-188.007
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	719.654	821.529	724.715
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-179.092	-258.357	-206.030
3.08.01	Corrente	-188.600	-135.785	-178.486
3.08.02	Diferido	9.508	-122.572	-27.544
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	540.562	563.172	518.685
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	540.562	563.172	518.685
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	540.562	563.172	518.685

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	13,2244	13,7776	12,6892
3.99.01.02	PN	14,5469	15,1533	13,9581
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	13,2244	13,7776	12,6892
3.99.02.02	PN	14,5469	15,1533	13,9581

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	540.562	563.172	518.685
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-107.934	217.358	188.293
4.02.01	Remensuração de Obrigaçāo de Planos de Benefício Definido, Líquido de Tributos	29.327	217.358	188.293
4.02.02	Ativo Mensurado ao Valor Justo por Meio de Outros resultados Abrangentes	-137.261	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	432.628	780.530	706.978
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	432.628	780.530	706.978

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	867.915	378.279	913.320
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.243.869	958.861	853.299
6.01.01.01	Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	719.654	821.529	724.715
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	277.082	245.705	240.924
6.01.01.03	Repactuação Risco Hidrológico - GSF	0	-45.879	0
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-79.345	-72.683	-56.583
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-83.813	-143.592	-45.570
6.01.01.06	IR e CSLL pagos	-10.911	-168.290	-172.850
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias	524.964	280.449	172.708
6.01.01.09	Juros pagos	-304.098	-117.944	-84.199
6.01.01.10	Baixa de Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamentos	-45	-4	0
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	125.061	-7.474	55.263
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contigências Passivas	-45.890	-47.883	-13.437
6.01.01.13	Provisão/Reversão para Perdas de Ativos	516	42	-1.403
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	61.215	172.086	46.720
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-15.685	-20.373	-6.662
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	73.126	62.231	-6.491
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.553	668	164
6.01.01.20	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	485	273	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-375.954	-580.582	60.021
6.01.02.01	Ativo Bônus Escassez Hídrica	101.723	0	0
6.01.02.02	Ativos Financeiros – (CVA, Bonificação de Outorga, Ind. Projeto Básico Usina Pery)	871.755	-567.433	-576.660
6.01.02.03	Contas a Receber	120.237	-70.933	-453.886
6.01.02.04	Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	2.145	-2.199	6.204
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	368.865	-891.142	459.683
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-30.764	-37.237	-120.815
6.01.02.07	Estoques	-6.463	-1.243	2.383
6.01.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.000	-15.000	10.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	23.209	2.724	2.933
6.01.02.11	Passivo Bônus Escassez Hídrica	-101.717	0	0
6.01.02.13	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	-778.357	579.802	0
6.01.02.14	Fornecedores	-71.673	-136.361	227.822
6.01.02.15	Tributos a Recolher	-802.893	562.279	149.654
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	13.340	-7.180	11.586
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-215.462	-1.794	-1.553
6.01.02.18	Passivo Financeiro - CVA	312.246	230.260	454.519
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-234.915	-219.248	-131.125
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	37.770	-5.877	19.276
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.008.923	-613.239	-526.755
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intangível	-1.029.630	-641.208	-552.758
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	-18.712	-3.333	-9.875
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	39.419	31.302	35.878
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	237.604	-87.157	213.459
6.03.02	Pagamento de Dividendos e JSCP	-143.270	-123.004	-67.250
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-64.663	-931.219	-423.307
6.03.04	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	610.000	531.107	770.318
6.03.06	Ingressos de Debêntures	0	545.450	35.659
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-157.981	-101.962	-101.961
6.03.08	Custos na Liquidação de Debêntures	-95	0	0
6.03.09	Pagamento Passivo de Arrendamento	-6.387	-7.529	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	96.596	-322.117	600.024
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	844.088	1.166.205	566.181
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	940.684	844.088	1.166.205

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	59	-170.880	0	-170.821	0	-170.821
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-170.880	0	-170.880	0	-170.880
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	59	0	0	59	0	59
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	541.191	-108.563	432.628	0	432.628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	540.562	0	540.562	0	540.562
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-137.261	-137.261	0	-137.261
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-137.261	-137.261	0	-137.261
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	629	28.698	29.327	0	29.327
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	629	-629	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	29.327	29.327	0	29.327
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	370.311	-370.311	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	370.311	-370.311	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642	0	1.984.642
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642	0	1.984.642
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	13	-143.816	0	-143.803	0	-143.803
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-20.074	0	-20.074	0	-20.074
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-123.742	0	-123.742	0	-123.742
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	13	0	0	13	0	13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	563.662	216.868	780.530	0	780.530
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	563.172	0	563.172	0	563.172
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	490	216.868	217.358	0	217.358
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	490	-490	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	217.358	217.358	0	217.358
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.140.000	0	-720.154	-419.846	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	419.846	-419.846	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital	1.140.000	0	-1.140.000	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124	0	1.407.124
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124	0	1.407.124
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-129.460	0	-129.460	0	-129.460
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-52.042	0	-52.042	0	-52.042
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-77.418	0	-77.418	0	-77.418
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	519.249	187.729	706.978	0	706.978
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	518.685	0	518.685	0	518.685
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	564	187.729	188.293	0	188.293
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	564	-564	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	188.293	188.293	0	188.293
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	389.789	-389.789	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	389.789	-389.789	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642	0	1.984.642

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	16.132.504	17.028.889	13.859.779
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.703.574	16.137.115	13.036.220
7.01.02	Outras Receitas	303.427	243.101	209.100
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.199.188	710.904	592.475
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-73.685	-62.231	21.984
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.064.803	-10.696.525	-8.042.823
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.222.973	-9.417.467	-6.926.897
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-642.126	-568.112	-524.854
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-516	-42	1.403
7.02.04	Outros	-1.199.188	-710.904	-592.475
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-1.199.188	-710.904	-592.475
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.067.701	6.332.364	5.816.956
7.04	Retenções	-277.565	-245.980	-240.924
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-277.565	-245.980	-240.924
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.790.136	6.086.384	5.576.032
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	580.489	360.401	310.925
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	79.345	72.683	56.583
7.06.02	Receitas Financeiras	496.633	283.096	249.273
7.06.03	Outros	4.511	4.622	5.069
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.370.625	6.446.785	5.886.957
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.370.625	6.446.785	5.886.957
7.08.01	Pessoal	798.972	608.815	692.603
7.08.01.01	Remuneração Direta	512.494	483.661	519.893
7.08.01.02	Benefícios	253.169	98.397	147.415
7.08.01.03	F.G.T.S.	33.309	26.757	25.295
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.490.698	5.008.307	4.437.875
7.08.02.01	Federais	3.024.270	2.319.000	2.163.372
7.08.02.02	Estaduais	2.461.420	2.686.786	2.271.958

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.02.03	Municipais	5.008	2.521	2.545
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	540.393	266.491	237.794
7.08.03.01	Juros	528.029	254.904	215.546
7.08.03.02	Aluguéis	12.364	11.587	22.248
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	540.562	563.172	518.685
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	170.880	123.742	77.418
7.08.04.02	Dividendos	0	20.074	52.042
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	369.682	419.356	389.225

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em um ano de retomada pós-pandemia, mas marcado pela ocorrência de eventos climáticos adversos, como ciclones, temperaturas abaixo da média nacional em pleno outono, chuvas intensas e frio fora de época, após severa crise hídrica que assolou o país, a Celesc venceu desafios e deu importantes passos na construção de um futuro em que reafirma sua vocação e compromisso de fornecer energia elétrica de qualidade para o desenvolvimento e o bem-estar de quem nasce e trabalha em (e por) Santa Catarina.

Entre os investimentos realizados, destaque para as obras estruturantes, que garantem o desenvolvimento do sistema elétrico no estado. Nesse período, foram concluídas, ampliadas e realizadas melhorias em 12 subestações (SEs), como a inauguração da SE Barra Velha Sertãozinho e da SE Itapema Meia-Praia, além da ampliação das SEs Ituporanga, Joinville I, São Joaquim, Laguna e São José do Cedro, obras com significativo impacto no aumento da energia disponível e na confiabilidade do sistema elétrico em suas respectivas áreas de atuação.

Para 2023, novas SEs estão em execução ou contratação – em Abelardo Luz, no oeste catarinense, em Palhoça e em Santo Amaro da Imperatriz, na grande Florianópolis, e em Guaramirim e em Joinville, no norte do estado, entre outras melhorias, como outras quatro subestações já existentes, que passam pela ampliação da sua capacidade, e mais três com ampliação em fase de contratação.

Em relação às metas técnicas, em 2022 a Celesc D apresentou ótimos resultados nos indicadores de continuidade de energia. Considerando uma janela móvel de doze meses, o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) foi de 8,73 horas, enquanto o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção de Energia) ficou em 6,03 interrupções, abaixo do estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Já na área comercial da Celesc D, o foco esteve na melhoria de processos em atendimentos de primeiro nível, tanto de forma presencial quanto nos canais digitais, com destaque para a disponibilização do parcelamento dos débitos vencidos por meio de cartão de crédito, o novo contrato de prestação de serviço para gerenciamento de filas/senhas, com ampliação dos serviços de vídeo-atendimento, e o foco contínuo em capacitações dos atendentes comerciais.

Como consequência dessas e de outras ações, em 2022, a Celesc D manteve o reconhecimento do setor elétrico e dos consumidores, recebendo o Prêmio ANEEL de Qualidade 2021 e sendo consagrada como a melhor distribuidora da região Sul e como a terceira melhor de todo o país entre as 33 empresas que atendem mais de 400 mil unidades consumidoras. A premiação resulta de pesquisa de opinião realizada anualmente pela agência reguladora e afere o índice de satisfação do consumidor residencial em relação aos serviços prestados, avalia a qualidade do fornecimento de energia, o atendimento e a confiança nas concessionárias.

Destaque também para a realização do 1º Prêmio de Segurança Olívio Villa Nova Neto, um reconhecimento às unidades organizacionais e empresas parceiras da Celesc com um olhar diferenciado para a área de segurança. A premiação representa um novo momento da segurança do trabalho na Companhia, cujas diretrizes comportamentais buscam o Acidente Zero como meta permanente.

Na área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a Companhia segue operando dentro das diretrizes estabelecidas com seu programa de P&D, desenvolvendo trabalhos em temas como Mobilidade Elétrica, Segurança do Trabalho, Robótica, Meio Ambiente, Geração Eólica e Digitalização. Nos programas de P&D e Eficiência Energética foram investidos R\$37,5 milhões, destacando-se projetos reconhecidos pelo Prêmio CIER de Inovação 2022, nas categorias Digitalização e Descarbonização, com 3º lugar para o Projeto de Realidade Virtual, que utiliza a tecnologia de RV na capacitação de técnicos, engenheiros e eletricistas que atuam no sistema elétrico, e 1º lugar para o Corredor Elétrico Catarinense, considerado um dos maiores do país, com mais de 1.500 quilômetros de rotas eletrificadas, desenvolvido em parceria com a Fundação CERTI.

Para estimular e promover o uso consciente e eficiente de energia elétrica em diferentes segmentos da sociedade, a Celesc D promove projetos na área de Eficiência Energética. O destaque para 2022 é o início do Projeto “Hospitais Filantrópicos 3”, que irá investir mais de R\$7,5 milhões na modernização dos equipamentos de 7 hospitais filantrópicos em Santa Catarina, o que irá beneficiar, direta e indiretamente, mais de 4 milhões de catarinenses, com os serviços ofertados por essas instituições.

Também no âmbito da eficiência energética, a Celesc D segue trabalhando em ações de modernização do sistema de iluminação pública. Ao todo, já foram investidos mais de R\$15,0 milhões em 19 municípios. Em 2022, foram iniciados os projetos nos municípios de Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, Urubici e Urupema, todos selecionados por meio de Chamada Pública.

Todas essas ações, que continuam sendo aperfeiçoadas de forma ininterrupta, culminaram em um importante reconhecimento: pela primeira vez em sua história, a Celesc conquistou a Certificação Great Place to Work – GPTW (Melhores Empresas para Trabalhar), um selo com reconhecimento global, que fortalece a marca da Companhia no mercado e aumenta sua visibilidade, além de promover maior atração e retenção de talentos. O GPTW apoia organizações a obter melhores resultados por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação. Desta forma, a Empresa consegue ouvir seus (suas) empregados (as) e identificar ações que devem ser mantidas ou melhoradas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Já na Geração de Energia e Novos Negócios, a Celesc G investiu cerca de R\$13,8 milhões na modernização e ampliação do seu parque gerador e aportou R\$18,7 milhões nas suas participadas.

A entrega técnica da primeira Usina Solar Fotovoltaica do seu parque gerador, a Usina Solar Lages I, ocorreu no fim do ano passado. O empreendimento tem capacidade instalada de 1.000 kW (quilowatt), e teve investimento aproximado de R\$4,6 milhões.

A Celesc G já trabalha em novas plantas solares e prevê entregar, já a partir do primeiro semestre de 2023, outras seis usinas solares fotovoltaicas em diferentes regiões da sua área de concessão, com potência instalada total de 11.000 kW. Já no segmento hídrico, serão desenvolvidas durante este ano as obras de reativação de centenária Usina Maruim, patrimônio histórico catarinense, localizada em São José, um projeto da ordem de R\$9 milhões.

No que se refere aos resultados, em 2022, o EBITDA Consolidado atingiu o total de R\$1,08 bilhão. Comparando-o com o mesmo período de 2021, R\$1,04 bilhão, esse total representa um aumento de aproximadamente 3,49%, refletindo a resiliência da Companhia frente a um cenário adverso, por meio do bom desempenho das receitas e despesas no período. O Lucro Líquido apurado foi de R\$540,56 milhões no ano, frente a R\$563,17 milhões do ano anterior, refletindo uma pequena diminuição de aproximadamente 4,01% entre os períodos.

Em 2022, foi aplicado R\$1,33 bilhão para expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão. Desse total, R\$1,29 bilhão foi aplicado pela subsidiária Celesc D e R\$32,54 milhões pela subsidiária Celesc G, com incremento total de 70,56% em relação ao volume registrado em 2021, que foi de R\$777,07 milhões.

Com foco na eficiência de processos e do uso de recursos, a Companhia segue investindo para a melhoria contínua do atendimento ao consumidor, pautada nos indicadores sociais e de qualidade do serviço, promovendo a manutenção do fornecimento de energia para a sociedade catarinense e fomentando a economia do estado, ações que consolidam a Celesc como uma das engrenagens que promovem o crescimento da economia estadual.

No intuito de fomentar essa construção diária, agradecemos o envolvimento de todos que executam atividades pertinentes ao negócio da Celesc, que empenham sua energia e perseguem, de forma incansável, a promoção de mais qualidade de vida aos catarinenses e de resultados positivos aos acionistas.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, da Manifestação do Conselho de Administração – CA e do Relatório dos Auditores Independentes.

Este Relatório é prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, mas está à disposição para acesso público nos websites da Celesc, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da B3, sendo ainda publicado de forma reduzida em mídia impressa e de forma completa na página da internet, em jornal de grande circulação, no município onde está localizada a sede da Companhia, de acordo com a legislação brasileira.

Ainda com vistas à homogeneidade da comunicação com os seus diversos públicos, a Companhia divulga anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade, desenvolvido conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative – GRI, disponível no portal de Relações com Investidores, no endereço: <https://ri.celesc.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>.

A Companhia publicou em 2022, o seu primeiro Relatório ESG, disponível no portal de Relações com Investidores, no endereço: <https://ri.celesc.com.br/relatorio-esg/>.

1. GRUPO CELESC

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma empresa do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *Holding* em 2006, a Companhia possui duas subsidiárias integrais: Celesc Geração S.A. – Celesc G e a Celesc Distribuição S.A. – Celesc D.

Além disso, a Celesc detém o controle acionário em conjunto da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN e do Projeto da Usina Elétrica Cubatão.

Seu acionista controlador é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias. As demais ações ordinárias estão assim distribuídas: Energias do Brasil S.A. – EDP – 33,11%, Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS – 8,63%, Geração L Par Fundos de Investimentos – 2,97%, Eletrobras – 0,03%, outros investidores – 5,09%.

Do total da Companhia, o Governo do Estado detém 20,20%, Energias do Brasil S.A. – EDP – 29,90%, Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS – 4,07%, Geração L Par Fundos de Investimentos – 9,36%, Eletrobras – 10,75%, Alaska Poland FIA 9,16% e outros investidores – 16,56%.

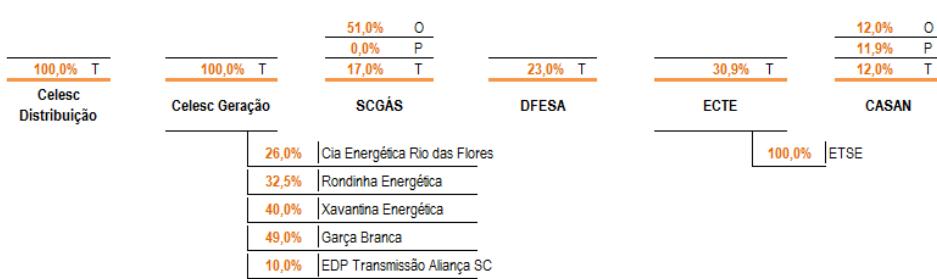
ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

dezembro/2022

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF LPPAR FIA	ELETROBRAS	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	8,63% ON	2,97% ON	0,03% ON	0,00% ON	5,09% ON
0,00% PN	27,73% PN	1,00% PN	13,67% PN	17,98% PN	15,34% PN	24,28% PN
20,20% T	29,90% T	4,07% T	9,36% T	10,75% T	9,16% T	16,56% T



O = Ordinárias
 P = Preferenciais
 T = Total



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.1. Prêmios, Certificações e Reconhecimentos

1.1.1. Prêmio ANEEL

A premiação resulta de pesquisa de opinião realizada anualmente pela ANEEL, aferindo índice de satisfação do consumidor residencial em relação aos serviços prestados. Também são avaliadas a qualidade do fornecimento de energia, o atendimento e a confiança nas concessionárias. Nesta edição, foram ouvidos 29.817 consumidores residenciais de 104 distribuidoras entre agosto e outubro de 2021, em 621 municípios em todo o Brasil. As questões abordaram o nível de satisfação do consumidor de forma geral, a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados, o atendimento e a confiança na distribuidora.

1.1.2 Prêmio ABRADEE

Em virtude da importância atribuída à premiação, seus critérios e indicadores integram metas do Plano Diretor Celesc 2025-2035 e são desdobradas nos Acordos de Desempenho, com vistas a atender o objetivo estratégico de garantir práticas éticas e sustentáveis, ambiental e socialmente.

O Prêmio ABRADEE reconhece as melhores distribuidoras do setor, entre as 41 concessionárias – estatais e privadas – atuantes em todas as regiões do país. Ele estimula a cooperação e a melhoria da gestão das empresas associadas, por meio do reconhecimento de seus esforços em várias categorias, que se estendem da Gestão Econômico-Financeira e Gestão Operacional à Responsabilidade Social. A cada ano, a premiação incorpora aprimoramentos e aumenta sua transparência e credibilidade, consolidando-se como referencial da qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica no Brasil.

1.1.3. Prêmio CIER de Inovação 2022 – Etapas Nacional e Internacional

Por ter ficado em 1º lugar na Etapa Nacional, o Projeto Eletropostos Celesc se classificou para a etapa Internacional do Prêmio, onde conquistou o Prêmio de 3º lugar. A cerimônia de premiação aconteceu em novembro de 2022, em Assunção – Paraguai.

1.1.4. Prêmio ABRACONEE para Demonstrações Financeiras

O Prêmio é conferido anualmente pela ABRACONEE às empresas que se destacam nos quesitos conteúdo, correção gramatical, apresentação gráfica, elaboração das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração, Balanço Social e Notas Explicativas.

As dimensões dos indicadores foram elaboradas considerando a abrangência das demonstrações contábeis e informações financeiras gerais, além de informações relacionadas às atividades operacionais, aos investimentos na operação, aos riscos e estrutura de capital e aos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança – ESG.

1.1.5. Prêmio 500 Maiores do Sul

A premiação é realizada há 32 anos pelo Grupo Amanhã com o apoio técnico da PricewaterhouseCoopers - PwC.



Prêmio ANEEL de Qualidade 2021

Melhor distribuidora da região Sul e como Terceira melhor de todo o País, entre as 33 empresas que atendem mais de 400 mil Ucs



Prêmio ABRADEE 2022

Terceira melhor distribuidora da região Sul na premiação promovida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE)



Prêmio CIER de Inovação 2022

A Celesc recebeu o 1º lugar na categoria **Descarbonização** com o projeto **Eletropostos Celesc** e o 3º lugar como o **Projeto de Realidade Virtual** para treinamento de eletricistas na categoria **Digitalização**



Prêmio 500 Maiores do Sul

A Celesc conquistou a 6ª posição entre as 100 maiores empresas de Santa Catarina e o 20º lugar entre as 500 maiores empresas do Sul do Brasil



Prêmio ABRACONEE

Dupla premiação pelas melhores divulgações das demonstrações contábeis em 2021:
1º lugar para a Celesc Geração na categoria "Empresa de Médio Porte" e
2º lugar para a Celesc Holding na categoria "Holding"

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.1.6. Certificação de Responsabilidade Social da ALESC

A certificação, promovida pela Assembleia Legislativa do Estado – ALESC, em parceria com outras instituições, considera requisitos como transparência nas relações institucionais, comprometimento com o bem-estar dos catarinenses e a preservação ambiental de Santa Catarina, e tem o objetivo de reconhecer e destacar empresas privadas, públicas e organizações sem fins lucrativos que tenham responsabilidade social como política de gestão.

1.1.7. Empresa Cidadã FIESC

A certificação de Empresa Cidadã pelo Programa Novos Caminhos é uma iniciativa da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude – CEIJ, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina junto com a Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC e com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC. A iniciativa condecorada foi o Programa Jovem Aprendiz desenvolvido pela Companhia, que oportuniza a jovens — principalmente moradores de casas-lares e/ou em situação de vulnerabilidade social — a experiência do primeiro emprego e a inserção no mercado de trabalho.

1.1.8. Certificação Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON – FAHECE

O certificado é de Instituição Doadora aos projetos de Melhorias no Atendimento aos Pacientes com Câncer de Próstata do Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON) e de Reforma da Casa de Apoio do CEPON. O reconhecimento decorre da possibilidade dada aos clientes da Companhia de realizar doações para a entidade, por meio de convênio via fatura de energia elétrica. Nesta ação, os valores são repassados integralmente ao CEPON.

1.1.9. Homenagem do Prêmio Desterro

O Prêmio Desterro homenageou a Celesc D pelo apoio cultural concedido ao 11º Festival de Dança de Florianópolis, por meio de patrocínio via Lei de Incentivo Fiscal.

1.1.10. Empresa Amiga da Criança

A Fundação ABRINQ reconheceu a Celesc como “Empresa Amiga da Criança”, em virtude dos compromissos assumidos na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

1.1.11. Childhood Brasil

Outro relevante reconhecimento confirmado mais uma vez foi feito pela Childhood Brasil, pelo compromisso e atuação da Celesc na proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual, por meio do programa “Na Mão Certa”.

1.1.12. Empresa “Amiga do Bolshoi”

Entre os reconhecimentos de instituições sociais, culturais e esportivas por sua contribuição voluntária em diversos projetos, no ano passado a Celesc recebeu o título de Empresa “Amiga do Bolshoi”, pelo patrocínio via Lei de Incentivo à Cultura, à Escola de Ballet Bolshoi.

1.1.13. Instituto Guga Kuerten

O Instituto Guga Kuerten, que atua em comunidades de vulnerabilidade social na Grande Florianópolis, também prestou homenagens à Celesc e outros parceiros por patrocínios concedidos via Lei de Incentivo Fiscal, que os permitem desenvolver seus projetos.



Certificação de Responsabilidade Social da ALESC



Certificação como Empresa Cidadã FIESC



Certificação Empresarial FAHECE



Homenagem do Prêmio Desterro, do Festival de Dança de Florianópolis

Reconhecimento como empresa Amiga da Criança pela Abrinq



Reconhecimento como empresa “Amiga do Bolshoi”



Reconhecimento da Childhood Brasil pelo combate ao abuso e exploração infantil



VAMOS ACABAR COM A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS ESTRADAS!
Instituto
Kuerten

Reconhecimento por doações ao Instituto Guga Kuerten

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.2. Destaques do Ano

1.2.1. Celesc Rural

Em 2022, a Celesc D substituiu 426 quilômetros de cabos nus por cabos protegidos em redes de distribuição, por meio do Programa Celesc Rural, somando, nos últimos quatro anos, um total de R\$341,0 milhões em investimentos incluindo as obras concluídas, em andamento e licitadas. Foram 250 mil propriedades rurais beneficiadas e 3,5 mil quilômetros de cabos nus substituídos por cabos protegidos desde o início do programa. Para melhorar o sistema elétrico e garantir segurança e confiabilidade, também foram instalados 309 religadores monofásicos e 39 religadores trifásicos, consolidando mais de quatro mil equipamentos instalados na rede de distribuição catarinense.

1.2.2. Distribuição de Juros sob Capital Próprio

Em 2022, o Conselho de Administração da Celesc aprovou o crédito de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP), no montante bruto de R\$34,7 milhões, correspondente a R\$0,84 por ação ordinária e R\$0,93 por ação preferencial, relativos ao 1º trimestre do exercício de 2022. No 2º trimestre foi aprovado o montante de R\$41,9 milhões, à razão de R\$1,02 por ação ordinária e R\$1,12 por ação preferencial. O Conselho de Administração aprovou o crédito de JSCP intermediários, relativos ao 3º trimestre de 2022, no valor bruto de R\$42,0 milhões, à razão de R\$1,02 por ação ordinária e R\$1,13 por ação preferencial.

Foi aprovado em 15 de dezembro de 2022, pelo Conselho de Administração, o crédito de JSCP intermediários, relativos ao 4º trimestre de 2022, no valor bruto de R\$52,3 milhões, à razão de R\$1,27 por ação ordinária e R\$1,40 por ação preferencial. Farão jus aos JSCP os detentores de ações de emissão da Companhia em 29 de dezembro de 2022, sendo as ações negociadas “ex-juros sobre capital próprio” a partir de 2 de janeiro de 2023.

1.2.3. Parcelamento no cartão de crédito é opção para clientes com faturas em atraso

Com o objetivo de ampliar as opções de pagamento das faturas de energia elétrica em atraso e proporcionar mais comodidade aos clientes, a Celesc D disponibilizou o parcelamento dos débitos vencidos por meio de cartão de crédito.

1.2.4. Entrada em Operação Comercial – Transmissão Aliança SC (Lote 21)

Ainda em 2022, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), autorizou a entrada em operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Aliança SC, com seis meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL.

O primeiro trecho da linha de transmissão e a subestação Siderópolis 2 da EDP Transmissão Aliança SC entraram em operação comercial no dia 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação em relação ao calendário da ANEEL.

Já em fevereiro de 2022, com seis meses de antecipação frente ao cronograma regulatório, foram concluídas as etapas restantes, correspondentes ao trecho entre litoral e serra catarinense. Com isso, o empreendimento obteve liberação total para operação comercial. Com a entrada em operação, a SPE passa a receber a RAP de R\$208,0 milhões, resultando em uma receita antecipada de R\$143,1 milhões.

A EDP Transmissão Aliança SC, uma parceria entre a EDP e a Celesc G, na proporção de 90% EDP e 10% Celesc G, foi constituída após a 1ª Etapa do Leilão nº 05/2016 e é titular de concessão referente às linhas de Transmissão LT 525 kV Siderópolis 2 – Abdon Batista; LT 525 kV Abdon Batista – Campos Novos, LT 230 kV Siderópolis 2 - Siderópolis e LT 230 kV Siderópolis 2- Forquilhinha, localizadas em Santa Catarina.

1.2.5. Celesc abre as portas da Usina Bracinho e da Usina Piraí para visitação do público

Em 2022, a Celesc G abriu as portas da Usina Bracinho, no município de Schroeder, e da Usina Piraí, em Joinville, ambas localizadas no Norte de Santa Catarina, para receber a comunidade. Dentro da programação foram realizadas ações de saúde, bem-estar e conscientização ecológica, além de atividades culturais, ecoturismo e gastronomia. Em Schroeder, a Empresa também realizou o 1º Pedal da Família, em parceria com a Prefeitura Municipal, por meio da Diretoria de Turismo do município, enquanto em Joinville foram arrecadados alimentos não perecíveis doados à Comunidade Terapêutica Vale da Luz, que trabalha com a reabilitação de dependentes de álcool e drogas da cidade.

A área em que a Usina Bracinho foi construída é de aproximadamente 4.780 hectares e tem grande relevância ambiental, pois se encontra em um dos maiores maciços florestais contínuos de Mata Atlântica do País. Já a Usina Piraí inaugurada oficialmente em fevereiro de 1908, é reconhecida como a mais antiga do Estado de Santa Catarina e, atualmente, também considerada um importante ponto turístico da região. As duas usinas são totalmente controladas a partir do Centro de Operação da Geração da Celesc G, que funciona em Florianópolis, na sede da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Usina Piraí



Usina Bracinho



Usina Bracinho

1.2.6. Certificação Great Place to Work

Pela primeira vez em sua história, a Celesc conquistou a Certificação *Great Place to Work* – *GPTW* (Melhores Empresas para Trabalhar), um selo com reconhecimento global, que fortalece a marca da Companhia no mercado e aumenta sua visibilidade, além de promover maior atração e retenção de talentos.

O *Great Place to Work* é uma consultoria global que apoia organizações a obterem melhores resultados por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação. Certifica e reconhece os melhores ambientes de trabalho em mais de cem países ao redor do mundo, em três categorias principais: grandes, médias nacionais e médias multinacionais.

1.2.7. Ativação da LD Ratones 138 kV

Com o objetivo de aumentar a confiabilidade no abastecimento e eliminar os riscos de corte de carga no atendimento a Florianópolis, em 2022 a Celesc D inaugurou duas novas linhas de distribuição conectadas à Subestação (SE) Ratones, no Norte da Ilha: uma construída com um trecho de aproximadamente 2,74 quilômetros de extensão em circuito aéreo, e outra, com cerca de 2,09 quilômetros, em circuito isolado e subterrâneo. O investimento para a execução da obra foi de R\$68,2 milhões, já contemplando a infraestrutura instalada para dois novos circuitos a serem instalados futuramente.

1.2.8. Inauguração da subestação (SE) Itapema Meia Praia

A Celesc D inaugurou a subestação (SE) Itapema Meia Praia em Itapema/SC, município em franco desenvolvimento em uma das regiões mais procuradas por turistas em todo o Estado. Com investimento de R\$32,6 milhões, o empreendimento beneficia 80,6 mil unidades consumidoras e representa um aumento de 40 MVA em disponibilidade de energia, com possibilidade de ampliação de sua potência para 120 MVA, suficiente para comportar o desenvolvimento da região pelos próximos 30 anos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.2.9. Nova frota para as equipes de combate ao furto

A Celesc D realiza frequentes operações de fiscalização para combater ações ilícitas de furto de energia elétrica, como ligações clandestinas e fraudes em medidores de consumo de energia. Para auxiliar as equipes técnicas nesse trabalho, em uma ação conjunta entre a Diretoria Comercial e a Diretoria de Finanças e Relação com os Investidores, foi investido cerca de R\$1,4 milhão na compra de 16 *pick-ups* equipadas para que seja possível inspecionar situações com indícios de irregularidades.



Aquisição de novos veículos para combate às fraudes

1.2.10. Lojas de atendimento com novo layout

Para trazer mais conforto aos clientes e aos empregados, a Celesc D está modernizando suas lojas de atendimento em todas as regiões do Estado. Os trabalhos, que incluem a troca da mobília e padronização da identidade visual, tiveram início em 2021 e seguiram ao longo de 2022, quando o processo foi concluído em mais de cem estabelecimentos. O investimento aproximado é de R\$3,0 milhões. Atualmente, a Celesc conta com 259 lojas de atendimento em toda a sua área de concessão.



Loja de Atendimento em Pomerode



Loja de Atendimento em São Joaquim

1.2.11. Projeto de Eficiência Energética aprovado pela ANEEL beneficia sete hospitais catarinenses

Também em 2022, a Celesc D teve um projeto voltado a hospitais aprovado em chamada pública da ANEEL. A proposta vai beneficiar sete hospitais no Estado de Santa Catarina e visa promover o uso eficiente e racional de energia elétrica, proporcionando economia financeira às instituições envolvidas.

As ações englobam a substituição e modernização de equipamentos antigos e sistemas de iluminação ineficientes, o condicionamento de ar e a instalação e utilização de sistemas de coletores para aquecimento solar de água e de geração de energia fotovoltaica. Os benefícios poderão ser sentidos por pacientes e funcionários que ganham espaços bem iluminados e com arejamento adequado. Nos últimos 11 anos, o programa de Eficiência Energética da ANEEL apoiou, por meio de projetos da Celesc D, mais de 90 unidades hospitalares de Santa Catarina.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.2.12. Semana da Transformação Digital estimula nova cultura na Empresa

No início do segundo semestre de 2022, a Companhia realizou a Semana da Transformação Digital, evento que contou com palestras e webinars para demonstrar iniciativas da Celesc na área digital e experiências transformadoras de outras empresas que podem impactar positivamente no dia a dia de trabalho. Na Celesc, a transformação digital ocorre por meio do uso de tecnologias que facilitam e automatizam tarefas, proporcionando a otimização dos processos empresariais.

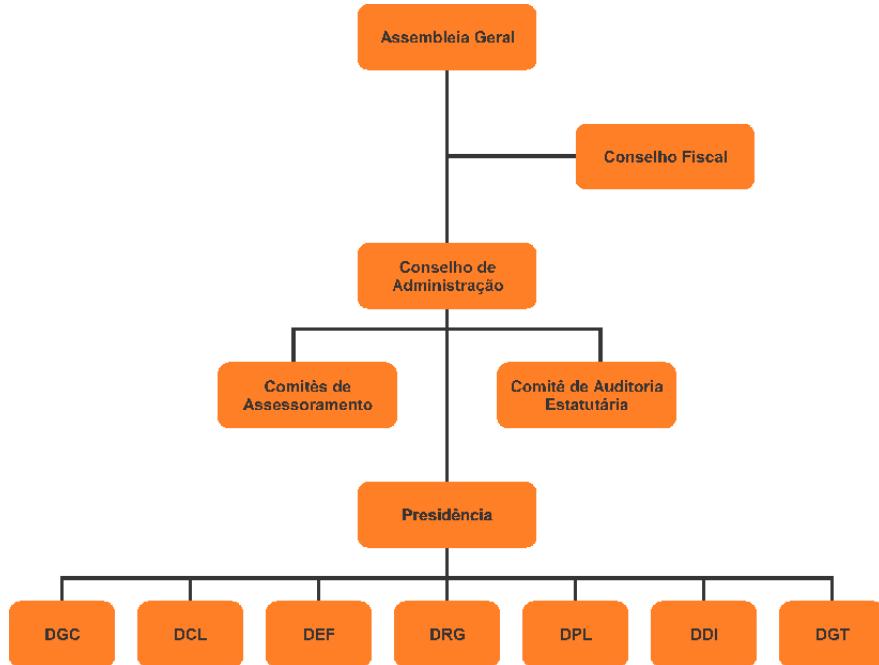
1.2.13. Prêmio Olívio Villa Nova Neto reconhece boas práticas de segurança

Outra ação de grande relevância no âmbito interno da Companhia foi a realização do 1º Prêmio de Segurança Olívio Villa Nova Neto, um reconhecimento às unidades organizacionais e empresas parceiras da Celesc que tiveram um olhar diferenciado para a área de Segurança em 2021 e que pretende fomentar a cultura de segurança na Celesc, representando um novo momento da Segurança do Trabalho na Companhia, cujas diretrizes comportamentais, em vigor desde o início de 2022, buscam o Acidente Zero como meta permanente. O evento, realizado na sede da Companhia reconheceu profissionais considerados referência nesse quesito.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Celesc foi a primeira empresa a aderir ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3. A adesão foi aprovada no dia 17 de junho de 2002 e formalizada no dia 26 do mesmo mês. O segmento de listagem Nível 2 é similar ao Novo Mercado, porém com algumas exceções. As empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN). No caso de venda de controle da empresa, é assegurado aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador, prevendo, portanto, o direito de *tag along* de 100% do preço pago pelas ações ordinárias do acionista controlador. As ações preferenciais ainda dão o direito de voto aos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a empresa, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas.

2.1. Organograma da Administração da Companhia



2.1.1. Assembleia Geral dos Acionistas

Órgão soberano, convocado e instalado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Empresa, em vigor. Possui poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto social da Celesc e tomar as resoluções necessárias e convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, inclusive com a verificação das ações adotadas pela administração.

2.1.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. O Conselho tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

É formado por 11 membros, dos quais oito são independentes (classificados de acordo com o Regulamento do Nível 2) com mandato de dois anos, sendo seis representantes do acionista majoritário, três representantes dos acionistas minoritários, um representante dos acionistas preferencialistas e um representante (eleito) pelos empregados.

A seguir, a formação do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2022:

Conselho de Administração	
Representante Acionista Majoritário	João Eduardo Noal Berbigier* (Presidente)
Representante Acionista Majoritário	Cleicio Poletto Martins
Representante Acionista Majoritário	Amir Antônio Martins de Oliveira Jr.*
Representante Acionista Majoritário	Luiz Alberton*
Representante Acionista Majoritário	Michelle Silva Wangham*
Representante Acionista Majoritário	Vanessa Evangelista Rothermel
Representante Acionistas Minoritários	Fábio William Loretj*
Representante Acionistas Minoritários	Luiz Otavio Assis Henriques*
Representante Acionistas Minoritários	Henrique Manuel M. Faria Lima Freire*
Representante Acionistas Preferencialistas	José Valério Medeiros Júnior*
Representante dos Empregados	Paulo Guilherme de Simas Horn

* Conselheiros Independentes.

2.1.3. Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente. Tem como principais atribuições supervisionar as atividades dos Auditores Independentes e das áreas de controle interno, de Auditoria Interna e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

É formado por cinco membros, sendo três representantes do Acionista Majoritário, um representante dos Acionistas Preferencialistas e um representante dos Acionistas Minoritários Ordinários.

A seguir, a formação do CAE em 31 de dezembro de 2022:

Comitê de Auditoria Estatutário	
Representante Acionista Majoritário - Michele Silva Wangham (Coordenadora)	
Representante Acionista Majoritário - Flávio Lopes Perfeito	
Representante Acionista Majoritário - Nivaldo João dos Santos	
Representante Acionistas Minoritários - Carla Renata Baptista	
Representante Acionistas Preferencialistas – Manoel José da Cunha Júnior	

2.1.4. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como principais funções analisar as Demonstrações Financeiras e discutir esses resultados com os Auditores Independentes. É formado por cinco membros, sendo três representantes do Acionista Majoritário, um representante dos Acionistas Preferencialistas e um representante dos Acionistas Minoritários Ordinários.

No quadro a seguir, a formação do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2022:

Conselho Fiscal	
Representante do Acionista Majoritário	Vladimir Arthur Fey (Presidente) Suplente: Renan Moresco Pirath
Representante do Acionista Majoritário	Gabriel Arthur Loeff Suplente: Ricardo de Souza
Representante do Acionista Majoritário	Juliano Batalha Chiodelli Suplente: Marcelo José Garcia Costa Filho
Representante dos Acionistas Minoritários	Renan Silva Sobral Suplente: Oswaldo Noce Dalla Torre
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Paulo Caio Ferraz de Sampaio Suplente:

2.1.5. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Companhia é formada por oito diretorias, sendo os Diretores indicados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2022, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria de Distribuição, Diretoria Comercial, Diretoria de Regulação e Gestão de Energia, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios e Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diretoria Executiva

Diretor Presidente	Cleicio Poletto Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	Marcos Antonio Pacheco
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios	José Carlos Ferreira Júnior
Diretor de Distribuição	Marco Aurélio Gianesini
Diretor Comercial	Vitor Lopes Guimarães
Diretor de Regulação e Gestão de Energia	Fabio Valentim da Silva
Diretor de Gestão Corporativa	Marcos Penna
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance	Pilar Sabino da Silva

2.1.6. Contabilidade

A supervisão e a responsabilidade técnica são da Gerente do Departamento de Contabilidade – DPCO, Sra. Rogéria Rodrigues Machado, CRC/SC – 024.797/O-0.

2.2. Diretrizes Estratégicas e Criação de Valor

As premissas estratégicas do Grupo Celesc fazem parte de seu Plano Diretor, um plano amplo e de longo prazo, denominado atualmente de Celesc 2025-2035. O Plano Diretor foi reestruturado em 2019 (com base no então denominado Celesc 2030) a partir de exaustivos estudos de cenários, das ambições dos *stakeholders* e das diretrizes legais vinculadas à gestão estratégica, com o objetivo de indicar o caminho a ser seguido pela Companhia para a sustentabilidade e a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade. De lá para cá, o Plano passou por três revisões anuais, considerando a visão dos envolvidos, assim como aspectos do ambiente interno e externo.

Em 2020, o Plano foi revisitado para avaliação dos impactos e ajustes necessários frente, especialmente, à crise sanitária da COVID-19 e, em 2021, foi novamente revisitado com destaque para as questões da crise hídrica.

Já em 2022, a revisão se pautou pelo contexto do setor elétrico brasileiro, passando pela liberalização do mercado, as consequências do Projeto de Lei nº 414/2021, que aborda o modelo regulatório e comercial do setor elétrico com vistas à expansão do mercado livre e o crescimento da geração distribuída e de fontes intermitentes de energia.

O Plano Diretor define as Bases da Estratégia Corporativa, Posicionamento, Objetivos Estratégicos e as macro metas até 2027 e horizonte até 2035. As metas de curto e médio prazo são refletidas no Planejamento Estratégico para 5 anos, que também contempla o detalhamento de Iniciativas Estratégicas em Projetos.

A Identidade Corporativa, no último processo de revisão, foi mantida em relação aos valores e princípios da Companhia, dada sua relevância e aderência para todos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O mapa estratégico 2023-2027, que define os objetivos estratégicos direcionadores de resultados que a empresa pretende atingir e norteia os principais indicadores e metas físicas financeiras e de sustentabilidade, foi também revisitado, com ajustes pontuais, conforme demonstrado a seguir:

Perspectiva financeira	Remunerar investimentos acima do custo de capital considerando o perfil de risco de cada projeto / negócio	Aumentar investimentos na rede e crescer com receitas não reguladas	Garantir uma estrutura financeira sustentável com gestão de riscos ativa
Perspectiva de clientes	Fornecer energia com efetividade e confiabilidade em cada sub-região da concessão	Estabelecer um relacionamento de excelência com os clientes e a sociedade	Oferecer soluções de energia adequadas aos diferentes tipos e segmentos de clientes
Perspectiva de processos internos	Gerir riscos de balanço energético com eficiência	Assegurar os fluxos devidos de receíveis	Modernizar a rede para sua maior eficiência
Exercer a gestão regulatória ativa, envolvida em todos os processos relacionados			
Organização e pessoas	Desenvolver capacidades críticas e motivação dos empregados	Manter PMSO equilibrado e dentro do regulatório	Promover ambiente de inovação e meritocracia
			Promover a cultura da segurança no trabalho, saúde e bem estar

Para concretizar os objetivos e as metas estabelecidas na revisão anual do Plano Diretor e do Planejamento Estratégico, são direcionadas as Iniciativas Estratégicas para os próximos 5 anos, conforme relacionadas: (i) Recuperação de Receitas e Gestão de Provisões; (ii) Gestão de Investimentos; (iii) Automação e Transformação Digital; (iv) Investimento Seletivo em Novos Negócios; (v) Gestão por Processos e Metas; (vi) Equilíbrio Atuarial; e inclusão da Iniciativa (vii) Adaptação Estratégica.

A partir das iniciativas estratégicas vigentes em 2022, no Plano Diretor da Companhia, foram conduzidos 15 Projetos Estratégicos no decorrer do ano, relacionados a recuperação de receitas e gestão de provisões, gestão de investimentos, automação e transformação digital, investimento seletivo em novos negócios, gestão por processos e equilíbrio atuarial.

Dentre as realizações dos projetos estratégicos no período, destacam-se a modernização do atendimento comercial com o propósito de aprimorar a experiência do cliente, a implantação de tecnologias direcionadas ao conceito de redes inteligentes, a expansão da estratégia de diversificação dos negócios, os avanços na consolidação de uma cultura de segurança, além da adoção de metodologias e estruturas ágeis no âmbito da gestão por processos, visando a eficiência das operações e a redução do índice de acidentes na Companhia.

2.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Celesc e suas subsidiárias integrais contam com uma estrutura de governança alinhada às boas práticas corporativas e relacionada à Segunda Linha conforme o modelo das Três Linhas do Global Institute of Internal Auditors (IIA), tais como Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

A Celesc possui uma Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, disponível para consulta no Portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri), que orienta a Administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Companhia, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da gestão estratégica de Riscos Corporativos, Riscos de Reporte Financeiro e Riscos de Integridade, definindo as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da Diretoria Executiva e dos demais envolvidos.

A estrutura de governança de controles e riscos do Grupo Celesc é organizada da seguinte forma:

- O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como uma de suas responsabilidades específicas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa (Lei Federal nº 13.303/2016 – Lei das Estatais).
- Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, para integrar a estrutura organizacional de gestão de riscos, a empresa possui desde 2018, também em atendimento a Lei nº 13.303/2016, o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, constando entre suas atribuições, supervisionar, avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e monitorar a exposição aos riscos da Celesc e suas subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites, desenvolvimento de planos de ação para mitigação dos riscos e acompanhamento da execução destes.

A Companhia conta com uma Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL, que tem entre suas atribuições o desenvolvimento da gestão estratégica de riscos e controle interno, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc. Dentro da estrutura hierárquica desta Diretoria, há o Departamento de Gestão de Riscos e Controle Interno, que coordena os trabalhos de gestão de riscos e controle interno, aplicando metodologias específicas usadas mundialmente. Entre as principais ações realizadas em 2022, destacam-se: a avaliação e revisão dos riscos corporativos mais críticos, a revisão dos processos mapeados, selecionados conforme materialidade das Demonstrações Financeiras, bem como dos riscos de reporte financeiro e controles neles existentes, além dos testes de efetividade destes controles internos. Todos estes trabalhos, são devidamente reportados à Diretoria Executiva e ao CAE.

2.4. Compliance

A exemplo dos anos anteriores, em 2022 a Diretoria Executiva reforçou, o apoio da alta administração ao Programa de Compliance por meio da assinatura da Carta Compromisso, assumindo a missão de patrocinar as ações e práticas de Compliance e contribuindo para uma gestão transparente e legítima.

Novos treinamentos a respeito do Código de Conduta Ética e do Programa de Compliance também foram desenvolvidos e disponibilizados ao público interno em plataforma EAD, contemplando o quadro de empregados, diretores e conselheiros por meio de trilhas de aprendizagem.

As trilhas de capacitação foram planejadas para promover a ideia de que a integridade ultrapassa o cumprimento de deveres e obrigações, mas constitui-se em princípio que deve ser perseguido por todos na Companhia. Também, deu-se continuidade à divulgação das iniciativas de Compliance aos fornecedores da Companhia a partir do curso “Treinamento de Compliance para Fornecedores Celesc”.

Assim como os treinamentos supramencionados, a comunicação exerceu papel fundamental na efetivação de uma cultura de integridade. Diversas peças foram divulgadas mensalmente nos meios internos e externos de comunicação para abordar temáticas relacionadas ao Programa de Compliance da Companhia.

Somadas às iniciativas citadas e com o intuito de fortalecer o conjunto de diretrizes internas, normativas de integridade foram criadas e outras revisadas. A revisão buscou atualizar os conceitos e procedimentos conforme o novo Regulamento de Licitações e Contratos da Celesc e as diversas mudanças legislativas neste tópico.

Por fim, a gestão de riscos de integridade foi outra importante iniciativa que teve continuidade na condução do Programa de Compliance da Celesc. O acompanhamento de planos de ação envolve diversas áreas e gestores da Companhia na missão de consolidar uma cultura de integridade. O processo de gestão de riscos de integridade consta da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Celesc (<http://ri.celesc.com.br/governanca-corporativa/politicas/>).

Para conhecer mais sobre o Programa de Compliance da Companhia, basta acessar a aba Governança Corporativa do portal de Relações com Investidores (Disponível em: <http://ri.celesc.com.br/>).

2.5. Proteção de Dados Pessoais

Alinhada aos valores e princípios de ética na conduta com pessoas e processos, a Celesc reforça o compromisso com o respeito à privacidade e à proteção dos dados pessoais de seus clientes em conformidade com a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Como parte desse processo de conformidade, realizaram-se ações de aprimoramento do Programa de Privacidade e evolução nos processos de privacidade estabelecidos, o que contribuiu para o aumento da maturidade em processos com tratamento de dados pessoais.

O ano também representou avanços no eixo de treinamento, com a criação do curso sobre LGPD em formato lúdico e de fácil compreensão, disponibilizado em ferramenta EAD aos empregados e administradores da Celesc.

Para saber mais, consulte nossa Política de Privacidade (Disponível em: <https://www.celesc.com.br/politica-de-privacidade-celesc>).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.6. Programas, Políticas e Código de Conduta Ética

Política de Responsabilidade Socioambiental

Clareza pela melhoria contínua de nossas atividades empresariais, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.



POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO



Política Anticorrupção

Tem o objetivo de registrar e comunicar a todos envolvidos direta ou indiretamente com a Celesc que a Empresa atua de maneira legal, ética, transparente e profissional, além de se constituir em ferramenta de prevenção e orientação.

PROGRAMA DE Compliance

POLÍTICA DE COMPLIANCE

Fazer o certo é bom para todos.



Política de Comunicação Celesc

Política de Comunicação Celesc Descreve as premissas a serem praticadas por todas as diretorias, assistências, gerências e profissionais das áreas de comunicação. Descreve os objetivos, valores, diretrizes, públicos e processos da comunicação.

Política de Segurança e Saúde do Trabalho

Sua elaboração está fundamentada no compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho e a minimização dos riscos ocupacionais, visando estabelecer ambiente seguro e saudável para o trabalhador e fortalecer a integração da cultura de segurança às estratégias empresariais.



Código de Ética

Fundamentado nos princípios de governança corporativa, transparência da informação e blindagem anticorrupção, também garante uma atuação coerente com os princípios da sustentabilidade.



Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações – Tem como finalidade estabelecer as práticas de divulgação e uso de informações, assim como a política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos – Aponta quais diretrizes devem ser observadas para a execução da gestão de riscos e controles internos e define as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva.

Política de Relacionamento com Fornecedores – Tem por objetivo repassar aos parceiros comerciais as regras de conduta adotadas pela Celesc, recomendando que seus fornecedores estendam esses critérios para as empresas por eles contratadas, buscando assim a sustentabilidade da cadeia produtiva.

Política de Relacionamento Comercial – Na relação com seus clientes e consumidores, a Celesc se compromete a obedecer aos princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, probidade administrativa e atender as diretrizes estabelecidas em seu Código de Conduta Ética.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Política de Diversidade e Inclusão – Apresenta diretrizes para conduzir e eliminar preconceitos dentro do ambiente da empresa e na sua relação com o mercado e *stakeholders*. Visa promover o respeito às diferenças e a disseminação da cultura de diversidade, atuando como indutora do desenvolvimento para a construção de uma sociedade mais justa.

Política Estratégica da Inovação – Tem como finalidade o fomento à cultura da inovação da empresa, trazendo os objetivos, princípios, diretrizes e atribuições de responsabilidades para tornar a Celesc uma empresa inovadora.

Outras políticas – Porta-vozes; Distribuição de Dividendos; Transações com Partes Relacionadas e Indicação de Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Titulares da Estrutura Geral da Celesc.

Programa de Compliance – Criado especialmente para garantir que todos os atos e decisões sejam tomados de forma ética e segura. Busca ser instrumento de apoio na gestão e auxílio na tomada de decisões com maior segurança, visando afastar conflitos de interesses e ameaças à integridade da Empresa.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Celesc D

3.1.1. Expansão do Sistema

O sistema elétrico de alta tensão sob responsabilidade da Celesc D possui aproximadamente 5.043 quilômetros de linhas de distribuição de 138 mil e 69 mil Volts, com aproximadamente 329 transformadores de potência e capacidade de 8.246 MVA para uma demanda máxima registrada de 5.658 MVA. Em 2022, foram realizadas ampliações, melhorias e finalização de obras em 12 subestações (SEs), sendo duas subestações novas concluídas, cinco subestações com ampliação de capacidade e melhorias em outras cinco. Há ainda seis novas SEs em execução, duas novas em contratação, quatro ampliações em execução e três ampliações em contratação.

Entre os destaques no ano está a conclusão das construções das novas subestações (SE) em Barra Velha (SE Barra Velha Sertãozinho) e Itapema (SE Itapema Meia-Praia). Além disso, também foram ampliadas as SEs de Ituporanga (SE Ituporanga), Joinville (SE Joinville I), São Joaquim (SE São Joaquim), Laguna (SE Laguna) e São José do Cedro (SE São José do Cedro), todas com impacto significativo no aumento da energia disponível para as suas respectivas áreas de atuação e, especialmente, na maior confiabilidade do sistema elétrico para o melhor atendimento aos consumidores. Está em andamento a construção das SEs Abelardo Luz, no Oeste catarinense, São José do Sertão e Santo Amaro da Imperatriz, na região metropolitana de Florianópolis, Guaramirim/Loteamento Industrial e Joinville/Boa Vista, no Norte do Estado, entre outras melhorias

Além de investir nas grandes obras de ampliação do sistema e garantir o crescimento do mercado, a Celesc investe na melhoria do processo de operação desse sistema, com o objetivo de tornar mais ágil a recomposição em caso de acidentes ou falhas. Para isso, os recursos têm sido destinados especialmente a novas tecnologias, como o sistema de autorreconfiguração do sistema ou *self healing*, por meio da instalação de religadores, que são equipamentos que permitem dividir circuitos e remanejar cargas em caso de ocorrências não programadas sem a necessidade de intervenção humana, reduzindo o tempo de reenergização da rede, que passa a ser em tempo real, e a quantidade de unidades consumidoras afetadas, aumentando, significativamente, a confiabilidade do atendimento.

Em 2022, foram substituídos mais de 426 quilômetros de redes rurais (monofásica para trifásica e cabo protegido), foram realizadas 59 obras estruturantes em alimentadores e realizadas mais de 11 mil obras para ampliação e melhorias nas redes de distribuição. Foram instalados 308 novos religadores monofásicos e 39 religadores trifásicos para automação da rede bem como 53 reguladores de tensão e 48 bancos capacitores visando a melhoria da tensão e redução de perdas no sistema elétrico. Também com foco preventivo, foram contabilizados recursos da ordem de R\$22,3 milhões nas ações de poda e roçada da vegetação próxima à rede elétrica.

Ainda em 2022, houve a incorporação aos ativos da Celesc D da Linha de Transmissão entre as Subestações Ilhota e Joinville Esul, assim como dois *bays* da SE Joinville General Motors (JGM) e dois *bays* da SE Joinville SC (JSC), conforme o Despacho ANEEL nº 1.359/2022. Até agosto de 2023, haverá a incorporação aos ativos da Celesc D da Linha de Transmissão 138 kV entre as Subestações Blumenau e Ilhota, dando seguimento ao despacho ANEEL nº 2.410/2021. Também será incorporado o trecho entre Palhoça e Ilhota Esul, incluindo duas subestações e dois *bays*.

Também em 2022, foram inauguradas em setembro duas linhas de distribuição da Celesc D em 138.000 Volts (LD Ratones e Interligação Rede Básica), conectadas à SE Ratones (da empresa de transmissão de energia ISA CTEEP, vencedora do leilão da ANEEL), localizada no Norte da Ilha de Santa Catarina. Essas linhas aumentaram em aproximadamente 23% a capacidade instalada dos sistemas elétricos que atendem a capital e mitigaram os riscos de corte de carga no atendimento à Ilha. As linhas foram construídas com um trecho de aproximadamente 2,74 quilômetros de extensão em circuito aéreo e outro com cerca de 2,09 quilômetros, em circuito isolado e subterrâneo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

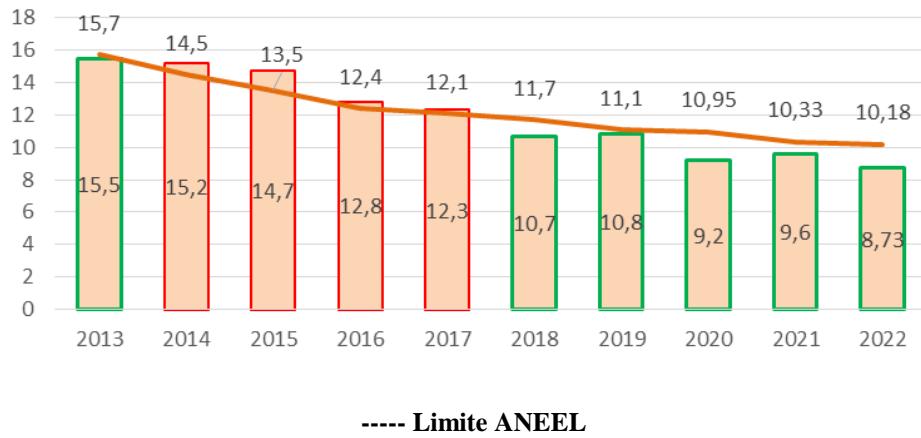
3.1.2. Indicadores de Eficiência do Sistema

3.1.2.1. DEC e FEC

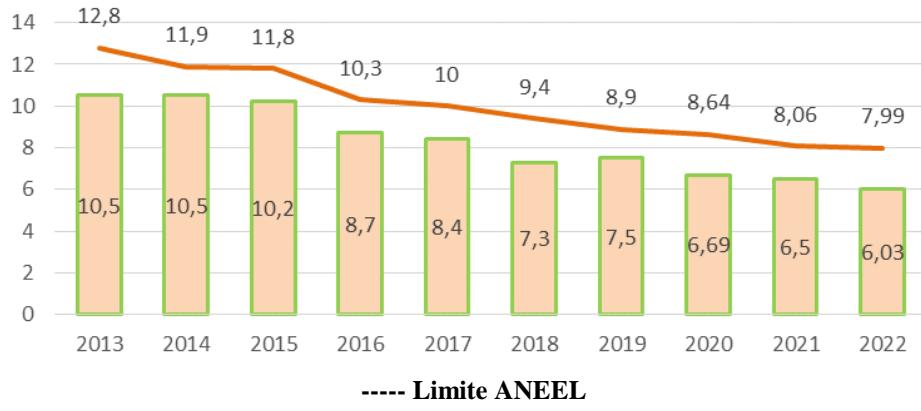
O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) da Celesc D foi de 8,73 horas no ano de 2022, o que equivale a 85,7% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório. No ano, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 6,03 interrupções, o que representou 75,5% do limite regulatório estabelecido.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos indicadores de eficiência da Celesc D dos últimos dez anos:

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (horas ponderadas)



FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (número de vezes)



3.1.2.2. DECi e FECi

Em relação aos indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora causada por ocorrência no sistema interno, ou seja, da própria distribuidora (DECi), e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora causada por ocorrência no sistema interno (FECi), é importante ressaltar que, a partir do ano de 2022, esses valores são representados pelos mesmos valores e metas do DEC e FEC, respectivamente, conforme apresentados no item anterior, com valores de 8,73 para o DEC e 6,03 para o FEC, estando abaixo do limite regulatório estabelecido.

3.1.3. Distribuição de Energia Elétrica

O consumo faturado total de energia elétrica na área de concessão da Celesc D atingiu 27.197 GWh em 2022, um crescimento de 1,10% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre). O desempenho foi impactado principalmente pelas classes comercial e residencial, com crescimento de 6,48% e 3,72%, respectivamente, no comparativo anual.

O número de unidades consumidoras atendidas pela Empresa foi de 3.317.467 em dezembro de 2022, representando aumento de 2,73% em relação ao mês de dezembro do ano anterior. A contínua migração de consumidores para o mercado livre levou ao

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

consumo registrado de 15.925 GWh no mercado cativo, montante 3,42% inferior ao registrado em 2021. O quadro a seguir apresenta maior detalhamento:

Classe de Consumo	Número Unidades Consumidoras			Consumo Faturado (GWh)		
	dez/22	dez/21	Δ	2022	2021	Δ
Mercado Cativo	3.315.159	3.227.276	2,72%	15.925	16.488	-3,42%
Residencial	2.616.084	2.543.070	2,87%	6.724	6.483	3,72%
Industrial	132.749	125.993	5,36%	2.154	2.335	-7,75%
Comercial	308.832	298.426	3,49%	3.216	3.122	2,99%
Rural	227.342	230.663	-1,44%	1.037	1.121	-7,50%
Demais Classes	30.152	29.124	3,53%	2.794	3.427	-18,47%
Poder Público	24.943	24.221	2,98%	431	379	13,92%
Illuminação Pública	1090	961	13,42%	586	615	-4,68%
Serviço Público	4100	3933	4,25%	336	383	-12,47%
Suprimento de Energia	19	9	111,11%	1.441	2.050	-29,71%
Consumidores Livres	1848	1586	16,52%	11258	10401	8,27%
Industrial	909	825	10,18%	8.888	8.830	0,66%
Comercial	867	701	23,68%	1.397	1.209	15,51%
Rural	8	9	-11,11%	41	69	-40,74%
Serviço Público	29	9	222,22%	65	14	362,79%
Suprimento	35	42	-16,67%	867	279	214,04%
Mercado Total	3.317.467	3.229.298	2,73%	27.197	26.903	1,10%
Residencial	2.616.084	2.543.070	2,87%	6.724	6.483	3,72%
Industrial	133.658	126.818	5,39%	11.042	11.164	-1,10%
Comercial	309.699	299.127	3,53%	4.612	4.332	6,48%
Rural	227.350	230.672	-1,44%	1.078	1.190	-9,42%
Demais Classes	30.216	29.175	3,57%	3.726	3.721	0,23%
Consumo Próprio	460	436	5,50%	15	14	5,95%

3.1.4. Perdas na Distribuição

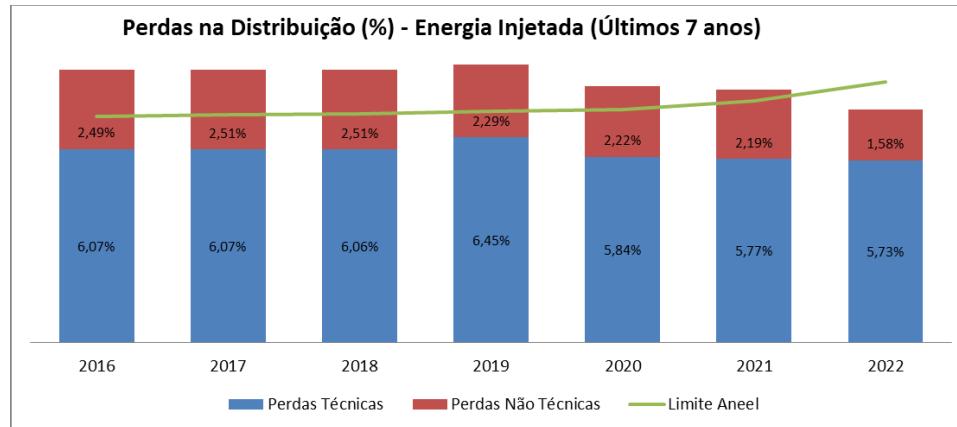
As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, que são o montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia compreendido entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, que correspondem à diferença entre as perdas globais e as perdas técnicas. Nessa parcela de perdas não técnicas são considerados, portanto: os furtos de energia, defeitos em equipamentos de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, dentre outros.

Para o 5º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica da Celesc D (5º CRTP), foi estabelecido o nível de perdas técnicas regulatórias de 5,81%, calculado sobre o mercado TUSD regulatório (faturado), e o nível de perdas não técnicas regulatórias de 6,26%, calculado sobre o mercado de baixa tensão faturado. Esses novos limites estabelecidos pelo 5º CRTP passaram a vigorar em 22 de agosto de 2021.

O acompanhamento das perdas de energia é realizado por meio do índice percentual que calcula a razão entre as perdas faturadas e a energia injetada (medida) no acumulado de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresenta-se a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária nos últimos anos.

Ao final do ano de 2022, o Índice de Consolidado de Perdas Regulatórias sobre a Energia Injetada foi de 8,19%. Já as Perdas Totais efetivas da Companhia registraram percentual de 7,31%, sendo 5,73% de perdas técnicas e 1,58% de perdas não técnicas, abaixo, portanto, do limite regulatório.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Celesc D.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.1.5. Balanço Energético em GWh

A tabela a seguir demonstra a evolução da energia requerida, perdas na distribuição (perdas técnicas e não técnicas), perdas na rede básica e as perdas totais em GWh nos últimos cinco anos:

Energia Requerida - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia	15.778	16.349	16.051	16.488	15.925
Fornecimento	14.251	14.456	14.117	14.438	14.484
Suprimento p/ agentes de distribuição	1.527	1.893	1.934	2.050	1.441
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8.659	9.127	9.089	10.401	11.258
Mercado Atendido	24.437	25.476	25.140	26.889	27.182
Perdas na Rede Básica	367	389	433	406	381
Perdas na Distribuição	2.321	2.446	2.237	2.336	2.161
Perdas Técnicas	1.638	1.804	1.620	1.694	1.695
Perdas não Técnicas - PNT	683	642	617	642	467
PNT/ Energia Requerida %	2,79%	2,52%	2,45%	2,39%	1,72%
Perdas Totais - PT	2.688	2.835	2.670	2.742	2.543
PT / Energia Requerida %	11,00%	11,13%	10,61%	10,20%	9,35%
Total	27.125	28.311	27.810	29.631	29.725

3.1.6. Mercado de Energia Elétrica

Em 2022, a carga requerida na área de concessão da Celesc D foi 0,69% maior que a registrada em 2021. No mesmo período, o consumo de energia elétrica cresceu 1,10%. A carga total atendida pela concessionária inclui as parcelas referentes à carga dos mercados cativo e livre, dos autoprodutores e produtores independentes conectados à rede da concessionária, além das perdas do sistema elétrico. O quadro a seguir mostra o desempenho da carga na área de concessão da Celesc D, comparado ao da região Sul e ao do País.

Descrição	2022	2021	Variação
Carga Brasil (GWh)*	610.025	609.135	0,15
Carga Sul (GWh)	106.235	106.189	0,04
Carga Celesc D (GWh)**	29.556	29.354	0,69

**Energia Injetada no Sistema de Distribuição da Concessionária

3.1.7. Atendimento ao Cliente

A Celesc D no ano de 2022, trabalhou com foco na melhoria dos processos de atendimento ao consumidor, assegurando maior qualidade e eficiência nos serviços prestados nos atendimentos de primeiro nível e nos canais digitais. Além disso, contou com a modernização de equipamentos nos postos de atendimento, que proporcionaram uma nova experiência aos clientes da distribuidora.

Houve a intensificação das capacitações dos atendentes comerciais, em que mais de 100 novos atendentes foram capacitados e mais de 400 atendentes participaram dos eventos de reciclagem, refletindo um aumento da eficácia e maior efetividade nas tratativas das demandas do atendimento, além da normatização e da uniformização dos procedimentos operacionais.

Quanto ao atendimento presencial, o indicador de Nível de Serviço de Atendimento (NSAP), que reflete os atendimentos realizados dentro do prazo regulatório e que avalia o desempenho do atendimento ao consumidor nas lojas e postos de atendimento, sofreu uma ampliação de 95,86% para 97,37%, fruto das melhorias que foram realizadas nos procedimentos operacionais e no foco em capacitações com todos os atendentes comerciais.

Quantos aos canais digitais, no ano de 2022, o canal de Agência *Web* foi o de maior procura pelo consumidor, com uma média de 510.421 interações por mês, reflexo da maior divulgação desse canal pela distribuidora. O canal de atendimento pelo *WhatsApp* também trouxe uma maior agilidade ao atendimento, com uma média de 37.000 interações de usuários no ano.

Como resultado das ações que acentuaram a solicitação de serviços por canais digitais, tornando-as mais dinâmicas e efetivas, houve um acréscimo de 14,6% nos pedidos de formulários eletrônicos para os serviços de troca de titularidade e ligação nova, em decorrência das melhorias que foram implementadas no processo de análise.

No atendimento telefônico, apesar de eventos meteorológicos ocorridos no Estado de Santa Catarina e ocorrências que ocasionaram uma maior procura da Central de Atendimento, o ano de 2022 fechou com os indicadores acima do ano anterior, com uma média superior a 184.000 chamadas atendidas por mês.

Por fim, no final de 2022, houve a mudança da empresa que presta o serviço de gerenciamento de filas/senhas, sendo trocados todos os equipamentos nas 259 lojas e postos de atendimentos, proporcionando mais facilidade aos clientes e aos atendentes comerciais, pois, por meio desse novo contrato, serão aperfeiçoados e ampliados os serviços de vídeo atendimento e de agendamento em locais estratégicos da distribuidora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.1.8. Gestão da Inadimplência

A Inadimplência corresponde ao montante da receita faturada e não recebida. A ANEEL, por meio do submódulo 2.2 do PRORET – Custos Operacionais e Inadimplência Regulatória, estabelece os conceitos relacionados à Inadimplência Regulatória, valor com cobertura tarifária, que considera a soma dos faturamentos não recebidos entre 49 e 60 meses.

O percentual regulatório de receitas irrecuperáveis de cada empresa é calculado a partir da mediana móvel de um conjunto de empresas, formado pelas dez concessionárias situadas acima e abaixo de um ranking de complexidade das perdas não técnicas.

O combate à inadimplência no ano de 2020 e 2021 foi um grande desafio a todas as distribuidoras de energia, em virtude das restrições de circulação impostas pelo governo como medida de combate à pandemia, a perda de renda por grande parte da população, bem como da impossibilidade da suspensão do fornecimento dos consumidores inadimplentes, determinada pela Resolução nº 878/2020, da ANEEL.

Em 2022, o retorno total das ações de cobrança (aviso por SMS, aviso por e-mail, negativação, protestos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e ajuizamentos), a alteração das regras de lançamentos para perdas contábeis de fatura de energia elétrica ocasionando uma higienização do carteira e a publicação do Convênio ICMS nº 179/2021, que previu a instituição de crédito presumido de ICMS às distribuidoras de energia elétrica do Estado de Santa Catarina que quitasse as dívidas de fornecimento de energia elétrica das entidades hospitalares classificadas como benfeitoras da assistência social, nos termos da Lei nº 12.101/2009, contribuíram significativamente para a redução da carteira acima de 90 dias.

Para o cálculo de Inadimplência é necessário dividi-la pela Receita Operacional Bruta do Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica, Disponibilização de Rede Elétrica e Serviço Taxado e verificar as alterações percentuais.

Em dezembro de 2022, a inadimplência de curto prazo, até 90 dias (período em que se concentram a maior parte das ações de cobrança), teve um aumento de 0,16 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior e a inadimplência acima de 90 dias apresentou um aumento de 0,14 pontos percentuais, passando de 3,17% para 3,31%. A inadimplência total, comparada ao trimestre anterior, mostra um aumento de 0,31 pontos percentuais, aproximadamente 4,95% da Receita Operacional Bruta.

A tabela a seguir demonstra a evolução da inadimplência da Celesc D:

Classes	Inadimplência até 90 dias										Variação 4T22	
	4T21		1T22		2T22		3T22		4T22			
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB		
Residencial	174.965	1,35%	226.136	1,62%	160.810	1,13%	139.713	1,02%	149.515	1,14%	+0,12 p.p	
Industrial	35.124	0,27%	36.430	0,26%	31.124	0,22%	24.935	0,18%	29.481	0,22%	+0,04 p.p	
Comercial	55.599	0,43%	69.353	0,50%	49.325	0,35%	52.387	0,38%	45.524	0,35%	-0,30 p.p	
Rural	16.308	0,13%	19.968	0,14%	12.626	0,09%	10.514	0,08%	13.232	0,10%	+0,02 p.p	
Poder Público	342	0,00%	584	0,00%	690	0,00%	308	0,00%	3.716	0,03%	+0,03 p.p	
Illuminação Pública	3	0,00%	45	0,00%	8	0,00%	69	0,00%	7	0,00%	0,00 p.p	
Serviço Público	1.316	0,01%	35	0,00%	52	0,00%	43	0,00%	37	0,00%	0,00 p.p	
Suprimentos	757	0,01%	757	0,01%	1.213	0,01%	929	0,01%	1.355	0,01%	0,00 p.p	
Enc. Uso Rede Elétrica	873	0,01%	2.913	0,02%	1.548	0,01%	1.018	0,01%	2.245	0,02%	+0,01 p.p	
Diversos Créditos	758	0,01%	15.127	0,11%	16.162	0,11%	1.333	0,01%	8.069	0,06%	+0,05 p.p	
Serviço Taxado	12.162	0,09%	870	0,01%	988	0,01%	10.927	0,08%	1.029	0,01%	-0,07 p.p	
Participação Financeira	402	0,00%	561	0,00%	921	0,01%	1.194	0,01%	1.140	0,01%	0,00 p.p	
Total	298.609	2,31%	372.779	2,67%	275.467	1,94%	243.370	1,78%	255.349	1,94%	+0,16 p.p	
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em R\$ Mil	12.971.057		13.953.982		14.187.254		13.660.528		13.141.773			

Classes	Inadimplência acima de 90 dias										Variação 4T22	
	4T21		1T22		2T22		3T22		4T22			
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB		
Residencial	176.234	1,36%	188.356	1,35%	198.853	1,40%	207.423	1,52%	211.208	1,61%	+0,09 p.p	
Industrial	231.778	1,79%	235.143	1,69%	75.564	0,53%	74.803	0,55%	72.113	0,55%	0,00 p.p	
Comercial	134.788	1,04%	142.119	1,02%	107.012	0,75%	103.605	0,76%	106.683	0,81%	+0,05 p.p	
Rural	10.862	0,08%	11.616	0,08%	9.917	0,07%	10.331	0,08%	10.722	0,08%	0,00 p.p	
Poder Público	8.847	0,07%	8.861	0,06%	309	0,00%	301	0,00%	302	0,00%	0,00 p.p	
Illuminação Pública	18.809	0,15%	16.485	0,12%	3.144	0,02%	1.717	0,01%	1.418	0,01%	0,00 p.p	
Serviço Público	211	0,00%	183	0,00%	15	0,00%	13	0,00%	24	0,00%	0,00 p.p	
Suprimentos	2.883	0,02%	2.883	0,02%	35	0,00%	1.248	0,01%	1.248	0,01%	0,00 p.p	
Enc. Uso Rede Elétrica	3.523	0,03%	10.536	0,08%	2.233	0,02%	3.848	0,03%	1.445	0,01%	+0,01 p.p	
Diversos Créditos	1.080	0,01%	31.840	0,23%	24.699	0,17%	933	0,01%	25.430	0,19%	+0,18 p.p	
Serviço Taxado	31.736	0,24%	3.761	0,03%	3.799	0,03%	26.207	0,19%	3.899	0,03%	-0,16 p.p	
Participação Financeira	10.534	0,08%	1.038	0,01%	829	0,01%	2.100	0,02%	902	0,01%	-0,01 p.p	
Total	631.285	4,87%	652.821	4,69%	426.409	3,00%	432.529	3,17%	435.394	3,31%	+0,14 p.p	
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em R\$ Mil	12.971.057		13.953.982		14.187.254		13.660.528		13.141.773			

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Inadimplência Total

Classes	4T21		1T22		2T22		3T22		4T22		Variação 4T22
	R\$ Mil	% ROB									
Residencial	351.199	2,71%	414.492	2,97%	359.663	2,54%	347.136	2,54%	360.723	2,74%	+0,20 p.p
Industrial	266.902	2,06%	271.573	1,95%	106.689	0,75%	99.738	0,73%	101.594	0,77%	+0,04 p.p
Comercial	190.387	1,47%	211.472	1,52%	156.337	1,10%	155.992	1,14%	152.208	1,16%	+0,02 p.p
Rural	27.170	0,21%	31.584	0,23%	22.542	0,16%	20.845	0,15%	23.954	0,18%	+0,03 p.p
Poder Público	9.189	0,07%	9.445	0,07%	999	0,01%	609	0,00%	4.018	0,03%	+0,03 p.p
Iluminação Pública	18.812	0,15%	16.530	0,12%	3.152	0,02%	1.786	0,01%	1.424	0,01%	0,00 p.p
Serviço Público	1.527	0,01%	218	0,00%	67	0,00%	56	0,00%	60	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	3.640	0,03%	3.640	0,03%	1.248	0,01%	2.177	0,02%	2.603	0,02%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	4.396	0,03%	13.449	0,10%	3.781	0,03%	4.866	0,04%	3.689	0,03%	-0,01 p.p
Diversos Créditos	1.838	0,01%	46.967	0,34%	40.863	0,29%	2.266	0,02%	33.500	0,25%	+0,23 p.p
Serviço Taxado	43.898	0,34%	4.631	0,03%	4.786	0,03%	37.134	0,27%	4.928	0,04%	-0,23 p.p
Participação Financeira	10.936	0,08%	1.599	0,01%	1.750	0,01%	3.294	0,02%	2.042	0,02%	0,00 p.p
Total	929.894	7,17%	1.025.600	7,37%	701.877	4,95%	675.899	4,95%	690.742	5,26%	+0,31 p.p
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em R\$ Mil	12.971.057		13.953.982		14.187.254		13.660.528		13.141.773		

3.1.9. Ligação de Consumidores

O saldo líquido (abertura e fechamento) de abertura de UCs foi de 88.142 no ano de 2022, totalizando 3.316.953* consumidores atendidos pela Celesc D, excluindo suprimento e consumo próprio, número 2,73% superior ao de 2021.

A tabela a seguir demonstra a evolução do número de unidades consumidoras nos últimos cinco anos:

Consumidores*	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	2.335.964	2.399.381	2.468.904	2.543.070	2.616.084
Comercial	271.240	280.028	287.505	299.127	309.699
Industrial	106.825	110.887	117.264	126.818	133.658
Rural	234.759	232.393	232.645	230.672	227.350
Poderes Públicos	23.104	23.272	23.735	24.221	24.943
Iluminação Pública	788	855	910	961	1.090
Serviço Público	3.411	3.500	3.753	3.942	4.129
Total	2.976.091	3.050.316	3.134.716	3.228.811	3.316.953
Variação	2,64%	2,49%	2,77%	3,00%	2,73%

*Não considera Consumo Próprio e Suprimento

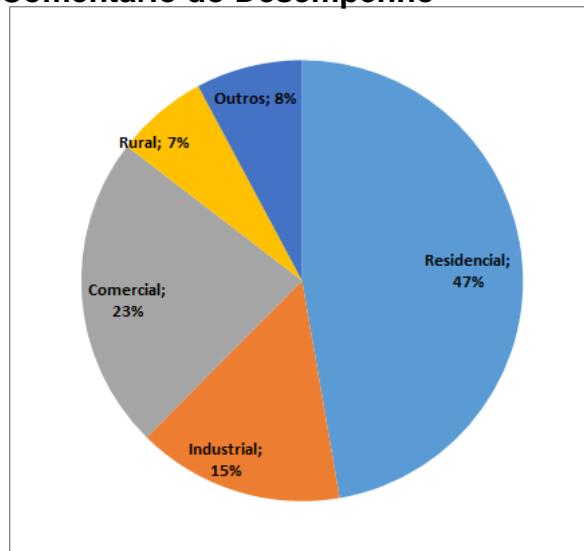
3.1.10. Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica na Celesc D, referente a consumidores cativos no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$8,7 bilhões, conforme a tabela a seguir:

Classe de Consumo	2022	2021	Δ
Residencial	4.123.245	3.913.693	5%
Industrial	1.321.137	1.345.956	-2%
Comercial	2.006.868	1.880.451	7%
Rural	590.300	592.822	0%
Outros	680.214	653.679	4%
Total Cativos	8.721.763	8.386.601	4%

O gráfico a seguir demonstra a participação das classes de consumo de consumidores cativo em relação à receita líquida do ICMS:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



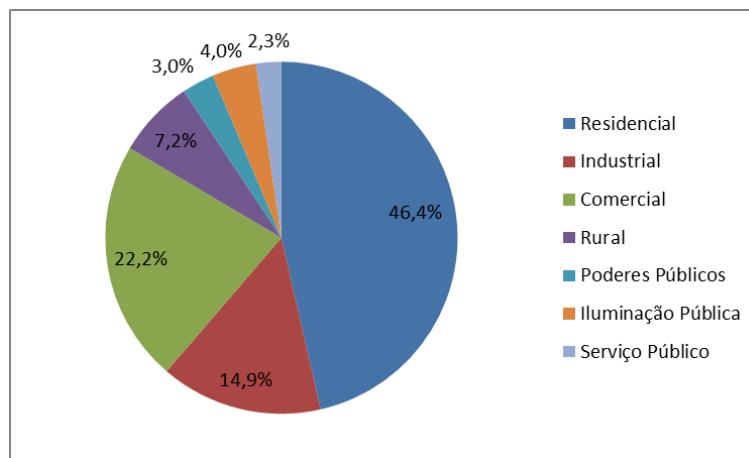
3.1.11. Desempenho do Mercado em GWh da Área de Concessão

A tabela a seguir demonstra o crescimento da energia faturada em GWh nos últimos cinco anos:

Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Faturada	15.778	16.349	16.051	16.488	15.925
Fornecimento*	14.251	14.456	14.117	14.438	14.484
Residencial	5.664	6.020	6.293	6.483	6.724
Industrial	2.539	2.464	2.264	2.334	2.154
Comercial	3.191	3.323	3.031	3.122	3.216
Rural	1.407	1.174	1.160	1.121	1.037
Poderes Públicos	442	453	350	379	431
Iluminação Pública	649	656	637	615	586
Serviço Público	359	366	382	384	336
Suprimento p/ agentes de distribuição	1.527	1.893	1.934	2.050	1.441
Uso da Rede de Distribuição	8.659	9.127	9.089	10.401	11.258
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8.659	9.127	9.089	10.401	11.258
Total	24.437	25.476	25.140	26.889	27.182
Variação	2,74%	4,25%	-1,32%	6,96%	1,10%

*Não considera Consumo Próprio

O gráfico a seguir apresenta a energia faturada por classe de consumo em GWh em 2022.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.1.12. Celesc D em Números

Atendimento	2022	2021	Variação (%)
Número de consumidores	3.317.007	3.228.862	2,73%
Número de empregados	3.925	3.747	4,75%
Número de consumidores por empregado	845	862	-1,93%
Número de localidades atendidas	285	285	0,00%
Atendimento			Variação (%)
Número de agências	16	16	0,00%
Número de postos de atendimento	259	259	0,00%
Mercado			Variação (%)
Área de concessão (Km ²)	82.747,68	82.747,68	0,00%
Demandá máxima (MWh/h)	5.658,65	5.116,10	10,60%
Distribuição direta (GWh)	27.994,79	26.990,68	3,72%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.570,29	2.549,34	0,82%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)			Variação (%)
Residencial	720,69	731,46	-1,47%
Industrial	726,84	758,53	-4,18%
Comercial	744,00	778,35	-4,41%
Rural	665,82	697,14	-4,49%
Poder Público	743,05	763,17	-2,64%
Outros	564,47	586,94	-3,83%
Indicadores DEC e FEC			Variação (%)
DEC (horas)	8,73	9,60	-9,06%
FEC (número de interrupções)	6,03	6,50	-7,23%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	4.500,12	3.923,46	14,70%
Informações Operacionais			Variação (%)
Número de subestações	175	172	1,74%
Linhas de Distribuição (Km)	5.274,24	5.026,89	4,92%

3.2. Celesc G

3.2.1. Cenário Hidrológico

Em 2022, a Celesc G fechou o indicador de Disponibilidade da Potência do seu Parque Gerador de forma positiva. No somatório dos indicadores de indisponibilidade por manutenção, investimento e da distribuidora (saída da energia para o sistema interligado), a Celesc G fechou o ano de 2022, com estabilidade na disponibilidade em relação a 2021 (95,35% ante 95,34%), possibilitando maior produção de energia.

Além de manter a alta disponibilidade das máquinas, o resultado da geração do ano foi superior a 2021, por conta da melhoria nas condições hidrológicas no Estado de Santa Catarina, resultando que seus geradores ficaram parados por falta de água por menos tempo do que no ano de 2021 (12,15% frente a 27,02% de 2021).

Desempenho Operacional	2022	2021	Variação
Indisponibilidade Manutenção:	4,65%	4,66%	 -0,2%
Indisponibilidade Investimento:	16,03%	7,87%	 103,7%
Indisponibilidade Distribuidora:	0,66%	0,66%	0,0%
Indisponibilidade Hídrica:	12,15%	27,02%	 -55,0%

O resultado dos indicadores são valores médios que foram ponderados pela Potência total do Parque Gerador e que a restrição hídrica ou indisponibilidade por manutenção momentânea em determinada usina não necessariamente se aplica a todo o Parque Gerador naquele instante.

O fator de capacidade global em 2022 representou uma variação de 21,26% acimado verificado de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

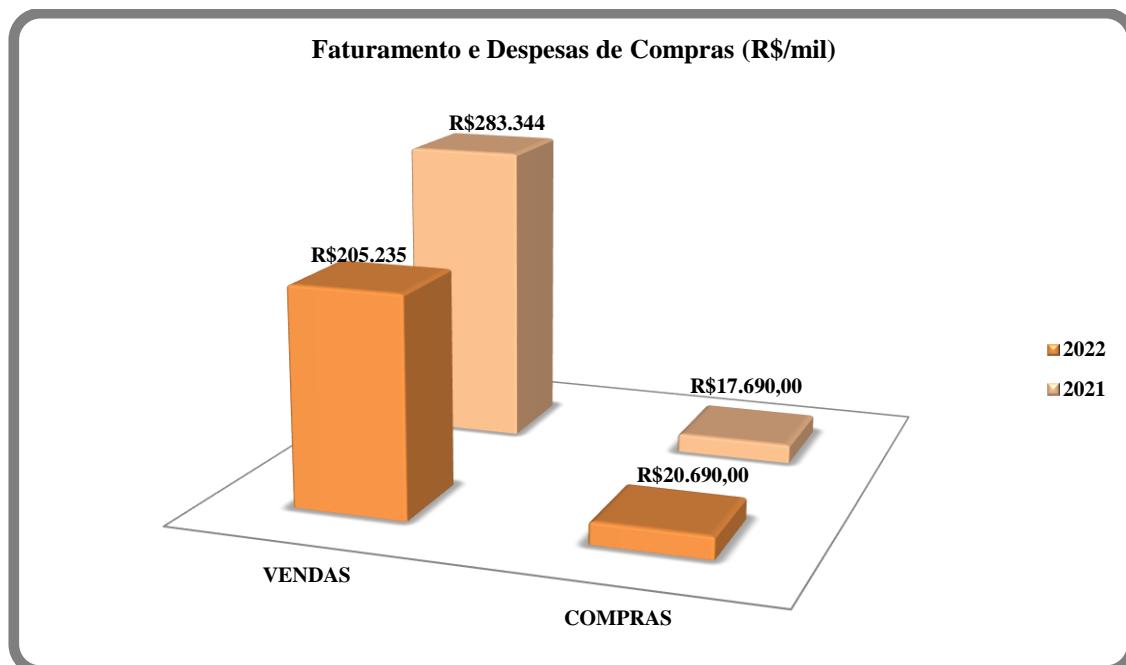
Desempenho Operacional (GWh)	Produção de Energia do Parque Gerador		
	2022	2021	Acumulado 12 meses
Usinas	573,08	452,36	26,69%
UHE Palmeiras	144,24	91,24	58,09%
UHE Bracinho	69,09	66,87	3,32%
UHE Garcia	59,27	61,03	-2,88%
UHE Cedros	61,57	51,63	19,25%
UHE Salto Weissbach	34,92	36,43	-4,14%
UHE Pery	126,32	89,84	40,61%
PCH Celso Ramos	50,91	25,79	97,40%
CGH Caveiras	10,59	19,23	-44,93%
CGH Ivo Silveira	5,23	1,95	168,21%
CGH Pirafá	2,9	3,62	-19,89%
CGH Rio do Peixe	3,51	3,09	13,59%
CGH São Lourenço	2,4	1,64	46,34%
Fator de Capacidade Global	56,76%	46,81%	21,26%

3.2.2. Comercialização de Energia

Em 2022, a Celesc G registrou faturamento global de R\$205,2 milhões, montante 27,6% inferior ao ano de 2021, que registrou R\$283,3 milhões de faturamento. Boa parte dessa redução é decorrente da indenização dos ativos da PCH Pery, que foi incluída na tarifa em julho de 2021 (acumulado de 2017 a 2021), porém, no exercício de 2022, a receita dessa indenização contemplou apenas o próprio exercício.

Em 2022, foram gastos R\$20,7 milhões na compra de energia elétrica adquirida de terceiros, aumento de 17% em relação a 2021. Tal aumento pode ser creditado ao maior volume de energia adquirido, que saltou de 151,8 Gwh em 2021, para 153,2 Gwh em 2022.

O faturamento total e as despesas com compra de energia em 2022 e em 2021 apresentaram o seguinte desempenho:



O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em R\$5,2 milhões em 2022 contra R\$13,0 milhões em 2021.

O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi de R\$1,69 milhões contra R\$18,6 milhões em 2021, incluído o valor de R\$9,6 milhões relativo à liminar judicial concedida à Celesc G referente ao GSF.

O Faturamento por classes em 2022 e 2021 apresentou o seguinte desempenho:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Faturamento por classe (R\$/mil)

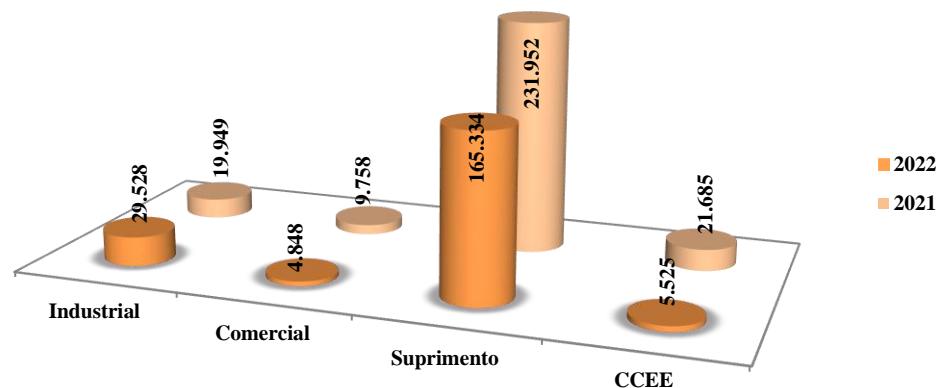


Gráfico 2

A energia elétrica comercializada em 2022 chegou ao montante de 694.988 MWh, superior em 5,18%, quando comparado ao montante de 660.758 MWh comercializado em 2021.

O montante total de energia comprada, em 2022, chegou a 153.156 MWh, inferior à quantidade adquirida em 2021, que foi de 151.785 MWh.

Energia Comercializada (MWh)

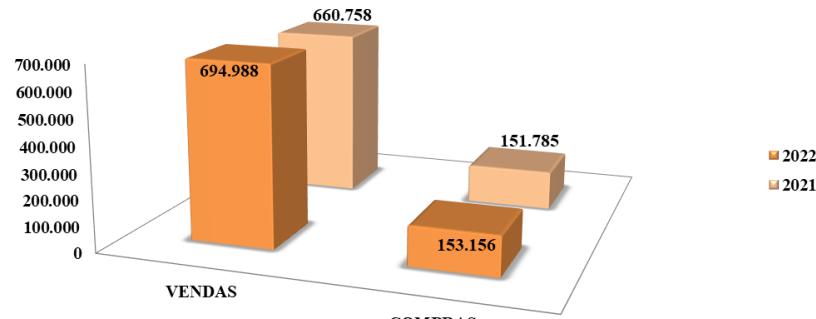
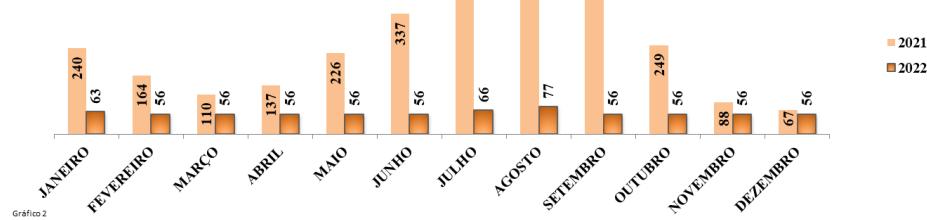


Gráfico 3
 Fonte: DVC/DPCL/DPCM/DVCM

O PLD médio anual (R\$58,99/MWh) teve grande redução em 2022 em relação ao ano anterior (R\$280,37/MWh). Dentre as causas, pode-se citar a hidrologia mais favorável dos últimos anos, combinada com um crescimento da carga inferior ao previsto.

PLD - CCEE



3.3. Inovação

No primeiro ciclo do PRICE, foram recebidas 207 ideias de colaboradores, sendo que, em 2021, foi realizado o processo de análise destas, as quais passaram por dois estágios de avaliação. Depois desse estágio de avaliação, as ideias foram sendo colocadas em prática, sendo que, das 23 ideias selecionadas para implementação, três foram concluídas, cinco estão em fase de implantação e as outras 16 estão em fase de aprovação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No ano de 2022, entendendo a importância do tema, a Diretoria Executiva deliberou a criação de uma estrutura organizacional para tratar de inovação, com profissionais dedicados em tempo integral, sendo responsável, dentre outras atividades, por implementar as ideias PRICE.

Desta forma, o Comitê Gestor da Inovação – CGI e a nova estrutura atuaram em conjunto, em 2022, na missão de continuar a fomentar a cultura interna e construir uma Celesc cada vez mais inovadora. Neste sentido, promoveram o lançamento do “Semeando Inovações”, que é um programa que visa divulgar e reconhecer iniciativas capazes de impactar positivamente a Empresa.

Além disso, visando promover a Inovação Aberta, a Companhia contratou o programa LinkLab da Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE). O propósito dessa contratação é possibilitar a interação de startups com grandes empresas, além de gerar o convívio com o setor de tecnologia por meio do desenvolvimento de projetos, desafios tecnológicos, cursos, eventos, entre outros.

Mantendo o sentido de conexão com o ecossistema de inovação, foi efetivada ainda a filiação com a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), uma entidade sem fins lucrativos que estimula a inovação no Brasil e no exterior, sobretudo por meio da educação, da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. A ANPEI possui 200 empresas associadas e mais de 20 mil contatos, o que certamente promoverá e contribuirá para promover a integração da Celesc ao ecossistema de inovação em nível nacional.

Também, pela primeira vez na Celesc e visando um melhor acompanhamento e assertividade, bem como para continuar a fomentar a prática e o entendimento da inovação, foram incluídos indicadores de inovação no Contrato de Gestão de 2023. Essa atividade certamente contribuirá para a disseminação da cultura de inovação na Celesc.

Entre os dias 21 e 25 de novembro de 2022, ocorreu a primeira Semana da Inovação da Celesc. Outra grande novidade do segundo semestre de 2022 foi o lançamento do Portal da Inovação, em agosto. A página funciona como um observatório, concentrando notícias, eventos, projetos e informações do ecossistema de inovação interno e externo e no âmbito nacional e internacional.

3.3.1. Certificação

O Sistema de Gestão Integrado (SGI) composto pela integração entre os sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001), ambiental (ISO 14001) e segurança e saúde no trabalho (ISO 45001), abrange as atividades de operação e manutenção da Usina Garcia, no município de Angelina/SC, e também do Centro de Operação da Geração – COG, em Florianópolis/SC.

Ao longo do projeto, foram levantados os requisitos e as adequações necessárias ao SGI, bem como as melhorias e os processos de documentação. A conclusão do processo de auditoria a fim de obter a certificação do SGI para a Usina Garcia e COG deverá ocorrer em 2023, para então avançar às demais usinas do parque gerador próprio.

3.4. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

3.4.1. Celesc D

a) Prorrogação da Concessão

A Celesc D assinou, em 9 de dezembro de 2015, o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica, com vigência de 30 anos, no qual consta que, nos primeiros 5 (cinco) anos, haveria metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

As regras que definiram os critérios para a renovação e manutenção da concessão foram definidas pela ANEEL em outubro de 2015, quando foi divulgada a minuta do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Para evitar a caducidade da concessão, as distribuidoras precisariam seguir dois critérios: o de continuidade no fornecimento, composto pelos indicadores técnicos DEC e FEC, e o da gestão econômica e financeira da Companhia, sendo ambos com trajetória de aumento nos seus graus de exigência.

Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa. A Empresa tem apurado seus indicadores dentro dos limites regulatórios e vem apresentando uma trajetória positiva ao longo do período.

A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por 3 anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por 2 anos consecutivos, provocará a abertura do processo de caducidade da concessão. Em 2021 (sexto ano do aditivo contratual), a Celesc conseguiu cumprir todas as metas exigidas, ficando adimplente junto ao contrato de concessão. Em dezembro de 2022, a ANEEL publicou o Despacho nº 3.478/2022, reconhecendo o cumprimento dos indicadores técnicos de continuidade e a eficiência em relação à gestão econômico-financeira da Empresa no ano de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

b) Revisão Tarifária Periódica – RTP de 2021

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.921, de 17 de agosto de 2021, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2021. O referido reajuste resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 5,65%, sendo de 5,34%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 5,83%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Os Encargos Setoriais tiveram participação de 1,66%, os Custos com Transmissão participaram com -2,59%, as Despesas de Energia impactaram em 2,18%, as receitas Irrecuperáveis em 0,03%, os Custos da Distribuidora participaram com -0,48%, os Componentes Financeiros do processo atual acarretaram com 3,55% e o efeito da retirada dos Componentes Financeiros do processo ordinário anterior foi de 1,28%.

c) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022

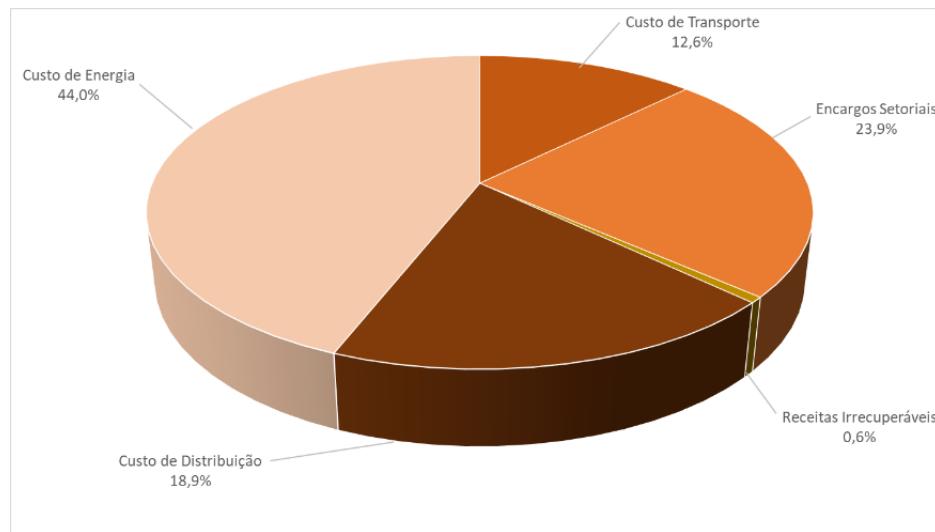
A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.094 e Nota Técnica nº 161, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela Celesc D partir de 22 de agosto de 2022.

No processo de Reajuste Tarifário, a ANEEL considera os custos associados a prestação do serviço, custos de transmissão de energia e encargos setoriais. Esses itens do reajuste fazem parte da Parcela A, na qual a Companhia não tem gerência na gestão, apenas repassando os custos já incorridos e projetados pela Agência Reguladora. Já a Parcela B reflete o valor disponível para custear suas operações e realizar os investimentos necessários.

No reajuste tarifário de 2022, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 11,32%, tem a participação de 8,23% de encargos setoriais, 3,09% de custos com transmissão, 4,13% com despesas de energia, 1,92% com os custos da distribuidora, -5,62% relativo aos componentes financeiros do processo atual e -0,63% relativo à retirada dos componentes financeiros do processo ordinário anterior. Já a Parcela B (Custos Gerenciáveis) correspondeu a 1,92%, do reajuste tarifário. Devido a itens financeiros que contribuíram para a redução tarifária, o efeito para o consumidor acabou sendo minimizado.

Na composição da Receita Líquida para o período 2022-2023, a Parcela A (custos não gerenciáveis com encargos, transmissão e energia) participa com 81,10%. A Parcela B (custos gerenciáveis) representa 18,9%, definida no valor de R\$2,15 bilhões.

O gráfico a seguir demonstra a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da nova Receita Anual da Celesc D.



c) Bandeiras Tarifárias

No dia 31 de agosto de 2021, o MME emitiu a Resolução CREG nº 03/2021. Essa Resolução estabeleceu a criação da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica no valor de R\$142,00 por MWh, com o objetivo de dar suporte financeiro às Distribuidoras de Energia, a fim de que pudessem quitar os valores relativos aos despachos de energia térmica realizados em situação crítica de produção de energia hidroelétrica. Tal resolução vigeu no período de 1º de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022.

A definição das faixas de acionamento é realizada conforme o método Função de Distribuição Acumulada – FDA, definida no manual de Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, submódulo 6.8.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no ano de 2022, foram:

Mês	Bandeira	Repasso da CCRBT à Celesc D (R\$/mil)	Repasso da Celesc D à CCRBT (R\$/mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Escassez Hídrica	7.067	-	593/2022
Fevereiro	Escassez Hídrica	4.527	-	860/2022
Março	Escassez Hídrica	-	52.505	1.132/2022
Abril	Verde	-	18.413	1.452/2022
Maio	Verde	3.824	-	1.741/2022
Junho	Verde	3.716	-	2.061/2022
Julho	Verde	3.400	-	2.374/2022
Agosto	Verde	3.141	-	2.835/2022
Setembro	Verde	3.371	-	3.158/2022
Outubro	Verde	3.117	-	3.471/2022
Novembro	Verde	3.453	-	3.714/2022
Dezembro	Verde	3.899	-	251/2023

3.4.2. Celesc G

a) Prorrogação da Concessão da UHE Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia – MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos, com termo final em 9 de julho de 2047.

No âmbito da repactuação do risco hidrológico, promulgada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, a UHE Pery recebeu extensão de sete anos de concessão ao prazo vigente.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração dos investimentos em bens reversíveis não amortizados, não depreciados e não indenizados, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Em síntese, a Celesc G vinha recebendo o valor do GAG Melhorias de forma integral e, em contrapartida, não estava recebendo o valor da indenização a que faria jus em decorrência da ampliação da capacidade instalada da usina de 4,4MW para 30MW, ocorrida em 2013. Por conta disso, em 2018, a Celesc G interpôs recurso administrativo.

Em 2021, após diversas tratativas, a ANEEL decidiu instaurar a Consulta Pública nº 21/2021 para o período de 29 de abril a 14 de junho de 2021, com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de aplicação do Submódulo 12.1 do PRORET para pagamento do GAG Melhorias relativo à UHE Pery.

A Celesc G apresentou sua contribuição acerca dos entendimentos quanto aos valores de indenização da ampliação da capacidade instalada e da receita adicional de melhorias, cujos pleitos foram em grande parte atendidos pela ANEEL.

Na Consulta Pública, houve a consideração da indenização de forma distinta do GAG Melhorias e a mudança do WACC provisório de 10,85% a.a. para o WACC definitivo, homologado pela Resolução Normativa nº 882/2020, em 11,68% a.a., conforme pleito realizado pela Celesc G.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou os resultados da Consulta Pública nº 21/2021. No documento, a Celesc G passa a receber uma indenização com fator de anualização de 0,1217615, a ser utilizado no cálculo da parcela anual referente à indenização de que trata a Portaria MME nº 257/2017 para incorporação na RAG da UHE Pery.

Para o GAG Melhorias, foi considerado o investimento regulatório no valor de R\$19,1 milhões, com índice de preços de julho de 2017, e fator de anualização de 0,0498641, a serem utilizados em seu cálculo para incorporação na RAG da UHE Pery.

Sendo assim, no processo tarifário de 2021, o valor da indenização foi incluído na RAG (ciclo 2021/2022) de forma retroativa, sendo assim distribuídos: Receita Anual de Geração (RAG) de indenização 2021/2022 – R\$53,9 milhões (R\$37,1 milhões de Indenização e GAG atualizados até julho de 2021 e R\$16,6 milhões do Ciclo Tarifário).

Conforme a Nota Técnica nº 55/2021, de 28 de junho de 2021, emitida pela ANEEL, o valor da indenização e as taxas de depreciação acumulada das Unidades Geradoras – UG da UHE Pery estão resumidas na tabela abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

UG	Valor a Indenizar (R\$ Mil)	VNR sem JDC* (R\$ Mil)	Não Depreciado	Depreciação Acumulada	Valor a Indenizar (R\$ Mil) Data-base: jul.2017
UG01-03(**)	2.880,03	30.816,65	9,35%	90,65%	2.893,28
UG04-05	111.091,41	125.599,11	88,45%	11,55%	111.602,44
Total	113.971,44	156.415,76	72,86%	27,14%	114.495,72

* Juros durante a construção.

** Não consta a UG-02 cujos ativos estão totalmente depreciados e amortizados, considerando sua entrada em operação em julho de 1965, conforme Ofício nº 331/2017, de 16 de junho de 2017, da ANEEL.

Os valores mencionados são líquidos de encargos setoriais e PIS/COFINS.

O valor da indenização para o ciclo 2022/2023, por meio da RAG, é R\$18,6 milhões.

b) Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

Desde agosto de 2015, a Celesc G detinha liminar que determinava à CCEE limitar a redução das garantias físicas de suas usinas expostas ao risco hidrológico, pela incidência do *GSF*, ao percentual máximo de 5%, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais relacionados.

No dia 3 de agosto de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, dentre as quais, 7 usinas da Celesc G. Referida decisão foi ratificada na Resolução Autorizativa nº 11.998/2022.

c) PCH Celso Ramos

Em 28 de julho de 2021, a PCH Celso Ramos, por meio do Despacho nº 2.267 de 27 de julho de 2021, recebeu a autorização para operação comercial das unidades geradoras 03 e 04, referente ao acréscimo de 8,3 MW de potência instalada, totalizando 13,92 MW. A garantia física total foi estabelecida em 6,77MW médios.

Com a ampliação da capacidade instalada, a PCH recebeu prorrogação da sua concessão em 20 anos, findando em 2035. Com a repactuação do risco hidrológico, conforme citado no tópico anterior, o termo final da concessão ficou estabelecido em 2039.

Em 6 de outubro de 2022, o MME emitiu a Portaria nº 1.708/SPE/MME na qual foi ampliada para 7,52MW médios o montante de garantia física da PCH Celso Ramos, decorrente de pleito apresentado pela Celesc G à ANEEL, no qual justificou os estudos referentes à série hidrológica utilizada nos cálculos energéticos do projeto de ampliação. A ANEEL emitiu o Despacho nº 1.508, de 9 de junho de 2022, acatando a justificativa.

d) EDP Transmissão Aliança SC S.A.

A EDP Transmissão Aliança SC é uma sociedade formada pela Energias do Brasil – EDP, com participação de 90,00%, e pela Celesc G, com participação de 10,00%. A implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão está prevista no Contrato de Concessão nº 39/2017, celebrado entre a EDP Transmissão Aliança SC S.A. e a ANEEL.

	Origem	Destino	Círculo*	Extensão (KM)	Tensão (Kv)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	CS	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	CD	209,0	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	CS	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	CD	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilhinha	CS	27,8	230
Total			CS/CD	433,1	525/230
SUBESTAÇÃO	SE 525/230 SIDERÓPOLIS 2		-	-	525/230

* CS: Circuito simples / CD: Circuito Duplo

Em 10 de janeiro de 2019, a ANEEL enviou à EDP Transmissão Aliança SC S.A. o Ofício nº 011/2019, informando que consta do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2018 – POTE 2018, emitido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a instalação do terceiro autotransformador 525/230 kV, 3 X 224 MVA monofásico na SE Siderópolis 2, com data de necessidade em dezembro de 2022, cuja implantação é de responsabilidade da EDP Transmissão Aliança SC S.A. Por meio da Nota Técnica nº 501/2019, a ANEEL autorizou a implantação do reforço ainda em 2019. Diante disso, a SPE deliberou por ampliar o escopo do contrato vigente para construção da SE Siderópolis (projeto original), iniciando imediatamente a implantação do reforço de forma simultânea à da SE, minimizando os impactos ambientais e fundiários e mitigando os riscos do trabalho executado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em junho de 2021, foram concluídas as etapas necessárias para a energização e integração ao Sistema Interligado Nacional dos trechos localizados no litoral catarinense. Nessa primeira etapa foram concluídos 180 quilômetros em linhas de transmissão em níveis de tensão de 230 e 525 kV, e ainda a importante subestação Siderópolis 2 com tensão 525/230kV.

e) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG 2021 e RAG 2022

Em 20 de julho de 2021, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.902, homologou as RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2021/2022. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

As RAGs mensais estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G são:

Usinas	Receita Anual (R\$) Ciclo 2021/2022	Receita Mensal (R\$) Ciclo 2021/2022
UHE Pery	61.607.233,15	5.133.936,10
UHE Garcia	11.721.282,46	976.773,54
UHE Bracinho	14.848.877,17	1.237.406,43
UHE Cedros	10.447.006,89	870.583,91
UHE Palmeiras	23.006.407,62	1.917.200,64
UHE Salto	7.541.939,03	628.494,92

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.068, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2022/2023, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$18,6 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$/mil) Ciclo 2022/2023	Receita Mensal (R\$/mil) Ciclo 2022/2023
UHE Pery	26.615	2.218
UHE Garcia	12.417	1.035
UHE Bracinho	15.547	1.296
UHE Cedros	11.386	949
UHE Palmeiras	24.186	2.016
UHE Salto	8.073	673

f) Plano de Segurança de Barragens – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE

O PSB apresenta as condições, características e regras operacionais de cada barragem. Já o PAE fornece as estratégias em situações de emergência.

De acordo com a Resolução ANEEL nº 695/2015, a Celesc G tinha até o ano de 2022 para a entrega das revisões dos atuais PSBs e PAEs, elaborados em 2017. Por conta disso, ao longo dos anos de 2021 e 2022, foi realizada a Revisão Periódica de Segurança (RPS), na qual os PSB/PAE foram totalmente revisados, com atualização de dados hidrológicos, novos estudos de *dam break*, simulação computadorizada das áreas afetadas e divulgação dos resultados aos órgãos de defesa civil envolvidos.

Cabe destacar que, em 2020, a Celesc G contratou empresa para elaboração e emissão de laudo de segurança de barragens a fim de corroborar com a constatação de que as barragens estão em condições normais de operação, não apresentando anomalias significativas que as coloquem em condição de risco.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

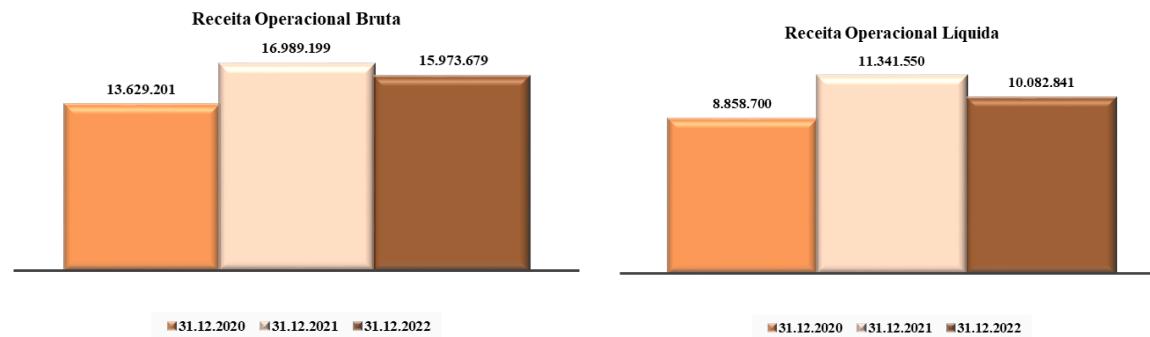
Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do exercício, comparados com o ano anterior:

Dados Econômico-Financeiros	Consolidado		
	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021	Variação
Receita Operacional Bruta - ROB	15.973.679	16.989.199	-5,98%
Receita Operacional Líquida - ROL	10.082.841	11.341.550	-11,10%
Resultado Operacional	802.347	797.370	0,62%
EBITDA Ajustado	1.079.945	1.043.117	3,53%
EBITDA	1.079.429	1.043.075	3,49%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	10,71%	9,20%	1,51 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	10,71%	9,20%	1,51 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	5,36%	4,97%	0,40 p.p.
Resultado Financeiro	(82.693)	24.159	-442,29%
Ativo Total	11.628.067	11.958.245	-2,76%
Imobilizado	133.865	128.813	3,92%
Patrimônio Líquido	2.883.176	2.621.369	9,99%
Lucro (Prejuízo) Líquido	540.562	563.172	-4,01%

4.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Bruta – ROB no exercício de 2022 foi de R\$16,0 bilhões, quase 6% menor que a realização no mesmo período de 2021, que foi de R\$17,0 bilhões. Entre outros fatores que determinaram tal redução, destacam-se os efeitos da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, que limitou as alíquotas de ICMS nos Estados, tributo considerado no faturamento de energia elétrica nas distribuidoras. Houve, ainda, redução significativa na receita de energia de curto prazo em razão da queda do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD na CCEE.

A Receita Operacional Líquida – ROL apresentou redução de 11,10% em relação a 2021 (R\$11,3 bilhões), fechando o exercício de 2022 em R\$10,1 bilhões. A desproporcionalidade das reduções entre a ROB e a ROL é justificada pela natureza da receita afetada. Os impactos da constituição de Ativo e Passivo Financeiros para compensação da variação de custos da Parcela A (CVA) da Celesc D proporcionaram uma redução na ROB entre os períodos analisados sem, no entanto, ter a mesma redução nos tributos deduzidos para o cálculo da ROL, pois essa receita não tem incidência de ICMS. Em linhas gerais, a receita diminuiu, mas as deduções não acompanharam essa proporcionalidade, causando um desempenho menor da ROL em comparação com a ROB. Ainda como dedução da ROB, tem-se o aumento da cota do valor da CDE, conforme resoluções publicadas em 2022 pela ANEEL.

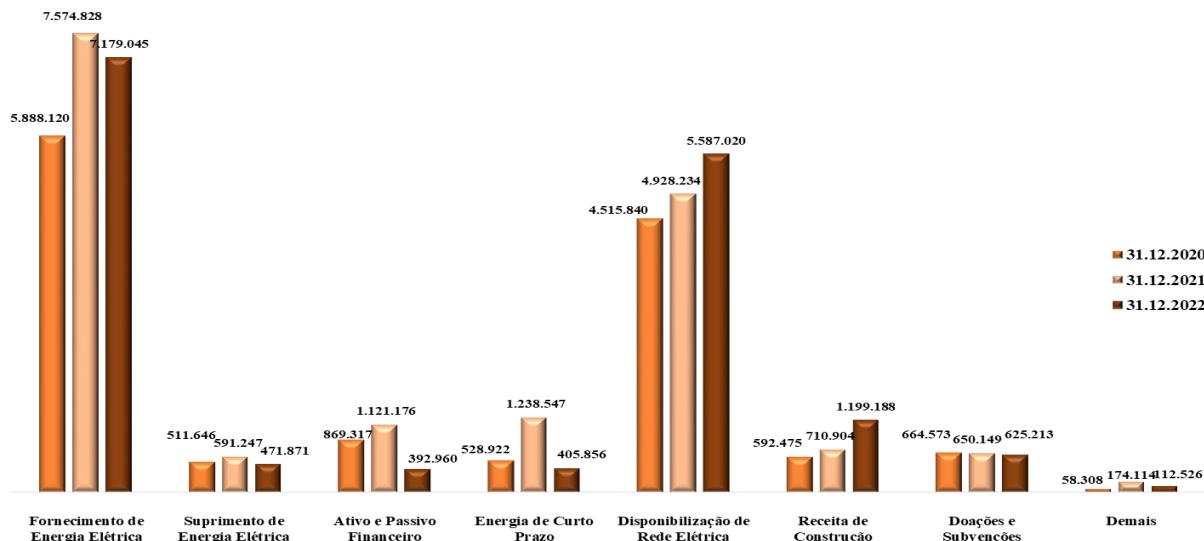


Na Celesc D, o menor desempenho da ROB foi determinado, principalmente, pela redução dos impactos positivos da constituição de Ativo e Passivo Financeiros para compensação da variação de custos da parcela A (CVA) e pela redução da alíquota de ICMS, ambos mencionados anteriormente. O significativo aumento nas receitas provenientes da disponibilização do uso da rede, motivado, sobretudo, pela aplicação do reajuste tarifário médio, bem como o incremento da receita de construção, decorrente do aumento do volume de investimentos que a empresa vem praticando, amenizaram essa redução, mas não foram suficientes para provocar um acréscimo desse desempenho.

Na Celesc G, o reflexo mais significativo para a redução da ROB está relacionado com o reconhecimento dos juros e das atualizações monetárias dos Ativos Financeiros, que são registrados nesse grupo. Essas receitas foram de R\$143,6 milhões em 2021 para R\$83,8 milhões em 2022, configurando uma redução de 41,6%, aproximadamente. Essa redução se justifica pelo fato de o reconhecimento inicial da indenização do projeto básico da usina Pery, em agosto 2021, ter contemplado toda a remuneração e atualização monetária desde o fim da concessão anterior, que ocorreu em julho de 2017.

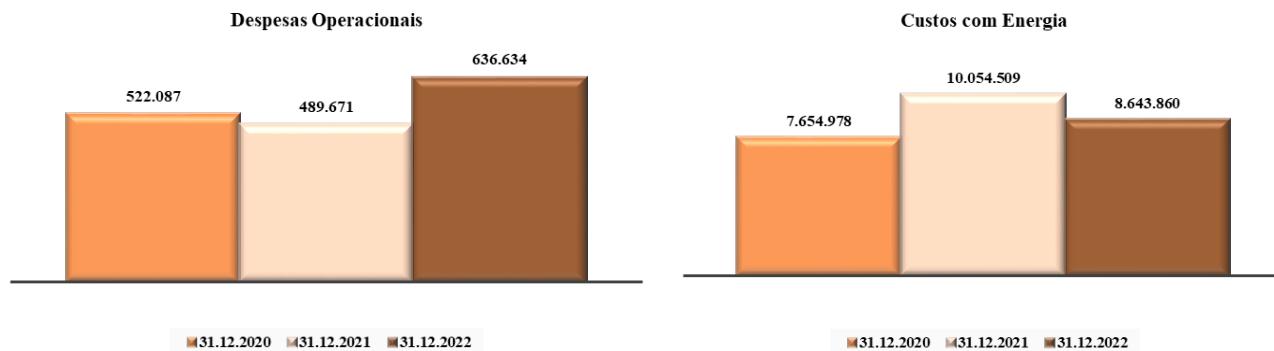
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Composição da Receita Bruta



4.2. Custos e Despesas

Os custos com energia apresentaram uma redução de 14,03%, aproximadamente, quando comparados os exercícios de 2022 e 2021, tendo como destaque a baixa de 29,1% nos custos de Energia Elétrica Comprada para Revenda. A redução está relacionada principalmente aos desligamentos das Geradoras Térmicas, impactando diretamente no custo de energia e pelo valor do PLD (Preço de liquidação) na CCEE ser inferior ao mesmo período de 2021.



O aumento nas despesas operacionais, comparando os exercícios de 2022 e 2021, foi provocado, na Celesc D, pelo acréscimo na contabilização da despesa atuarial, impactada pela elevação da taxa de desconto nominal e relacionada ao reconhecimento do custo do serviço corrente e do custo de juros sobre as obrigações atuariais, assim como o incremento de, aproximadamente, 4,75% de seu quadro funcional. As despesas com serviços de terceiros, sobretudo as relacionadas à limpeza e conservação, combustíveis, vigilância e manutenção de veículos, notadamente relacionadas ao retorno das atividades normais pós período crítico da pandemia, também contribuíram para o incremento desse grupo.

Na Celesc G, houve um aumento de, aproximadamente, R\$21,4 milhões nos custos e despesas operacionais. O principal fator foi a redução das reversões das perdas estimadas nos créditos de liquidação duvidosa – PECLD, ocorridas até o terceiro trimestre de 2021, motivadas pela adesão parcial em setembro de 2021, à Lei nº 14.052, de 8 em setembro de 2020, que tratou da repactuação do risco hidrológico das usinas participantes do MRE, exceto as CGHs.

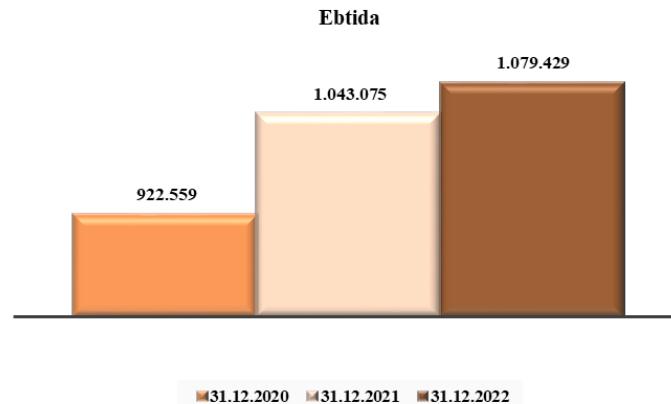
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.3. EBITDA

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

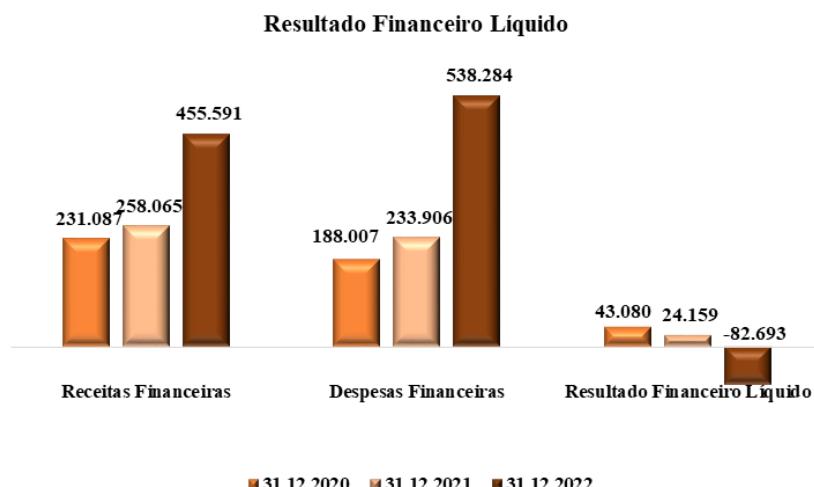
Conciliação do EBITDA (R\$ mil)	Consolidado	
	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Lucro Líquido	540.562	563.172
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	179.092	258.357
Resultado Financeiro	82.693	(24.159)
Depreciação e Amortização	277.082	245.705
EBITDA	1.079.429	1.043.075
Efeitos Não Recorrentes		
Provisão <i>Impairment Test</i>	516	200
Reversão <i>Impairment Test</i>	-	(158)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-recorrentes	1.079.945	1.043.117

O EBITDA do exercício de 2022 atingiu o valor de R\$1.079,4 milhões, ficando 3,49% superior em relação a 2021, que foi de R\$1.043,1 milhão. O EBITDA Ajustado, que desconsidera o efeito líquido do *Impairment Test*, ficando 3,53% superior em relação a 2021.



4.4. Resultado Financeiro

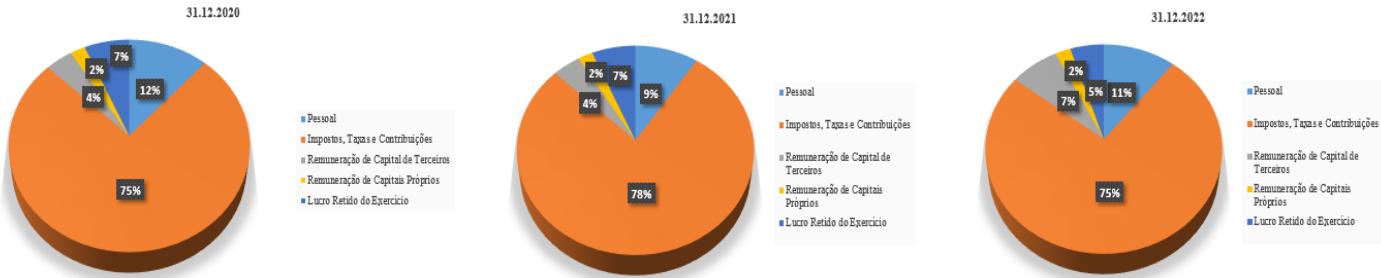
O Resultado Financeiro em 2022 foi negativo de R\$82,7 milhões, esse valor é inferior se comparado ao resultado financeiro de 2021 (R\$24,2 milhões). O resultado é decorrente principalmente dos encargos de dívidas da Celesc D e Celesc G.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.5. Valor Adicionado

A riqueza criada pela entidade e sua distribuição nos componentes Pessoal, Impostos, taxas e contribuições, Remuneração do capital de terceiros e Remuneração do capital próprio.



4.6. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

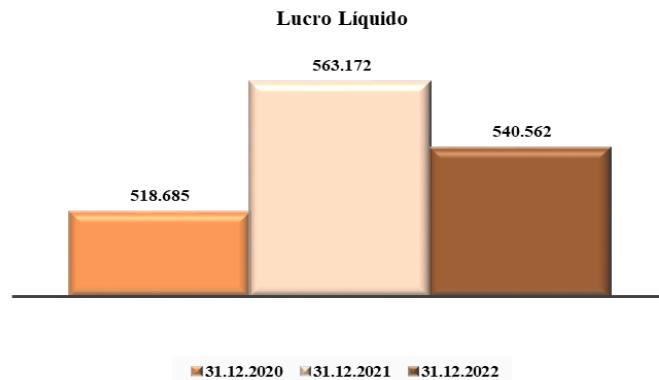
Índices	Consolidado		
	2022	2021	2020
Liquidez Geral	0,78	0,82	0,76
Liquidez Corrente	0,98	1,15	1,12
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	19,64%	24,45%	30,58%
Endividamento Geral	75,21%	78,08%	81,40%

4.7. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, Lucro Líquido de R\$540,6 milhões, representando uma redução de 4,01% se comparado ao exercício de 2021, cujo valor foi de R\$563,2 milhões.

A Companhia apresentou significativa variação negativa no Lucro Líquido, em decorrência do resultado das equivalências patrimoniais das suas investidas, principalmente em suas subsidiárias.

A Celesc G encerra o exercício de 2022 com um lucro menor de 31,38%. Como dito anteriormente, a Empresa teve um bom resultado em 2021, proveniente das receitas de indenização dos ativos que não estavam totalmente depreciados do projeto básico da Usina Pery e da reversão de PECLD sobre venda de energia na CCEE impactada pela GSF.



4.8. Política de Distribuição de Dividendos

A Companhia e suas subsidiárias possuem a Política de Distribuição de Dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração, na qual são estabelecidas as práticas de destinação do Lucro Líquido, aprimorando os parâmetros de remuneração de seus acionistas com máximo de transparência, alinhada às melhores práticas de gestão e de relacionamento com o mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.9. Investimentos

Descrição	Consolidado				
	2022	2021	Análise		
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	Horizontal
Distribuição de Energia Elétrica	1.292.847	97,54	753.101	96,92	71,67%
Recursos Próprios	1.015.798	-	622.237	-	-
Participação Financeira do Consumidor	277.049	-	130.864	-	-
Geração de Energia Elétrica	32.545	2,46	23.967	3,08	35,79%
Participações Societárias	18.712	-	4.633	-	-
Parque Gerador Próprio	13.833	-	19.334	-	-
Total	1.325.392	100,00	777.068	100,00	70,56%

4.9.1. Celesc D

Do total investido, o maior volume de R\$1.292,8 milhão foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$1.015,8 milhão foi com recursos próprios (sendo R\$952,4 milhões em materiais e serviços, R\$63,4 milhões em mão de obra própria) e R\$277,0 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 7 de dezembro de 2021.

4.9.2. Celesc G

Em 2022, os investimentos da Celesc G somaram R\$24,0 milhões e foram destinados à ampliação, melhoria e automação das usinas que compõem o parque de geração própria e ao aporte de recursos nas sociedades em que a Celesc G possui participação societária. Os investimentos no parque próprio têm o objetivo de ampliar a capacidade de geração, modernizar as usinas, reduzir os custos operacionais, dar maior confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas. Junto às SPEs, os investimentos viabilizam o plano de expansão do parque gerador e a diversificação do portfólio de negócios.

Dos investimentos realizados no parque gerador próprio no período de janeiro a dezembro de 2022, no valor de R\$13,8 milhões, foram desembolsados em encargos e custos das debêntures; montagem e gerador fotovoltaico 1.0 MW da UFV Lages; em painéis de supervisão e controle, regulador de tensão, serviços auxiliares e automação da US Caveiras; em serviço de mão de obra, manutenção, engenharia e transporte aéreo da US Piraí; automação de usinas, limpa grades e banco de baterias da US Palmeiras; aquisição de picapes 4x4 cabine dupla, melhorias no sistema de automação e placas de identificação da Administração Central; projeto executivo elétrico, automação e banco de baterias da US Pery; limpa-grades, serviço de manutenção civil, banco de baterias, segurança e monitoramento da US Salto e limpa-grades, banco de baterias, gerador elétrico e montagens mecânicas da US Bracinho.

4.9.2.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

a) Ampliação da CGH Caveiras

A Usina Caveiras, localizada no município de Lages/SC, possui 3,829 MW de capacidade instalada. A fim de ampliar sua capacidade instalada, em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Caveiras, que foi encaminhado em julho de 2020 à ANEEL, tendo sido aprovado em 28 de setembro de 2020, por meio do Despacho nº 2.752. O estudo importou o investimento de R\$203 mil.

Em 2021, a Empresa contratou a consolidação do projeto básico de ampliação, desenvolvido por empresa de engenharia especializada, num investimento de R\$269 mil. Este foi entregue à Agência Reguladora no início de 2022, tendo sido analisado e posteriormente aprovado pela ANEEL em 28 de abril de 2022, por meio do Despacho nº 1.102.

Esse projeto de ampliação prevê a desativação das unidades geradoras 01 e 02, manutenção das unidades geradoras 03 e 04, construção de novo circuito adutor, nova casa de força contando com a instalação de duas novas unidades geradoras com potência de 3,25MW cada, totalizando uma ampliação de 6,5MW. A potência final da Usina Caveiras será de 9,4MW.

O projeto encontra-se em fase de tramitação para obtenção de licenças ambientais junto ao Órgão Ambiental de Santa Catarina, IMA-SC, sendo que na sequência estará apto para seguir com o planejamento e plano de negócios para a implantação do empreendimento.

b) Ampliação da UHE Salto Weissbach

A Usina Hidrelétrica Salto Weissbach está localizada no município de Blumenau/SC, no rio Itajaí-Açu, com 6,28 MW de potência instalada. O projeto de ampliação está aprovado pela ANEEL por meio do Despacho 1.117, de 21 de maio de 2018. Aproveitando-se do mesmo reservatório, o projeto prevê a construção de um novo circuito de geração, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas novas unidades geradoras com potência de 11,5 MW cada, totalizando uma ampliação de 23,0 MW, que somada à potência das quatro unidades existentes na casa de força atual, resultará na potência total de 29,28 MW.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nos últimos anos, foram tramitados os estudos e documentos para a obtenção dos diplomas ambientais, sendo que o objetivo principal foi atingido em 23 de junho de 2022, com a emissão da Licença Ambiental de Instalação – LAI nº 3454/2022 pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA/SC. Aguarda-se ainda o término do processo para emissão de outorga de uso da água, a qual é regulada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDE/SC.

A Usina opera no regime de cotas. Então, os próximos passos para a autorização para ampliação serão realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que fará a avaliação orçamentária do empreendimento, e pela ANEEL, que a partir do orçamento consolidado, definirá a receita de geração da usina ampliada.

c) Reativação da CGH Maruim

A Usina Maruim, de propriedade da Celesc G, localizada em São José/SC, iniciou sua operação em 1910, com 600 kW de capacidade instalada e, após 62 anos de operação, foi desativada em 1972. A casa de força possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20, tendo sido tombada como patrimônio histórico cultural e natural em 2005 pelo Decreto Municipal de São José nº 18.707.

Em 2017, a Celesc G iniciou os estudos ambientais para obtenção das licenças necessárias à viabilização do projeto de reativação da Usina e, em 2018, promoveu a revisão e consolidação do projeto básico, sendo que essa nova configuração construtiva prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente e adequando as demais estruturas civis e eletromecânicas. A energia resultante do empreendimento foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2022/A-4, com uma tarifa de R\$264,99/MWh.

Para a realização do empreendimento, foram realizados quatro processos licitatórios distintos, os quais obtiveram êxito durante o decorrer de do ano de 2022. São estes: (1) supervisão e execução de programas ambientais; (2) fornecimento e instalação das turbinas, geradores e equipamentos associados; (3) fornecimento e instalação de conduto forçado e hidromecânicos; e (4) execução de obras civis e projetos executivos de engenharia que, somados, resultam num montante na ordem de R\$7,89 milhões e serão executados durante o decorrer de 2023.

4.9.2.2. Projetos de Automação do Parque Gerador

a) Automação da UHE Palmeiras

Iniciada em 2021, a implantação do novo sistema de automação na Usina Palmeiras, bem como outras melhorias associadas, foi concluída em 2022. A Usina Palmeiras é a segunda maior do parque gerador da Celesc G. O investimento é da ordem de R\$4,7 milhões.

b) Automação da CGH Caveiras

Ao final do ano de 2021, também foi iniciado o projeto de automação e *retrofit* da Usina Caveiras. O investimento é de R\$3,9 milhões e foi concluído em 2022.

c) Automação da UHE Pery

A Usina Pery é formada por duas casas de força, sendo que a primeira foi construída em 1965. O sistema de automação dessa casa de força também vinha apresentando necessidade de substituição, motivo pelo qual foi contratada a sua substituição. O projeto, da ordem de R\$3,6 milhões, deverá ser concluído no início de 2023.

d) Automação da PCH Celso Ramos

A Usina Celso Ramos é formada por duas casas de força, sendo que a primeira também foi construída em 1965. Assim como aconteceu na Usina Pery, o sistema de automação dessa casa de força vinha apresentando necessidade de substituição, que foi contratada ao final de 2022 para conclusão em 2023. O investimento é na ordem de R\$6,0 milhões.

4.9.2.3. Novos Negócios

a) Geração Distribuída por Meio de Fazendas Solares

Buscando a diversificação de atuação em fontes renováveis, como uma das diretrizes de seu Plano Diretor, em 2022, a Companhia iniciou a atuação de novos negócios em geração distribuída (GD) remota por meio de fazendas solares. O direcionamento estratégico da empresa aponta para a abertura de novos modelos de negócio, que possam aumentar as receitas extra de distribuição e, dentre eles, a GD, em vista das perspectivas de crescimento do segmento.

O Plano de Negócio em Geração Distribuída, aprovado pela Empresa em dezembro de 2021 e revisado ao final de 2022 prevê a implantação de 14,6 MW em projetos solares fotovoltaicos entre os anos de 2022 e 2023, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc. Destaca-se que 11 MW já se encontram em implantação, conforme abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

UFV GD Remota	Localização	Potência Intalada (MW)	Previsão de Entrada em Operação	Status
UFV Lages I	Lages/SC	1,00	Fev.2023	Emissão da Ordem de Serviço
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	1,00	Abr.2023	
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	2,00	Jun.2023	
UFV Modelo	Modelo/SC	2,00	Jul.2023	
UFV Videira	Videira/SC	1,00	Dez.2023	
UFV Capivari	Capivari de Baixo/SC	3,00	Dez.2023	
UFV Lages II	Lages/SC	1,00	Dez.2023	
Total		11,00		

Todos os projetos estão contemplados dentro da janela regulatória prevista pela Lei 14.300/22, a qual traz a manutenção das regras atuais do sistema de compensação de energia até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc Geração.

Destaca-se ainda que os 3,6 MW adicionais, aprovados na última revisão do Plano de Negócio em GD, serão prospectados no decorrer de 2023. Essa expansão de portfólio também estará atrelada, sobretudo, ao enquadramento dos projetos na janela regulatória da Lei 14.300/22 citada acima.

4.9.2.4. Parcerias

Os investimentos em SPEs totalizaram R\$18,7 milhões em 2022, sendo aplicados R\$17,6 milhões na EDP Transmissão Aliança e R\$1,1 milhão na Garça Branca Energética S.A..

4.10. Ambiente Econômico

4.10.1. Desempenho no Mercado Financeiro

A Celesc acompanha e monitora continuamente a evolução da conjuntura econômica e a variação dos principais indicadores como PIB, inflação, câmbio e juros e a forma como essas variáveis influenciam no mercado de energia elétrica. O câmbio, por exemplo, atua diretamente na compra de energia de Itaipu, PIB e investimentos no crescimento do mercado de energia. Os juros impactam no financiamento e investimentos (custo do capital) e, a inflação, nos suprimentos e PMSO.

O ano de 2022 ficou marcado por uma melhora no quadro da pandemia, fazendo com que as consequências humanas e econômicas fossem menores do que nos anos anteriores.

Por outro lado, o principal ponto negativo no cenário internacional foi a eclosão da guerra na Ucrânia no primeiro trimestre do ano, o que reforçou a piora nos indicadores de inflação no mundo. Ao longo do ano, a inflação alta e persistente provocou o início de ciclos de aperto monetário nos Estados Unidos e na Europa, com endurecimento das políticas dos bancos centrais e aumento nas expectativas das taxas de juros. Outros fatores, como os *lockdowns* com objetivo de combate ao Covid e a grave crise no mercado imobiliário na China, também contribuíram para o desaquecimento da economia mundial. Contudo, a situação do Brasil foi um pouco diferente da maioria dos países, por conta do ciclo de aperto monetário ter sido iniciado com antecedência. Dessa forma, as expectativas passam a ser de quando o Banco Central poderá iniciar a redução da Selic.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que é considerado uma prévia do PIB, teve um resultado positivo de 4,5% acumulado de 2022, sendo que a projeção do Banco Central para a atividade doméstica, já considerando o último mês do ano, é de crescimento de 3,1% em 2022. Esse indicador incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços.

O Índice de Preço ao Consumidor – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que mede o custo de vida das famílias com renda média de um a quarenta salários mínimos, assinalou 10,06% em 2022. Já o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, que reflete a evolução dos preços administrados e do atacado, apontou 17,79% como resultado da elevada variação cambial ocorrida no período.

A taxa de juros medida pela Selic fechou o ano a 13,75%, decorrente dos esforços do Banco Central em conter o avanço da inflação. No acumulado de janeiro a dezembro de 2022, em Santa Catarina, o Índice de Atividade Econômica Regional de Santa Catarina – IBCr-SC, calculado pelo Banco Central do Brasil, registrou crescimento de 6,4%, resultado melhor que a média nacional, que avançou 4,6% no mesmo período.

4.10.2. Desempenho no Mercado de Capitais

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 2,480 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ações preferenciais (59,74%), também nominativas, sem direito a voto. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base mínima de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme tabela a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31 de dezembro 2022					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	460.600	2,97	3.149.300	13,67	3.609.900	9,36
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	-	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	789.952	5,08	5.595.869	24,28	6.385.821	16,56
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Os investidores estrangeiros encerraram o quarto trimestre de 2022 representando 0,59% do Capital Social total da Celesc, com volume de 226.522 ações. A participação dos investidores por residência está representada na tabela a seguir:

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	226.522	0,59
Investidores Nacionais	38.345.069	99,41
Total	38.571.591	100,00

4.10.3. Desempenho no Mercado Acionário

O Índice BOVESPA, fechou o ano de 2022 com desempenho positivo de 4,69%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 3,11% no mesmo período.

Enquanto isso, as Ações Preferenciais – PN da Celesc apresentaram desempenho negativo de 12,22% e as Ações Ordinárias – ON também tiveram performance negativa de 9,74%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais, em 31 de dezembro 2022, e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado.

Descrição	Fechamento	Variação*	Variação*
	31 de	4º	Em 12
	Dezembro	Trimestre	Meses
Celesc PN	R\$54,59	-3,21%	-12,22%
Celesc ON	R\$50,11	5,05%	-9,74%
IBOVESPA	109.735	-0,27%	4,69%
IEE	78.679	0,24%	3,11%

* Variações Percentuais com Ajuste a Proventos

Os valores de mercado das ações da Celesc, em 31 de dezembro de 2022, conforme quadro acima, são os seguintes: R\$ 54,59 para cada ação ordinária (CLSC3) e R\$ 50,11 para cada ação preferencial (CLSC4).

As ações do controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2022, estão representadas no quadro adiante:

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador *	9.229.460	59,44	234.305	1,02	9.463.765	24,54
Outros Acionistas	6.297.677	40,56	22.810.149	98,98	29.107.826	75,46
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00

* Governo do Estado de Santa Catarina, CELOS, CODESC e SCPAR.

4.11. Relações com Investidores

Em 2022, a equipe de Relações com Investidores da Celesc manteve a agenda positiva de apresentações para o mercado de capitais por meio de realização de reuniões públicas e privadas com acionistas, investidores, analistas de mercado e imprensa especializada. Foram realizadas reuniões com analistas e representantes de alguns dos principais bancos de investimentos do país, além de três apresentações junto à Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, realizadas em março, maio e novembro, por meio de videoconferência.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No site de RI da Celesc (www.celesc.com.br/ri) estão disponíveis para consulta todos os documentos arquivados nos órgãos reguladores (CVM, B3 e ANEEL), bem como demais informações financeiras, *releases* de resultados, desempenho operacional, histórico de dividendos, apresentações realizadas, agenda e calendário de eventos corporativos, fatos relevantes e comunicados ao mercado, além dos relatórios de sustentabilidade no padrão *GRI*, o Balanço Social da Companhia, entre outras informações.

5. ESG – ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE

Inserida em um setor de grande dinamismo, a Celesc tem sua atuação marcada pelo compromisso com a qualidade, a melhoria contínua e a sustentabilidade de todas as suas operações, de todos os processos e serviços prestados à sociedade.

5.1. Compromisso com o Meio Ambiente

A atuação das suas subsidiárias, Celesc D e Celesc G, segue comprometida com a melhoria contínua, qualidade e sustentabilidade de seus empreendimentos, operações, processos e serviços prestados à sociedade.

No que diz respeito à conformidade ambiental de seus empreendimentos, todas as subestações e linhas de distribuição com tensão igual ou superior de 69 kV passam pelos ritos para obtenção e para manutenção (renovação) de licenças ambientais pertinentes, em estreita consonância com o atendimento à legislação ambiental vigente. Para cada novo empreendimento em fase de planejamento, são elaborados os estudos ambientais, compreendendo o diagnóstico ambiental (do meio físico, biótico e social) da região de inserção do traçado da linha e da subestação, bem como a identificação dos impactos que poderão ser gerados nas fases de projeto, construção e de operação, e os respectivos planos e/ou programas de mitigação dos impactos negativos.

Em 2022, todas as obras dos empreendimentos tiveram seus planos e/ou programas ambientais implementados e fiscalizados *in loco* por uma equipe de supervisão ambiental contratada, com o objetivo de garantir o cumprimento das premissas e indicadores dos planos/programas e eventuais condicionantes ambientais estabelecidas no processo de licenciamento.

Atenta aos cenários globais, a Companhia possui sua Declaração de Mudanças Climáticas (2015) e vem elaborando anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE, que mapeia e quantifica as emissões de carbono das atividades da Celesc e de suas subsidiárias Celesc D e Celesc G, propiciando a elaboração de um diagnóstico dos processos internos (fontes e quantidades). Esse diagnóstico será usado como ferramenta de planejamento e estabelecimento de metas de redução e compensação de emissões no Plano de Gestão de Mudanças Climáticas da Celesc, documento elaborado no ano de 2021, que será revisado durante o ano de 2023, para planejamento, padronização e institucionalização de todas as iniciativas relacionadas ao ODS 13 – Combate às Mudanças Climáticas.

Na Celesc, os inventários de GEE seguem a metodologia do GHG Protocol e, desde 2014, são auditados por empresa externa, obtendo-se o selo *gold* na qualificação dos inventários. Todos os inventários estão disponíveis no portal Registro Público de Emissões.

Ainda, demonstrando o compromisso com o meio ambiente e com o engajamento nos ODS, a Celesc elaborou e aprovou, no ano de 2022, o Plano de Consumo Consciente, estruturado em três programas específicos: Programa de Consumo Sustentável de Água, Programa de Uso Sustentável de Recursos Naturais e Programa de Valorização de Resíduos Administrativos. O plano estabeleceu metas de redução de consumo de água, materiais e de gerenciamento de resíduos sólidos, contemplando um cronograma de atividades e ações necessárias para o alcance dessas metas.

5.2. Ações Ambientais

5.2.1. Celesc D

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em 2022, a Celesc D encaminhou para destinação final adequada 7.802,8 toneladas de resíduos sólidos, incluindo sucatas de postes e de equipamentos elétricos, óleo mineral isolante, pilhas e baterias, lâmpadas usadas, sucatas metálicas, ferrosas, além de sólidos contaminados com óleos minerais e outros produtos químicos. A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de reciclagem ou reutilização (98,7%) e disposição em aterro (1,3%).

A Celesc vem aprimorando as iniciativas de gerenciamento de resíduos sólidos em suas atividades desde a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Nos últimos anos, a Empresa obteve um avanço significativo no que diz respeito ao gerenciamento dos resíduos administrativos, principalmente com o desenvolvimento do Plano de Consumo Consciente e a definição de um programa específico para valorização dos resíduos administrativos.

O programa de valorização de resíduos administrativos tem como objetivos, para o ano de 2023, definir indicador e meta para “redução de rejeitos” no prédio da Administração Central da Celesc em Florianópolis e ampliar as ações de gerenciamento de resíduos administrativos para as Regionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além disso, a Celesc realiza a ação de fragmentação de documentos, com base nas diretrizes estabelecidas em Normativas da Secretaria Estadual da Administração do Estado de Santa Catarina (SEA), que tratam dos procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos integrantes do Poder Público Estadual. Dessa forma, em 2022, a Empresa fragmentou 6.910 quilos de documentos, os quais foram doados para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Sul Recicla, entidade de catadores de baixa renda localizada no bairro Tapera, em Florianópolis. A fragmentação visa eliminar os documentos que já cumpriram a sua função e não apresentam mais valor legal ou histórico e atende tanto a questão ambiental quanto a área social, beneficiando duplamente os cidadãos e o Estado de Santa Catarina.

b) Inventário e Eliminação de Bifenila Policlorada (PCB)

Conforme planejado, em 2022 foram retirados de operação e enviados para destinação final ambientalmente adequada os dois últimos transformadores de força contaminados com PCB, a saber, localizados na SE Capinzal e na SE Joinville IV, totalizando uma massa de 106,46 toneladas de resíduos. Com isso, em julho de 2022, a Celesc D concluiu o gerenciamento de resíduos PCB (inventário por censo e destinação final dos contaminados) dos Equipamentos de Grande Porte (EGP) que constituem o seu parque.

No quadro abaixo se tem os resultados do inventário PCB em EGP:

Tipo de Equipamento EGP (acima de 2500L)	Quantidade de Equipamentos da Empresa	Número de Equipamentos Analisados	Número de Equipamentos com Teores de PCB ≥ 50 mg/kg	Massa Total dos Equipamentos com Teores de PCB ≥ 50 mg/kg
Transformadores de força/ potência de subestação	379	379	13	241.424

Com relação aos Equipamentos de Pequeno Porte (EPP), em abril de 2022, foi publicada a Portaria Interministerial MME/MMA nº 107, que disciplina a eliminação controlada de PCB, aprova o Manual de Gestão de PCB para equipamentos elétricos e implementa o sistema Inventário Nacional de PCB. Com isto, o Manual lançado validou a utilização do método estatístico para fins de inventário dos EPPs, definindo ainda as subpopulações mínimas que devem compor as amostragens.

Assim, com base nas instruções preconizadas, foi dado prosseguimento ao inventário, que alcançou 72% dos EPPs da Celesc D em 2022 e continuará a ser executado em 2023, com finalização prevista até meados de 2024, porque, no decorrer dos trabalhos do grupo de trabalho se identificou que, para alguns tipos de equipamentos e subpopulações (disjuntores, comutadores, religadores, reguladores e transformadores subterrâneos) será necessário um planejamento criterioso para a coleta de amostra de óleo (para fins de análise do teor de PCB), pois estes se encontram em plena operação na rede ou nas subestações e poderá haver necessidade de desligamento parcial de alguns sistemas para execução das coletas.

Quanto à destinação final ambientalmente adequada dos EPPs contaminados com PCB, em 2022, foram 222,2 toneladas de resíduos. Finalmente, considerando toda a massa eliminada, EGP e EPP, chega-se ao total de 325,5 toneladas em 2022.

c) Mudanças Climáticas

Desde 2012, a Celesc vem realizando seus Inventários de Emissões de GEE de forma completa, considerando os 3 escopos. E a partir de 2014, os inventários passaram a ser verificados por Organismos de Verificação (OVV), devidamente acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), recebendo, dessa forma, o Selo Ouro do Programa GHG Protocol. Todos os inventários de emissões da Celesc podem ser consultados no Registro Público de Emissões.

No ano de 2022, foi realizado o inventário de emissões de gases de efeito estufa do ano de 2021. As emissões de Gases de Efeito Estufa da Celesc no ano de 2021 totalizaram 220.403,622 toneladas de CO₂ equivalente, demonstrando um incremento significativo com relação ao ano anterior, em virtude da retomada de atividades que se encontravam com restrições impostas pela pandemia de COVID-19.

Considerando os impactos e efeitos das mudanças climáticas, como o aumento da frequência e intensidade de eventos extremos, como tempestades, enchentes, alagamentos, estiagens, entre outros, a Celesc está engajada em retomar o planejamento de atividades e ações para o enfrentamento da questão climática. Em 2021, foi elaborado o Plano de Gestão de Mudanças Climáticas com um diagnóstico das ações que já são executadas de forma operacional pela empresa. No ano de 2022, em virtude da retomada completa de todas as atividades que ainda possuíam algum tipo de restrição por conta da pandemia, bem como da realização de diversas obras de expansão do sistema elétrico de potência, espera-se novamente um incremento nas emissões de GEE.

Ainda com relação às ações para enfrentamento das mudanças climáticas, considerando o parque gerador próprio da Celesc G, composto 100% de matriz de origem limpa (hidrelétrica e solar), a Celesc realizou, durante o ano de 2022, estudo de viabilidade para iniciar a emissão de certificados de energia renovável (i-recs), tanto para aumento do portfólio de produtos/serviços, quanto para o autoconsumo, isto é, para a compensação das emissões próprias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sobre as iniciativas desenvolvidas durante o ano de 2022, que contribuem para a redução de emissões, merecem destaque: o Programa de Redução de Deslocamentos Improdutivos, que visa a otimização dos atendimentos a emergências, ajudando na redução de emissões escopo 1; a atuação da Comissão Interna para Conservação de Energia – CICE, que atua na conscientização dos empregados para a redução do consumo de energia, visando redução no escopo 2; o Projeto Araranguá, iniciado em 2021 e concluído em 2022, no qual 99% das unidades consumidoras do município foram equipadas com medidores inteligentes, além da substituição de 1300 transformadores de distribuição, com um investimento total de cerca de 23 milhões de reais. Esse projeto piloto trouxe ganhos em diversas áreas da Companhia, desde redução dos indicadores DEC/FEC, até reduções de emissões de GEE em todos os escopos e, por esse motivo, foi ampliado para abranger o município de Florianópolis, com uma cobertura de 267 mil unidades consumidoras e cerca de 6 mil transformadores de distribuição no ano de 2023.

Por fim, cabe mencionar os projetos de eficiência energética, P&D e inovação, que visam a redução do consumo de energia pela sociedade e desenvolvimento de novas tecnologias na área do setor elétrico. Como destaque, o projeto desenvolvido em parceria com a Fundação CERTI para a instalação de pontos de recarga para veículos elétricos e híbridos *plug-in* em locais estratégicos ao longo das principais rodovias e dentro de alguns municípios de Santa Catarina. Esse projeto, juntamente com a ampliação das formas de atendimento por meio dos canais digitais (site, app, *whatsapp*, *callcenter*, etc.), apesar de não apresentarem um resultado direto no inventário de emissões da Celesc, representam o comprometimento da empresa com a redução de emissões, por meio de ofertas de baixo carbono para a sociedade.

Como reconhecimento dos avanços que vêm sendo construídos ao longo desse período, em 2022 a Celesc manteve o *score C*, patamar de conscientização, na avaliação sobre mudanças climáticas realizada pelo *Carbon Disclosure Project* (CDP). Esse resultado é fruto de uma evolução gradual que vem ocorrendo no reporte do gerenciamento das mudanças climáticas, por meio de uma abordagem mais aprofundada, detalhada e articulada a outros documentos estratégicos e de planejamento da Companhia, o que demonstrou de forma assertiva o nível de comprometimento da Celesc em relação aos riscos climáticos e às ações para adaptação e resiliência do sistema elétrico que se desencadeiam sob essa perspectiva.

d) Gerenciamento de Riscos Ambientais

Em 2020, a Celesc atualizou o mapeamento dos seus principais riscos ambientais. A partir deste planejamento, a Celesc D vem agindo para a redução ou eliminação de cada um dos riscos ambientais elencados. A Celesc D possui 16 Regionais em todas as regiões do Estado de Santa Catarina. Em 2021, foram instaladas quinze estruturas para armazenamento de transformadores retirados da rede de distribuição de energia elétrica em oito Regionais no Estado, visando a mitigação de riscos ambientais. Dando continuidade e, conforme planejado, em 2022 foram construídas mais seis estruturas em outras seis Regionais da Celesc D.

Alinhada à sua Política de Responsabilidade Socioambiental, a Celesc atua na prevenção e mitigação de impactos ambientais e, no ano de 2022, realizou seis atendimentos relacionados a incidentes envolvendo vazamento de óleo. Em 100% dos casos, os atendimentos se deram de forma célere, estando dentro dos limites contratuais de prazos de atendimento.

e) Proteção da biodiversidade

O Programa de Proteção de Aves na Rede (PPAR) tem por objetivo harmonizar a distribuição de energia elétrica e a nidificação de pássaros, como o joão-de-barro (*Furnarius rufus*). O PPAR ocorre anualmente e consiste na retirada de ninhos inativos de joão-de-barro que estejam em situação de risco e na posterior instalação de dispositivos afastadores, os quais “inibem” a construção de ninhos nos pontos mais perigosos das redes de distribuição, evitando possíveis acidentes.

No ano de 2022, foram retirados 10.125 ninhos em situação de risco (frente a 9.023 em 2021) e instalados 28.953 afastadores nas redes de distribuição da Celesc D (frente a 18.146 em 2021). A ação foi realizada no período entre maio e agosto, atendendo aos requisitos da Autorização Ambiental (AuA 3296/2020) emitida pelo IMA/SC.

5.2.2. Celesc G

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em 2022, a Celesc G encaminhou para destinação final adequada 57,13 toneladas de resíduos, incluindo óleos lubrificantes, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes e de luz mista, sucatas ferrosas, sólidos contaminados, lodos de fossas sépticas e outros recicláveis (madeiras, papéis e plásticos).

A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de reciclagem, disposição em aterro, rerrefino e tratamento de efluentes. A Celesc G também já realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de PCB (Ascarel) superior a 50 partes por milhão/ppm nos transformadores associados às subestações das usinas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

b) Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

Esta unidade de conservação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 22.768/1984, o qual autorizou a criação por parte da Celesc G desta Estação Ecológica, constituída pela bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Piraí, nos municípios de Schroeder e Joinville. Contempla uma área de 4.780 hectares, preservando uma parcela importante da Floresta Pluvial Atlântica presente na Serra do Mar.

A Celesc G e o IMA/SC assinaram um Protocolo de Intenções que visa à criação da Unidade de Conservação (UC) do Bracinho, abrangendo os municípios de Schroeder e Joinville, sendo instituída a equipe técnica de ambas as instituições que coordena e acompanha os processos necessários para efetivação da UC. Em 2022, a fase de regularização fundiária de cada terreno foi finalizada. Neste momento, a empresa está atuando na unificação desses imóveis visando o enquadramento da categoria da unidade, bem como definindo o manejo adequado à área, conforme os usos prioritários.

Adicionalmente, a empresa avalia a viabilidade técnica de formalização de outros locais protegidos em espaços territoriais próprios dotados de características naturais relevantes, de forma a proporcionar benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade desses locais. Dentre esses locais, inclui-se o entorno do chamado Salto Weissbach, vinculado à Usina Salto em Blumenau/SC. Nesse local, os terrenos da empresa proporcionam a conservação *in situ* de distintas espécies reófitas endêmicas do rio Itajaí-Açu ameaçadas de extinção.

c) Outorgas de Uso de Água

Os aproveitamentos hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que assegura o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. A Celesc G possui a outorga de uso da água de todas as 12 usinas hidrelétricas, além das outorgas preventivas vinculadas aos projetos de ampliação da Usina Salto Weissbach e de reativação da Usina Maruim.

Ciente também da importância da sua participação na integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental a Celesc G participa e apoia as ações desenvolvidas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, vinculada à manutenção e melhoria da qualidade e quantidade de água de seus empreendimentos hidrelétricos.

d) Monitoramento Hidrológico

Para fins de atendimento à Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 003, de 10 de agosto de 2010, a empresa mantém em operação 18 estações telemétricas de monitoramento hidrológico, distribuídas em cinco regiões hidrográficas no Estado de Santa Catarina. Essas estações também fornecem suporte de redundância ao Centro de Operação da Geração, inclusive em situações de eventos hidrológicos críticos.

e) Monitoramento Ambiental

Em 2022, a Celesc G prosseguiu com a execução das condicionantes de licenciamento ambiental do parque gerador da empresa por meio do desenvolvimento de 120 programas ambientais, distribuídos em distintos temas, tais como destinação de efluentes líquidos e resíduos sólidos, monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, levantamento e conservação da fauna terrestre, ictiofauna e macroinvertebrados aquáticos, macrófitas aquáticas, hidrossedimentológico, recuperação de áreas degradadas, manutenção das vazões ecológicas, educação ambiental e comunicação social.

f) Gestão Fundiária

No ano de 2022, houve prosseguimento de diversas atividades para atendimento ao projeto de regularização fundiária, dentre elas: atendimento às exigências dos cartórios para retificações das áreas, regularização fiscal dos imóveis junto à Receita Federal do Brasil – RFB e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, avaliação dos imóveis, cadastro de confrontantes das usinas, levantamentos topográficos e topobatimétricos, inspeções fundiárias e certificação dos imóveis junto ao INCRA. Também foram finalizadas retificações administrativas dos limites dos terrenos das usinas Caveiras, Garcia, Maruim, Pirai e Bracinho, totalizando aproximadamente 5.600 hectares de áreas regularizadas com valor fiscal de R\$ 142,0 milhões.

g) Conservação da Flora

No mês de novembro de 2022, a empresa iniciou as ações de conservação *ex situ* das espécies de reófitas endêmicas do rio Itajaí-Açu ameaçadas de extinção presentes na área da Usina Salto em Blumenau/SC. As espécies englobam a Cutiá-de-espinho, Pitangueira, Arapabaca e a bromélia *Dyckia brevifolia Baker*. As ações envolvem a elaboração de um plano de manejo visando promover a conservação e recuperação populacional destas espécies de plantas, incluindo também a construção de um viveiro de produção de mudas, manutenção de coleções *ex situ*, formação de populações mínimas viáveis, estudos de variabilidade genética e atividades de educação ambiental junto à comunidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

h) Conservação da Fauna

Como forma de subsidiar a proteger as espécies da fauna ameaçadas de extinção registradas no entorno da Usina Celso Ramos, a empresa mantém um plano de ações prioritárias, de forma a garantir a manutenção e conservação das espécies nesses ambientes. Entre as espécies protegidas, constam o Pica-pau-de-cara-canela, Leão-baio, Gato-maracajá e a Rã-de-vidro.

i) Recuperação de Ambientes Aquáticos

No ano de 2022, a Celesc G prosseguiu com as atividades de anuência junto ao órgão ambiental visando à recuperação dos ambientes aquáticos inseridos nos reservatórios das usinas Bracinho, Palmeiras, Celso Ramos e Ivo Silveira. As atividades envolvem o levantamento e monitoramento da fauna e flora aquática associada, assim como na remoção do excesso de sedimentos para melhorias no substrato de fundo, complexidade dos ambientes, qualidade dos remansos, proteção dos barrancos e cobertura vegetal das margens destes locais.

j) Sistema de Gestão Integrada (Qualidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho)

Por fim, diante dos avanços identificados a empresa prosseguiu, no ano de 2022, com a implementação do Sistema de Gestão Integrada na Usina Hidrelétrica Garcia, município de Angelina/SC, composto pelos processos de meio ambiente (ABNT NBR ISO 14001:2015), qualidade (ABNT NBR ISO 9001:2015) e saúde e segurança ocupacional (ISO 45001:2018). Atualmente, o desenvolvimento do sistema se encontra na fase de auditoria externa.

Para os demais empreendimentos, o sistema está previsto para ser desenvolvido ao longo do ano de 2023.

5.3. Compromisso com a Sociedade

O compromisso social da Companhia também está amparado em seu Planejamento Estratégico, sua Política de Responsabilidade Social e em seus diversos programas de Eficiência Energética – EE, de Pesquisa & Desenvolvimento – P&D e na sua Declaração de Mudanças Climáticas, em que estabelece ações para promover a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva. A promoção do uso eficiente da energia elétrica, da diversificação da matriz energética com fontes renováveis e a redução na emissão de gases do efeito estufa e de resíduos poluentes, por exemplo, estão entre os compromissos firmados.

Na busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e do mercado na área de energia elétrica, o Programa de P&D da Celesc D tem investido predominantemente no seu principal foco: a distribuição de energia elétrica. O bom desempenho na área é fruto de uma política que visa o desenvolvimento de projetos que buscam agregar valor aos negócios corporativos, com foco em mais eficiência operacional e em alavancar esses projetos dentro da cadeia de inovação do Setor Elétrico.

Em 2022, a Celesc D investiu cerca de R\$10,3 milhões em P&D visando a continuidade de projetos nos temas de Mobilidade Elétrica, Robótica, Subestação, Geração Eólica, Mercado, Regulação, Meio Ambiente, Novos Materiais entre outros. Destacam-se no ano a conclusão do Estúdio RV Celesc, que utiliza a tecnologia de realidade virtual para capacitação de profissionais técnicos, engenheiros e eletricistas para atuação no sistema elétrico. Esse tema, está alinhado à segurança no trabalho e no compromisso da Celesc com o Programa Acidente Zero.

A mobilidade elétrica também tem sido destaque na Celesc D, com a finalização da segunda etapa do Projeto Eletroposto Celesc, com 34 estações de recargas de veículos instaladas de Norte a Sul, via BR 101, e Leste a Oeste, via BR 282. Ainda no tema, deve-se mencionar o Projeto ConverTE, que tem como objetivo a inserção de veículos elétricos em órgãos públicos por meio da conversão de veículos a combustão para elétrico. Nesse sentido, foram feitas parcerias com a Assembleia Legislativa de SC e com o Tribunal de Justiça em 2022 para incentivar a utilização desses veículos e, dessa forma, contribuir com o meio ambiente e com a economia.

No Programa de Eficiência Energética – EE, os investimentos foram de R\$27,2 milhões, no ano de 2022, em programas que visam a redução de consumo de energia de unidades consumidoras da Celesc D, contemplando Iluminação Pública, hospitais, APAEs, universidades, indústrias, prédios públicos e também consumidores residenciais de baixo poder aquisitivo. Destacam-se os projetos em sistemas de iluminação pública, iniciativa da qual participam os municípios de Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, Urubici e Urupema.

Outro projeto de grande valor para a sociedade é o projeto “Hospitais Filantrópicos 3”, que iniciou em 2022 e irá beneficiar sete hospitais filantrópicos de Santa Catarina. Com investimentos superiores a R\$7,8 milhões, as ações contemplarão a troca de equipamentos ineficientes por novos, bem como a instalação de geração fotovoltaica. Participam dessa iniciativa quatro hospitais administrados pelo Instituto Santé, sendo estes em: Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Guaramirim e São Miguel do Oeste, além do Hospital Marieta Konder Bornhausen, de Itajaí e Hospital São Camilo de Imbituba. Esses projetos foram selecionados na Chamada Pública. Desde 2012, a Celesc já beneficiou 67 hospitais com ações de redução no consumo de energia.

Por meio de chamada pública para financiamento de projetos com incentivos fiscais, a Celesc D fez aporte de R\$954,94 mil em projetos culturais e R\$223,24 mil em projetos esportivos, somando investimento de mais de R\$1,17 milhão para o desenvolvimento cultural e esportivo de Santa Catarina.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Celesc D fechou o ano com o repasse de R\$478 mil ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e ao Fundo do Idoso (FEI), somando em torno de R\$239 mil para cada um. Encaminhados diretamente aos Fundos, que são geridos pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, esses recursos viabilizam, por meio dos Conselhos Estaduais, inúmeras atividades de amparo, proteção e orientação dos seus públicos-alvo.

O novo ciclo 2022/2024 do Programa Jovem Aprendiz da Celesc iniciou com aumento de 25% no número de vagas. Com 203 jovens aprendizes distribuídos por setores da Empresa, foram investidos R\$2,36 milhões no Programa somente em 2022. De cunho profissional, o Programa possibilita a experiência do primeiro emprego e a inserção no mercado de trabalho para jovens. Na Celesc, essa oportunidade é oferecida prioritariamente a jovens moradores de casas-lares e/ou em situação de vulnerabilidade social. Além da atuação profissional, os jovens recebem, ao longo do ciclo, oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal por meio de cursos e capacitação de mercado. Ao proporcionar essa chance de primeiro emprego, a Celesc promove condições para o desenvolvimento dos jovens, preparando-os para o trabalho e destacando a importância não só de fatores comportamentais, mas da inserção no ambiente corporativo como experiência fundamental para o início de uma carreira sólida.

A Celesc D realizou palestras em escolas de Santa Catarina sobre eletricidade e segurança entre os meses de março e abril, com a intenção de mostrar aos estudantes curiosidades a respeito do sistema elétrico, alertar sobre cuidados para evitar acidentes e incentivar o uso consciente de energia. As atividades ocorreram ao menos em 12 cidades do Estado para um público estimado de 950 participantes e envolveram eletricistas, instrutores e técnicos da Empresa. Em parceria com a Associação Brasileira de Conscientização para os Perigos da Eletricidade – Abracopel, a Celesc realizou o Concurso Nacional de Desenho, Redação e Vídeo sobre Eletricidade com Segurança nas escolas de SC.

As ações realizadas pelo Programa Celesc Solidária, como a Campanha “Temos muitas famílias precisando da Nossa Energia”, iniciativa contra a insegurança alimentar, chamou novamente o corpo funcional para a doação de alimentos não perecíveis no período entre maio e junho. No total, foram arrecadadas mais de cinco toneladas de alimentos. A campanha é um desdobramento do compromisso da Celesc com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular, o Objetivo 2 – Fome Zero. Outra ação do Programa foi o Natal Solidário – tradição que completou 17 anos em 2022, que atendeu mais de 500 crianças em situação de vulnerabilidade social com brinquedos e *kits* escolares.

O Programa de Diversidade e Inclusão – D&I tem o compromisso de valorizar a diversidade e promover a inclusão, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento humano, além de gerar engajamento, criatividade e inovação ao negócio por meio de ações baseadas na Política de Diversidade e Inclusão, estruturado com um Comitê que atua com o propósito de promover a diversidade de gênero e a inclusão na Empresa. Desde a sua implementação em 2020, o Programa é desenvolvido por meio de um plano estratégico com uma série de ações que recomendam iniciativas para apoiar e reter as mulheres na Celesc. Das 33 ações propostas, destacam-se: treinamento de viés inconsciente para a alta liderança, assinatura dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPS) da ONU, treinamento para os colaboradores, formação de multiplicadores da cultura inclusiva (Grupo de Trabalho), agenda estruturada para divulgação de temas D&I, divulgação e destaque para atitudes inclusivas na Empresa, *dashboard* de D&I para gerenciamento das métricas, avaliação de desempenho contínua, canal de denúncia, licença-paternidade com acompanhamento e compartilhamento de experiências positivas e campanhas de desconstrução de frases preconceituosas.

5.4. Ações de Responsabilidade Social da Companhia

A Celesc recebe o reconhecimento de instituições sociais, culturais e esportivas pela sua contribuição voluntária em diversos projetos. Dentre os reconhecimentos alguns se destacam. De Joinville, vem o reconhecimento como empresa “Amiga do Bolshoi”, pelo patrocínio via Lei Federal de Incentivo à Cultura à Escola de Ballet Bolshoi. O Instituto Guga Kuerten, que atua em comunidades de vulnerabilidade social na Grande Florianópolis, também prestou homenagens à Celesc e aos parceiros do Instituto pelos patrocínios via Lei de Incentivo Fiscal. Do Lar São Vicente de Paulo – IDES, o agradecimento é pela participação da instituição no Natal Solidário, considerando que as crianças atendidas pela instituição participaram da festa de Natal e receberam presentes doados pelos empregados da Celesc. Outras instituições reconhecem a Celesc pelo apoio às causas relevantes: a Fundação ABRINQ reconhece a Celesc como “Empresa Amiga da Criança”, pelos compromissos assumidos na defesa dos direitos da criança e dos adolescentes; a Childhood Brasil, por meio do programa “Na Mão Certa”, reconhece a Celesc pelo compromisso e atuação na proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual.

A Empresa recebeu também o reconhecimento de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), que identifica a prática de ações socioambientais e considera requisitos como transparéncia nas relações institucionais, comprometimento com o bem-estar da sociedade catarinense e a preservação ambiental de Santa Catarina, aspectos valorizados pela Celesc em seus programas nessa área.

Também foi reconhecida com a certificação de Empresa Cidadã pelo Programa Novos Caminhos, uma iniciativa da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, junto com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), cuja finalidade é contribuir para a construção da autonomia de adolescentes, com idade acima de 14 anos, que estão passando ou passaram por medida de acolhimento, visando proporcionar a eles a perspectiva de uma vida com qualidade e dignidade. Esse trabalho é realizado pelo Programa Jovem Aprendiz, que possibilita a jovens a experiência do primeiro emprego e a inserção no mercado de trabalho, oportunidade oferecida prioritariamente a jovens moradores de casas-lares e/ou em situação de vulnerabilidade social.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia foi homenageada pelo apoio cultural concedido ao 11º Prêmio & Festival de Dança de Florianópolis por meio de patrocínio via Lei de Incentivo Fiscal. O evento recebe, anualmente, centenas de grupos de dança do Brasil e América do Sul, que concorrem a diversos prêmios em dinheiro, bolsas e vivências em congressos de alta relevância artística e notoriedade internacional.

A Celesc foi finalista do 1º Prêmio Amigo do Leão, uma iniciativa da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), núcleo de Santa Catarina, para reconhecer aqueles que contribuem com a arrecadação de recursos aos fundos da Infância e Adolescência (FIA) e fundos do Idoso com a destinação de Imposto de Renda.

5.5. Compromisso com os Empregados

Promover a segurança e ser responsável e ético na conduta com as pessoas estão entre os principais valores corporativos do Grupo Celesc. Nesse sentido, são desenvolvidos diversos programas e projetos na área de Gestão de Pessoas, com o intuito de tornar a Celesc de amanhã melhor do que a Celesc de hoje. Dentre tais programas destacam-se: o compromisso com a desenvolvimento e motivação de pessoas; promoção da inclusão e valorização da diversidade; fomento de um ambiente meritocrático e de uma cultura da segurança no trabalho, saúde e bem-estar.

O “Jeito de Ser Celesc” é a maior representação deste comprometimento, pois reúne as competências essenciais esperadas da nossa gente. Associados ao programa de gestão de desempenho, esses norteadores se propõem a desenvolver a força de trabalho ao longo de um acompanhamento contínuo de seus líderes.

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS

SISTEMA ELÉTRICO NA VEIA

Ter energia e comprometimento em suas atitudes, comportamentos e palavras. Trabalhar com motivação e propósito. Ser responsável, profissional e prestativo. Cumprir prazos e entregas.

FAZER O CERTO COM SEGURANÇA

Agir com transparência e integridade. Ter conduta ética e senso de justiça. Cumprir horários e trabalhar com zelo. Promover a sustentabilidade, considerando em suas ações os impactos causados ao meio ambiente. Ter compromisso com a vida, valorizando a saúde e a segurança diariamente.

GOSTAR DE GENTE

Manter relações de confiança com pares, gestores e clientes. Respeitar as diversidades e agir com empatia. Ter uma postura aberta ao diálogo. Saber ouvir e dar feedback. Trabalhar em equipe de maneira colaborativa.

Jeito de ser Celesc

IR ALÉM DO ÓBVIO

Ser flexível e inovador. Manter uma postura questionadora e aberta ao novo, buscando soluções criativas. Ser adaptável a mudanças e tolerante aos erros. Manter o desejo de aprender.

FOCO NA SOLUÇÃO

Ter iniciativa, mantendo uma perspectiva otimista e gerando soluções. Agir com protagonismo e sentimento de “dono do negócio”. Acompanhar e contribuir de maneira efetiva com os resultados da empresa.

Neste sentido, as diretrizes e decisões tomadas visam a construção de um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam felizes e comprometidas com a entrega de resultados. A ferramenta utilizada para monitorar e buscar melhorias neste âmbito é a Pesquisa de Clima por Pulsos. Por meio desse mecanismo, os gestores têm acesso a informações contínuas e relevantes sobre suas equipes, como por exemplo: sentimento em relação a sua liderança, feedback e reconhecimento e saúde e bem-estar. Nessa pesquisa, o clima é avaliado com base em um total de 12 aspectos: além dos já mencionados, ainda são acompanhados o alinhamento com a empresa, desenvolvimento profissional, justiça, embaixadorismo, felicidade, carreira, estrutura, inovação e relacionamento interpessoal.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ainda acerca do clima organizacional, cabe ressaltar a excelente pontuação atingida pela Celesc no quesito embaixadorismo, que demonstra o quanto orgulhosos e engajados os empregados sentem pelo seu trabalho e pela imagem da empresa. Além disso, as práticas de liderança da Celesc também renderam destaque no *Pulses Awards 2022*, evento destinado a compartilhar as ações das empresas consideradas referência no tema. Destacam-se aqui práticas como o processo de seleção de gestores e a criação da área de *Business Partner*, consultoria interna de gestão de pessoas focada em desenvolver liderança para alinhar as estratégias da Companhia e as atividades dos Departamentos e Regionais.

Outro item que merece ser mencionado é o compartilhamento de informações na Empresa, que é amplamente favorecido pela existência de diversos canais de comunicação interna. Por meio da Intranet (*CELNET*), todo empregado também tem acesso às instruções normativas, notícias relevantes e diretrizes da empresa. O Portal do Empregado é mais um canal de interação que traz aos empregados informações relevantes sobre sua carreira e benefícios. Ademais, o Portal da Gestão, recentemente lançado, foi outra conquista que tem por intuito conectar os gestores, concentrando orientações importantes sobre liderança, *feedback* e ferramentas importantes para o dia a dia dos gerentes. Assim, a transformação do conhecimento tácito em explícito é constantemente aperfeiçoada, visando sempre disseminar conhecimento e boas práticas e a amplitude da divulgação dos fatos de interesse do público interno.

A participação dos empregados na gestão da Companhia é garantida no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva, com representantes eleitos por voto direto. Da mesma forma, são constituídas as Comissões de Gestão e Resultados, que formulam e acompanham os Acordos de Desempenho de cada área, que são contratos firmados junto à Diretoria Executiva para o alcance de resultados. Outro destaque é a gestão participativa, com decisões tomadas após estudos em Grupos de Trabalho – GTs, Comissões e Comitês, contando sempre com equipes multidisciplinares.

A Celesc estimula e promove as relações saudáveis entre colegas e líderes. O respeito às pessoas é um compromisso prioritário, que deve ser mantido nas relações e está documentado no Código de Conduta Ética, na Política de Consequência e na Política Anticorrupção. Para estimular o conhecimento e a adesão a esses fundamentos, a Celesc promove treinamentos específicos e obrigatórios a todos os empregados.

Um bom ambiente para se trabalhar também se faz com a oferta de benefícios para as pessoas. Pensando nisso, as licenças especiais (como extensão das licenças-maternidade e paternidade, concedidas por ser uma empresa cidadã) e outras vantagens (como auxílio-creche e babá, auxílio-pós-graduação, auxílio-estudante, vale-alimentação, plano de saúde e odontológico) vão além do previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e são essenciais para cultivar um ambiente de trabalho positivo.

A busca pela valorização do potencial de seus empregados se materializa também por meio das ações de desenvolvimento humano. Os processos organizacionais, que agregam valor aos consumidores, são sustentados pela competência e comprometimento dos empregados da Companhia. Dessa forma, a geração de valor à população é uma das diretrizes da Política de Capacitação e Desenvolvimento. Tal normativa é gerenciada e aprimorada anualmente por uma equipe interna altamente capacitada. As soluções de desenvolvimento relacionadas aos processos de negócio são priorizadas pela área gestora da Política.

Dessa forma, a formação de novos eletricistas, maior quantitativo de pessoal da Celesc D, é planejada e realizada por instrutores internos, ou seja, profissionais que se destacam em suas atividades e compartilham seus conhecimentos com quem está ingressando na carreira. O nosso jeito de fazer é nossa competência essencial e nossa vantagem competitiva. Além de tantos outros cursos de formação, a Empresa oferece treinamentos para aperfeiçoamento de sua força de trabalho, sejam as atividades mais operacionais, com atualizações de processos, sejam as áreas mais estratégicas que necessitem desenvolver competências críticas para a organização.

Nos últimos anos, a Celesc contou com parceiros para desenvolver todos os líderes da Companhia. Esses líderes foram capacitados em temas como *feedback*, resolução de conflito, liderança situacional, comunicação e demais tendências. Por meio de parcerias, foi executado também o Plano de Desenvolvimento de Equipes, que propiciou aos trabalhadores momentos para desenvolver competências de comunicação, relacionamento e foco em resultados.

Pensando na modernização de processos e no desenvolvimento da nossa gente, a Celesc também criou o Projeto Celesc Ágil, cujo objetivo é a capacitação de gestores e suas equipes por meio de encontros e oficinas, com foco no aprendizado e utilização das Metodologias Ágeis, uma nova forma de trabalho que proporciona otimização dos resultados e melhoria nas entregas, tanto para clientes internos como externos.

A Celesc acredita na importância de valorizar as pessoas e em promover um ambiente meritocrático, que valoriza os esforços de cada um e ajuda a reforçar a ousadia das pessoas para promover mudanças, tomar decisões e inovar. O reconhecimento desse compromisso da Celesc com seus empregados foi recentemente atestado com a certificação Great Place to Work – GPTW (Melhores Empresas para Trabalhar), emitido em junho de 2022.

A pesquisa que culminou na Certificação foi aplicada na Celesc no período de 1º a 15 de junho de 2022, com a participação de 1.186 empregados, e teve como objetivo compreender a cultura organizacional e avaliar as práticas de gestão, de modo a possibilitar o aprimoramento do nosso ambiente de trabalho, ao apontar os pontos positivos e os que podem ser melhorados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.6. Saúde e Segurança do Trabalho

5.6.1. Ações Celesc Segurança 2022

A natureza e complexidade do negócio que a Celesc executa exige a intervenção humana no Sistema Elétrico de Potência, que acarreta riscos de origem elétrica, queda de altura, dentre outros, que acabam expondo sua força de trabalho a diversos riscos. Várias medidas de controle tentam mitigar estes riscos por meio de diversas ações, dentre as quais se destacam:

- Treinamentos realizados com equipes próprias e terceiras;
- Desenvolvimento de adequadas técnicas de trabalho;
- Procedimentos de segurança específicos e dedicados;
- Normativas internas que disciplinam processos e procedimentos;
- Análise e seleção de EPIs e EPCs destinados aos colaboradores;
- Exigências contratuais junto aos seus prestadores de serviços;
- Ações específicas de segurança por meio do Plano de Trabalho Anual (PTA);
- Monitoramento de indicadores de segurança junto à força de trabalho;
- Análise crítica de eventos, tratamento e validação de ações pelos Comitês de segurança;
- Fiscalização permanente das equipes em campo;
- Promoção de ações de conscientização da força de trabalho para o tema Segurança.

As 10 Regras que salvam vidas!

<p> 1 Seja um bom exemplo para os outros empregados e contratados. Sua atitude inspira outras pessoas. Faça o que é certo, pratique comportamento seguro!</p>	<p> 6 Atenção e cuidado na movimentação de cargas. Realize a atividade com cautela e calma, observando o ambiente, pessoas no entorno e adotando medidas de segurança na operação.</p>
<p> 2 Realize APR, sempre! APR é a Análise Preliminar de Riscos. Faça sempre a avaliação dos riscos antes de iniciar as atividades. Observe se no local da tarefa há condições inseguras e fique atento a imprevistos.</p>	<p> 7 Nos trabalhos em altura, esteja sempre "conectado". Permaneça conectado ao sistema de prevenção de queda durante toda a execução do serviço. Sempre utilize linha de vida.</p>
<p> 3 Use o Equipamento de Proteção Individual. Deixar de utilizar um equipamento para poupar tempo ou por minimizar a sua importância não vale o risco de um acidente. Sem o EPI, as consequências de um acidente podem ser ainda mais graves.</p>	<p> 8 Faça o planejamento da segurança da poda e roçada. Acidentes podem ocorrer por falta de planejamento. Estude o local do serviço para adoção da melhor técnica e posicionamento de trabalho.</p>
<p> 4 Resolva problemas de segurança ou comunique! Ao perceber um problema de segurança, busque uma solução. Caso não encontre, comunique para que seja resolvidos! Nunca deixe uma situação insegura para trás.</p>	<p> 9 No trânsito, exerça a direção defensiva. Dirigir de forma defensiva é ser responsável ao volante e respeitar as regras de trânsito. Além disso, deve-se inspecionar o veículo e estar preparado para reagir a imprevistos.</p>
<p> 5 Siga os passos do Círculo da Segurança nos Serviços Desenergizados. Cada etapa é indispensável: realizar a APR, utilizar o EPI e EPC, desligar, testar, sinalizar, aterrizar.</p>	<p> 10 Pratique Segurança Sempre para atingir a meta do "Acidente Zero". Pratique segurança no seu dia a dia. Escolha o caminho seguro sempre! Esteja consciente dos seus atos e evite correr riscos sem necessidade.</p>

Neste contexto, há um componente de extrema importância no conjunto de ações para aprimoramento do nível de segurança do trabalho, qual seja, a atitude correta dos trabalhadores, que é resultado da sua postura comportamental. Essa postura se manifesta, por exemplo, pela prática da técnica correta transmitida nos diversos treinamentos ministrados pela empresa, ou ainda pelo uso correto do equipamento dos equipamentos de proteção disponibilizados pela Celesc.

5.6.2. Da Política de Segurança e Saúde do Trabalho

A Celesc tem compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho e a minimização dos riscos ocupacionais, visando estabelecer um ambiente seguro e saudável para o trabalhador e fortalecer a integração da cultura de segurança às estratégias empresariais. Esse conceito está expresso no Plano Diretor e desdobrado no Mapa Estratégico, Contrato de Gestão, Política de Segurança e Saúde do Trabalho, Normas e Instruções Normativas internas, além de ações e programas de segurança e saúde desenvolvidos na empresa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nas premissas estratégicas da Celesc de seu Plano Diretor Celesc (2025-2035), os valores, que representam aquilo no que a empresa acredita, reforçam o tema da segurança, destacando como dever de todos o respeito à vida, a prevenção de acidentes e a promoção de boas práticas de segurança.

Destaca-se, na perspectiva de Organização e Pessoas, o objetivo estratégico de promover a cultura da segurança no trabalho, saúde e bem-estar. Com tal objetivo, pretende-se garantir um ambiente de trabalho seguro, prezando pela saúde e bem-estar de todos os empregados, de forma a gerar o sentimento de confiança das equipes e honrar os valores e princípios da empresa. Além disso, busca-se também garantir todos os equipamentos necessários, fiscalizar o cumprimento de normas de segurança e promover o compromisso com o tema.

A Política de Segurança e Saúde do Trabalho da Celesc D, que representa a mais alta intenção da Celesc frente a esse tema, normatiza que a prática da segurança e saúde no trabalho será considerada inerente a quaisquer serviços executados, em que todo o trabalho deverá ser resguardado pelas indispensáveis medidas de segurança, tendo em vista a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Nem a urgência, nem a importância, nem a alegada indisponibilidade de meios ou recursos, nem quaisquer outras razões podem ser invocadas para justificar a falta de segurança.

5.6.2.1. Programa Celesc Segura

O Programa Celesc Segura abrange, dentre outros, os conceitos de Diagnóstico de Segurança, Plano de Segurança, Plano de Trabalho Anual (PTA), indicando procedimentos e responsabilidades. Neste sentido, uma das ações que mobilizou mais pessoas foi o PTA, que contemplou objetivos e metas para todos os gerentes da empresa, inclusive Diretorias, baseados em ações proativas com seus liderados. Como resultado, destaca-se a realização de mais de 5 mil Diálogos de Segurança (DDS) de equipes, quase 2 mil inspeções por gestores, cerca de 84 reuniões com empreiteiras registradas, somando 9.380 ações registradas junto ao Departamento de Segurança, Saúde e Bem-Estar. Em relação aos diálogos de segurança promovidos, foram alcançados 41 mil registros de presença ou participação, colocando o tema segurança na rotina dos empregados.

Além do Programa Celesc Segura, a Celesc promove anualmente uma série de ações voltadas para promoção da Saúde e Segurança do trabalho:

- Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) Integrada: promoção de evento de 5 dias em conjunto com as CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) com o objetivo de promover a conscientização dos empregados sobre temas relacionados à segurança no trabalho e à saúde por meio de palestras, intervenções artísticas ou criativas, oficinas, treinamentos, envolvendo todas as unidades da empresa de forma simultânea.
- Eventos e Campanhas de Saúde e Segurança do Trabalho: campanhas promovidas pela empresa com temas específicos, dentre as quais é possível destacar palestras sobre saúde mental, atendimento nutricional em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ação de conscientização sobre Equipamentos de Proteção Coletiva com intervenções de adesivamento de veículos, ação de conscientização sobre a importância de Equipamentos de Proteção Individual nas atividades na medição.
- Seminário de Segurança no Trabalho: evento de dia inteiro com apresentação do resultado do PTA 2023, atualizações sobre o Projeto de Transformação Cultural, nova metodologia de análise de acidentes e segurança na geração de energia.
- Regras que Salvam Vidas: são dez pontos de atenção em segurança do trabalho nas operações da Celesc. A ferramenta foi pensada com base no histórico de acidentes ocorridos na empresa e tem por objetivo chamar a atenção para comportamentos e atitudes que podem prevenir acidentes e salvar vidas. “É o jeito de ser Celesc” também na segurança do trabalho.
- Promoção do “Círculo da Segurança”: indica o passo a passo do Trabalho Seguro no SEP (Sistema Elétrico de Potência) nos serviços desenergizados. A ferramenta busca proporcionar ao empregado a realização do trabalho de forma segura.

O compromisso da Celesc com a proteção da saúde e segurança do trabalhador, seja próprio ou contratado, também está expresso em sua política de capacitação e desenvolvimento de pessoal. Estão incluídos nessa política a elaboração, o planejamento e a execução da capacitação e reciclagem de todos os trabalhadores da Celesc com foco na prevenção de acidentes do trabalho.

Com relação à disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletivas (EPC), a área de Segurança do Trabalho atua na especificação técnica desses materiais, que detalha tecnicamente as características e normas/laudos que o material deve atender, buscando a proteção adequada. Além disso, atua na etapa de avaliação técnica dos itens que estão sendo adquiridos, no levantamento de problemas que possam surgir durante o uso, no desenvolvimento de novos materiais e fornecedores e na adequação dos itens ao surgimento e modificações das legislações e normas vigentes.

Esse processo disponibiliza materiais com elevado padrão técnico de desempenho, tanto na especificação quanto nos ensaios de recebimento, para assegurar sua qualidade. Tudo isso para que se disponibilize aos empregados o equipamento adequado para a exposição controlada ao risco de cada situação de trabalho.

A Celesc iniciou, em 2022, a implantação, por meio de consultoria especializada, de um processo de mudança e desenvolvimento comportamental em segurança, atuando sobre toda a cadeia de negócios da Celesc, promovendo um diagnóstico e medição da força de trabalho em todo seu quadro hierárquico, de forma a buscar subsídios e fomentar ações que produzam resultados impactantes na redução de acidentes, gerando oportunidades de melhoria que venham a ser identificadas no diagnóstico inicial e que sejam focadas em tratar questões sistêmicas, transformando a cultura de segurança da força de trabalho da Celesc. O Projeto de Transformação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cultural DuPont Sustainable Solutions (DSS), foi apresentado a toda força de trabalho da Companhia em abril de 2022. Na sequência, foi realizado um amplo diagnóstico com os empregados para avaliar o nível de maturidade da Cultura em Segurança. Os resultados foram apresentados em *workshops* para Diretoria, Conselho de Administração, Gerentes e Profissionais de Segurança durante os meses de junho e julho. Também foram realizados os primeiros treinamentos previstos no projeto com gerentes e empregados, além da criação e operacionalização de comitês de segurança, que abrangem cada região do Estado de Santa Catarina.

Os comitês descentralizados têm o propósito de desenvolver a governança em segurança. Suas principais atividades envolvem o acompanhamento e a validação de indicadores, a análise crítica de eventos ocorridos, o planejamento futuro em segurança e as deliberações sobre recursos e ações preventivas na área. Coordenados por gestores regionais, os comitês promovem melhorias e boas práticas em segurança e saúde no trabalho.

Ainda no escopo do Projeto de Transformação Cultural, no pilar governança, foi iniciado o Programa de Desenvolvimento de Líderes Eficazes em Segurança, que envolvem *workshops* e sessões de *coaching* individuais e coletivas, tendo alcançado até o fim de 2022, 170 gestores. A abordagem utilizada é recomendada pela consultoria DSS, especializada em Gestão de Segurança e Riscos Ocupacionais e tem como base metodologias de gestão de segurança e referencial teórico na neurociência, ciência comportamental e cognitiva.

Nesse contexto, e considerando os aspectos legais ligados ao atendimento das Normas Regulamentadoras (NRs), a área de Segurança do Trabalho possui atuação sobre todos os setores, pessoas e processos organizacionais da Companhia, citando como exemplo atividades específicas de segurança (inspeções, formulação e monitoramento de indicadores de segurança, análise de acidentes e desvios de segurança, gestão de CIPAs, emissão de laudos, especificação de Equipamentos de Proteção, atendimento à legislação e treinamentos); saúde (exames ocupacionais, atendimento, gestão de afastamentos); e bem-estar (programas e atendimento psicossocial). Cabe ainda lembrar que, somadas a todas essas atividades, está a atuação frente às empresas contratadas, sob as quais a Companhia possui responsabilidade solidária e tem como principal ferramenta, além da análise e controle dos documentos legais, o acompanhamento por meio de inspeções de segurança.

Em busca da melhoria dos processos, em 2022 a Celesc implantou sistema informatizado para registro e gestão das inspeções de segurança, compatível com uso em dispositivos móveis (*Tablets* e *Smartphones*) e também em *desktop*. Além de eliminar o uso de papel nas inspeções o recurso traz agilidade ao processo e possibilita o tratamento das informações. A plataforma ainda conta com a integração com *dashboard*, otimizando a leitura e o acompanhamento das situações encontradas em campo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.7. Balanço Social Consolidado

1 - BASE DE CÁLCULO	2022			2021 (Reclassificado)		
	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Receita Líquida (RL)	10.082.841			11.341.550		
- Resultado Operacional (RO)	802.347			797.370		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	902.702			692.398		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	65228	7,23	0,65	50.931	7,36	0,45
- Encargos Sociais Compulsórios	144366	15,99	1,43	117.476	16,97	1,04
- Previdência Privada	30276	3,35	0,30	25.960	3,75	0,23
- Saúde	80278	8,89	0,80	77.366	11,17	0,68
- Segurança e saúde no trabalho	7183	0,80	0,07	4.726	0,68	0,04
- Educação	970	0,11	0,01	712	0,10	0,01
- Cultura	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Capacitação e Desenv. Profissional	5216	0,58	0,05	6.239	0,90	0,06
- Creches ou Auxílio-creche	3272	0,36	0,03	2.414	0,35	0,02
- Participação nos Lucros ou Resultados	47700	5,28	0,47	38.593	5,57	0,34
- Outros	9951	1,10	0,10	8.154	1,18	0,07
Total - Indicadores Sociais Internos	394441	43,70	3,91	332.571	48,03	2,93
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	3.047	0,38	0,03	4.663	0,58	0,04
- Cultura	1.018	0,13	0,01	2.624	0,33	0,02
- Saúde e Saneamento	0	0,00	0,00	243	0,03	0,00
- Esporte	223	0,03	0,00	660	0,08	0,01
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Outros	477	0,06	0,00	1.320	0,17	0,01
Total das Contribuições p/ a Sociedade	4.766	0,59	0,05	9.510	1,19	0,08
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	5.490.698	684,33	54,46	5.008.307	628,10	44,16
Total - Indicadores Sociais Externos	5.495.464	684,92	54,50	5.017.817	629,30	44,24
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac./a Produção/Operação da Empresa	20.192.495	2516,68	200,27	22.610	2,84	0,20
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	27.018.121	3367,39	267,96	16.116	2,02	0,14
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	47.210.616	5884,06	468,23	38.726	4,86	0,34
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75 %		(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75 %	
	() cumpre de 0 a 50 %	() cumpre de 76 a 100 %		() cumpre de 0 a 50 %	() cumpre de 76 a 100 %	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2022			2021		
- Nº de empregados(as) ao final do período		3.925			3.747	
- Nº de admissões durante o período		425			571	
- Nº de empregados(as) terceirizados		3.933			2.379	
- Nº de estagiários(as)		198			185	
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos		1.101			1.143	
- Nº de mulheres que trabalham na empresa		937			849	
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres		25,76			25,33	
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa		96			90	
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)		1,75			1,61	
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais		112			106	
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2022			Metas 2023		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	38,3			-		
- Número total de acidentes de trabalho	128			0		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção	[x] direção	[] todos os gerências	[] direção	[x] direção	[] todos os gerências
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[x] direção	[] todos os gerências	[] todos+ Cipa	[x] direção	[] todos os gerências	[] todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[x] incentiva e segue a OIT	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[x] incentivará e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	[] direção	[] direção	[x] todos os gerências	[] direção	[] direção	[x] todos os gerências
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção	[] direção	[x] todos os gerências	[] direção	[] direção	[x] todos os gerências
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados	[x] são sugeridos	[] são exigidos	[] não são considerados	[x] serão sugeridos	[x] serão exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[] não se envolve	[] apoia	[x] organiza e incentiva	[] não se envolve	[] apoia	[x] organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 1.575.488	no Procon 1.213	na Justiça 5.569	na Empresa 67.539	no Procon 1.689	na Justiça 6.397
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 77,09%	no Procon 0,00%	na Justiça 1,96%	na Empresa ND	no Procon ND	na Justiça 10,94%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2022 7.370.625			Em 2021 6.446.785		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	74,49% governo	10,84% empregados		77,69% governo	9,44% colaboradores	
	7,33% terceiros	5,02% retido	2,32% acionistas	4,13% terceiros	6,50% retido	2,23% acionistas
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
CNPJ: 83.878.892/0001-55	UF: SC	Coordenação:	Regiane Marlene Dias - Fone:(48) 3231 5520	E-mail: regianemd@celesc.com.br		
Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica		Contadora:	Rogéria Rodrigues Machado - Fone: (48) 3231-6151	E-mail: rogeriarhm@celesc.com.br		
			CRC/SC - 024.797/0-0			
<i>"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"</i>						
<i>"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNA"</i>						

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

7. AGRADECIMENTOS

Registrarmos nossos agradecimentos aos membros da Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc.

Florianópolis, 29 de março de 2023.

A Administração

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM IFRS

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	48.205	26.872	940.684	844.088
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	1.758.933	1.931.011
Estoques	10	-	-	20.019	13.556
Tributos a Recuperar	11	44.331	37.879	699.238	572.007
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	12.1	209.296	145.877	20.422	14.865
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga e Ind. Us. Pery	13.2 e 14.3	-	-	57.555	70.886
Subsídio Decreto nº 7891/2013	-	-	-	47.086	49.231
Bônus Escassez Hídrica	-	-	-	1.138	102.861
Outros	12.2	623	51	133.541	167.063
Não Circulante		2.802.549	2.592.428	7.949.451	8.192.677
Realizável a Longo Prazo		77.660	189.462	3.143.744	3.893.561
Títulos Valores Mobiliários	15	217	137.478	217	137.478
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	16.775	27.212
Coligadas e Controladas	16	-	15.251	-	-
Tributos Diferidos	17	-	-	709.023	708.001
Tributos a Recuperar	11	-	-	524.780	1.020.876
Depósitos Judiciais	27	77.402	36.733	359.870	329.106
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	1.008.038	757.193
Ativo Financeiro - Parcela A	13.1	-	-	76.448	470.286
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga e Ind. Us. Pery	13.2 e 14.3	-	-	446.095	425.376
Adiantamento Futuro Aumento Capital	-	-	-	-	15.000
Outros	12	41	-	2.498	3.033
Investimentos	18	2.720.813	2.398.187	363.279	311.666
Imobilizado	19	138	338	133.865	128.813
Intangível	20	3.938	4.441	4.308.563	3.858.637
Total do Ativo		3.105.004	2.803.107	11.628.067	11.958.245

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante		196.375	161.143	3.757.419	3.282.108
Fornecedores	21	900	947	1.016.513	1.088.186
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	-	-	262.833	5.404
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	-	-	34.396	18.155
Debêntures	23	-	-	210.470	152.995
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24	1.538	1.312	227.670	214.708
Tributos a Recolher	25	34.799	23.304	289.797	910.696
Dividendos e JCP Declarados	30	157.602	134.356	157.602	134.356
Taxas Regulamentares	26	-	-	56.066	295.631
Passivo de Arrendamento	19	141	223	1.579	6.216
Passivo Atuarial	28	-	-	242.238	219.527
Passivo Financeiro - Parcela A	13	-	-	753.564	39.826
Bônus Escassez Hídrica	-	-	-	1.144	102.861
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	29	-	-	366.981	-
Outros	-	1.395	1.001	136.566	93.547
Não Circulante		25.453	20.595	4.987.472	6.054.768
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	-	-	414.003	97.818
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	-	-	1.131.923	1.131.923
Debêntures	23	-	-	395.643	615.670
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24	-	-	50.410	50.032
Tributos Diferidos	17	-	-	89.214	82.592
Taxas Regulamentares	26	-	-	106.643	70.745
Passivo de Arrendamento	19	-	118	6.716	8.620
Provisão para Contingências	27	25.453	20.477	399.020	444.910
Passivo Atuarial	28	-	-	1.659.937	1.798.736
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	29	-	-	733.963	1.748.472
Outros	-	-	-	-	5.250
Patrimônio Líquido	30	2.883.176	2.621.369	2.883.176	2.621.369
Capital Social	30.1	2.480.000	2.480.000	2.480.000	2.480.000
Reservas de Capital	30.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	30.2	1.538.825	1.191.329	1.538.825	1.191.329
Ajuste de Avaliação Patrimonial	30.7	(1.158.839)	(1.050.276)	(1.158.839)	(1.050.276)
Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	30.3	22.874	-	22.874	-
Total do Passivo		3.105.004	2.803.107	11.628.067	11.958.245

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita Operacional Líquida – ROL	32	-	-	10.082.841	11.341.550
Receita das Vendas e Serviços		-	-	8.475.008	9.489.097
Receita de Construção - CPC 47		-	-	1.199.188	710.904
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro (Parcela A – CVA)		-	-	392.960	1.121.176
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão		-	-	15.685	20.373
Custos de Vendas /Serviços Prestados	32	-	-	(8.643.860)	(10.054.509)
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-	(6.551.788)	(8.571.837)
Custo dos Produtos Vendidos		-	-	(13.806)	1.140
Custo dos Serviços Prestados		-	-	(879.078)	(772.908)
Custo de Construção – CPC 47		-	-	(1.199.188)	(710.904)
Lucro Bruto		-	-	1.438.981	1.287.041
Despesas Operacionais		549.040	582.158	(636.634)	(489.671)
Despesas com Vendas	32	-	-	(211.216)	(222.486)
Despesas Gerais e Administrativas	32	(27.745)	(23.634)	(565.553)	(353.817)
Outras Receitas e Despesas (Líquidas)	32	(7.596)	(10.380)	60.790	13.949
Resultado de Equivalência Patrimonial	18	584.381	616.172	79.345	72.683
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		549.040	582.158	802.347	797.370
Resultado Financeiro	32	2.876	(6.159)	(82.693)	24.159
Receitas Financeiras		3.353	(6.016)	455.591	258.065
Despesas Financeiras		(477)	(143)	(538.284)	(233.906)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		551.916	575.999	719.654	821.529
IRPJ e CSLL		(11.354)	(12.827)	(179.092)	(258.357)
Corrente		(11.354)	-	(188.600)	(135.785)
Diferido		-	(12.827)	9.508	(122.572)
Lucro Líquido do Exercício		540.562	563.172	540.562	563.172
Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)					
Lucro Básico por Ação	30				
Ações Ordinárias Nominativas		13,2244	13,7776		
Ações Preferenciais Nominativas		14,5469	15,1553		
Lucro Diluído por Ação	30				
Ações Ordinárias Nominativas		13,2244	13,7776		
Ações Preferenciais Nominativas		14,5469	15,1553		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	30	540.562	563.172	540.562	563.172
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício	17.4	(107.934)	217.358	(107.934)	217.358
Remensuração Obrigações Planos Benefício Definido, Líquido de Tributos		29.327	217.358	29.327	217.358
Ajuste Valor Justo – Casan		(137.261)	-	(137.261)	-
Resultado Abrangente do Exercício	432.628	780.530		432.628	780.530

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial Custo Atribuído	Ajuste Avaliação Patrimonial Passivo Atuarial	Lucro Acumulado	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.340.000	316	196.308	1.715.162	-	14.589	(1.281.733)	-		1.984.642
Transações de Capital com Sócios										
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	13	-	-	-	-	-	13
Dividendos (Nota 30.3)	-	-	-	-	-	-	-	(20.074)	-	(20.074)
JCP (Nota 30.3)	-	-	-	-	-	-	-	(123.742)	-	(123.742)
Resultado Abrangente Total										
Lucro Líquido do Exercício (Nota 32)	-	-	-	-	-	-	-	563.172	-	563.172
Realização do Custo Atribuído (Nota 30.6)	-	-	-	-	-	(490)	-	490	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 30.6)	-	-	-	-	-	-	217.358	-	-	217.358
Mutações Internas do PL										
Aumento de Capital Social	1.140.000	-	-	(1.140.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas (30.3)	-	-	28.159	391.687	-	-	(419.846)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.480.000	316	224.467	966.862	-	14.099	(1.064.375)	-	-	2.621.369
Transações de Capital com Sócios										
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	59	-	-	-	-	-	59
JCP (Nota 30.3)	-	-	-	-	-	-	-	(170.880)	-	(170.880)
Resultado Abrangente Total										
Lucro Líquido do Exercício (Nota 32)	-	-	-	-	-	-	-	540.562	-	540.562
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (Nota 30.6)	-	-	-	-	-	-	-	-	(137.261)	(137.261)
Realização do Custo Atribuído (Nota 30.6)	-	-	-	-	-	(629)	-	629	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 30.6)	-	-	-	-	-	-	29.327	-	-	29.327
Mutações Internas do PL										
Constituição de Reservas (30.3)	-	-	27.028	320.409	22.874	-	-	(370.311)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.480.000	316	251.495	1.287.330	22.874	13.470	(1.035.048)	-	(137.261)	2.883.176

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		551.916	575.999	719.654	821.529
Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais		(577.883)	(598.645)	839.224	423.566
Depreciação e Amortização	19	2.220	2.194	277.082	245.705
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	19	-	-	61.215	172.086
Resultado da Equivalência Patrimonial	18	(584.381)	(616.172)	(79.345)	(72.683)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	14	-	-	(15.685)	(20.373)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	14	-	-	1.553	668
Repactuação Risco Hidrológico – GSF	20	-	-	-	(45.879)
Provisão/Reversão para Perdas de Ativos	19	-	-	-	42
Juros e Variações Monetárias		20	(216)	524.964	280.449
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas		4.976	15.549	(45.890)	(47.883)
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de <i>Impairment</i>	19	-	-	516	-
Despesas Atuariais	28	-	-	125.061	(7.474)
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	19	-	-	485	273
Baixa Direito de Uso Arrendamentos Ativos e Passivos		-	-	(45)	(4)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		(560)	-	73.126	62.231
Receita Financeira Mútuo D	16	(158)	-	-	-
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga	32.1	-	-	(83.813)	(143.592)
Aumento (Redução) nos Ativos		(47.174)	(27.384)	1.465.707	(1.582.463)
Contas a Receber		-	-	120.237	(70.933)
Tributos a Recuperar		(6.452)	(11.991)	368.865	(891.142)
Depósitos Judiciais		(40.669)	(15.387)	(30.764)	(37.237)
Estoques		-	-	(6.463)	(1.243)
Ativos Financeiros (CVA, Bonificação de Outorga)		-	-	871.755	(567.433)
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		-	-	2.145	(2.199)
Ativo Bônus Escassez Hídrica		-	-	101.723	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	34.1	-	-	15.000	(15.000)
Outras Variações nos Ativos		(53)	(6)	23.209	2.724
Aumento (Redução) nos Passivos		(3.591)	(4.042)	(1.841.661)	1.001.881
Fornecedores		(47)	875	(71.673)	(136.361)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		226	433	13.340	(7.180)
Tributos a Recolher		(4.164)	(5.555)	(802.893)	562.279
Passivos Financeiros		-	-	312.246	230.260
Taxas Regulamentares		-	-	(215.462)	(1.794)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	(778.357)	579.802
Passivo Atuarial		-	-	(234.915)	(219.248)
Passivo Bônus Escassez Hídrica		-	-	(101.717)	-
Outras Variações no Passivo		394	205	37.770	(5.877)
Caixa Gerado pelas (Aplicados nas) Atividades Operações		(76.732)	(54.072)	1.182.924	664.513
Juros Pagos	23.7	-	(35)	(304.098)	(117.944)
IR e CSLL Pagos		(20)	-	(10.911)	(168.290)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais		(76.752)	(54.107)	867.915	378.279
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Adições Ativo Financeiro/Imobilizado/Intangível		-	-	(1.029.630)	(641.208)
Integralização/Redução de Capital	18.2	-	-	(18.712)	(3.333)
Recebimento Principal Mútuo D		15.000	-	-	-
Juros Recebidos Mútuo Celesc D		409	-	-	-
Dividendos e JCP Recebidos		226.195	168.768	39.419	31.302
Empréstimos à Partes Relacionadas		-	(15.000)	-	-
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento		241.604	153.768	(1.008.923)	(613.239)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	(64.663)	(931.219)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	610.000	531.107
Ingressos de Debêntures	23	-	-	-	545.450
Custos na Liquidação de Debêntures	23	-	-	(95)	-
Pagamento de Debêntures	23	-	-	(157.981)	(101.962)
Pagamento de JCP e Dividendos	23	(143.270)	(123.004)	(143.270)	(123.004)
Pagamento Passivo de Arrendamento	19	(249)	(206)	(6.387)	(7.529)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento		(143.519)	(123.210)	237.604	(87.157)
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa		21.333	(23.549)	96.596	(322.117)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8	26.872	50.421	844.088	1.166.205
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	48.205	26.872	940.684	844.088
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa		21.333	(23.549)	96.596	(322.117)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	2022	Controladora	Consolidado	
			2021 (Reclassificado)	2022	2021 (Reclassificado)
Receitas		22.669	9.731	16.132.504	17.028.889
Vendas Brutas de Produtos e Serviços		-	-	14.703.574	16.137.115
Receita de Construção – CPC 47		-	-	1.199.188	710.904
Outras Receitas		22.669	9.731	303.427	243.101
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD		-	-	(73.685)	(62.231)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(31.732)	(22.694)	(9.064.803)	(10.696.525)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(7.222.973)	(9.417.467)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(31.732)	(22.694)	(642.126)	(568.112)
Custo de Construção – CPC 47		-	-	(1.199.188)	(710.904)
Perdas/Recuperação de Ativos		-	-	(516)	(42)
Valor Adicionado Bruto		(9.063)	(12.963)	7.067.701	6.332.364
Depreciação, Amortização		(2.220)	(2.194)	(277.565)	(245.980)
Valor Adicionado Líquido Produzido		(11.283)	(15.157)	6.790.136	6.086.384
Valor Adicionado Recebido em Transferência		609.962	623.111	580.489	360.401
Resultado de Equivalência Patrimonial		584.381	616.172	79.345	72.683
Receitas Financeiras		21.576	2.613	496.633	283.096
Outras Receitas		4.005	4.326	4.511	4.622
Valor Adicionado Total a Distribuir		598.679	607.954	7.370.625	6.446.785
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		(18.830)	(16.100)	(798.972)	(608.815)
Remuneração Direta		(17.280)	(15.288)	(512.494)	(483.661)
Benefícios		(676)	(560)	(253.169)	(98.397)
FGTS		(874)	(252)	(33.309)	(26.757)
Impostos, Taxas e Contribuições		(38.617)	(28.508)	(5.490.698)	(5.008.307)
Federais		(37.388)	(28.265)	(3.024.270)	(2.319.000)
Estaduais		-	-	(2.461.420)	(2.686.786)
Municipais		(1.229)	(243)	(5.008)	(2.521)
Remuneração de Capital de Terceiros		(670)	(174)	(540.393)	(266.491)
Juros		(477)	(143)	(528.029)	(254.904)
Aluguéis		(193)	(31)	(12.364)	(11.587)
Remuneração de Capitais Próprios		(540.562)	(563.172)	(540.562)	(563.172)
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(170.880)	(123.742)	(170.880)	(123.742)
Dividendos		-	(20.074)	-	(20.074)
Lucro Retido do Exercício		(369.682)	(419.356)	(369.682)	(419.356)
Valor Adicionado Distribuído		(598.679)	(607.954)	(7.370.625)	(6.446.785)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM IFRS

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o “Grupo”) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973 e hoje tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia, juntamente com suas controladas e coligadas, têm como atividades preponderantes a distribuição, a geração e a transmissão de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto, Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

No Balanço Patrimonial consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou um cálculo de capital circulante líquido no valor de 0,95. Tal índice ficou abaixo de 1,00, sobretudo, por uma parte significativa da dívida ter alcançado o *status* de curto prazo e pela parcela do valor a devolver aos consumidores referente ao crédito da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, previsto na Lei nº 14.385/2022, que foi contemplada no reajuste tarifário anual da Celesc Distribuição S.A. - Celesc D, em 22 de agosto de 2022, também transferida de longo para curto prazo. Além disso, passaram a integrar o passivo financeiro de curto prazo, nesse exercício, o Bônus de Itaipu, um componente financeiro negativo, que visa amenizar o reajuste tarifário anual das distribuidoras, é recebido à vista e entrará no próximo processo, reduzindo o valor da receita requerida e, consequentemente o índice de reajuste, e o valor recebido referente à parcela da venda da Eletrobras destinada à modicidade tarifária. A administração não observa risco relacionado a descontinuidade das atividades, em virtude R\$519,6 milhões terem seu impacto financeiro diluído ao longo do exercício com a redução da tarifa na fatura de energia dos consumidores.

1.1. Relatório ESG

Em 2022, a Celesc publicou seu primeiro Relatório acerca do tema ESG, sigla em inglês que advém dos termos *environmental* (ambiental), *social* (social) e *governance* (governança). Nesse Relatório, a Companhia destacou seus principais feitos nessas áreas, apresentando: indicadores ambientais, como mudanças climáticas, água, resíduos sólidos, mitigação de impactos e biodiversidade; indicadores sociais, como diversidade, emprego, treinamento, saúde e segurança no trabalho, consumidores e comunidade; e indicadores de governança, entre os quais foram avaliados a independência do Conselho de Administração, o número de mulheres que participam do Conselho de Administração e, por fim, o número de mulheres que ocupavam cargos na Diretoria Executiva. A Companhia mantém o compromisso de desenvolver suas atividades pautadas na ética e *compliance* (conformidade, em inglês), privacidade de dados e gestão de riscos, ato que reforça o compromisso da Companhia com esses aspectos.

As ações em ESG encontram respaldo no Plano Diretor Celesc 25-35, documento que define o planejamento estratégico da Companhia no longo prazo, especificamente no que concerne ao Objetivo Estratégico de “Garantir práticas éticas e sustentáveis, ambiental e socialmente”.

Além disso, a Celesc reforça o comprometimento com os princípios de sustentabilidade em seus valores e princípios, bem como suas políticas corporativas, seus projetos socioambientais, de governança e de eficiência energética. A Companhia não mapeou riscos relacionados ao tema e não possui impacto contábil.

1.2. Conta Escassez Hídrica

A Conta Escassez Hídrica, regulamentada pelo Decreto nº 10.939, de 13 de janeiro de 2022, discorre sobre as medidas quanto ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. O motivo que originou essa nova operação foi o déficit entre a arrecadação da Bandeira Escassez Hídrica e o custo de geração, que somava R\$14,0 bilhões até novembro de 2021. O Decreto também autorizou a criação e a gestão da Conta Escassez Hídrica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Notas Explicativas

A Celesc D aderiu ao Termo de Aceitação e às Disposições do Decreto nº 10.939/2022. No referido documento a Celesc D solicitou o teto dos recursos do primeiro repasse referente ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária de Consumo (Bônus), bem como da importação de energia autorizada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG para os meses de julho e agosto de 2021, totalizando o montante de R\$133,6 milhões. Os montantes foram recebidos pela Celesc D da CCEE em 9 de maio de 2022.

Foi solicitado, ainda, o acesso pleno aos recursos que serão disponibilizados pela Conta Escassez Hídrica referentes aos custos relacionados ao Saldo da Conta Centralizada dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT para a competência abril de 2022 e referentes aos custos relativos ao Procedimento Competitivo Simplificado – PCS. No entanto, em virtude da melhora das condições hidrológicas, e da recuperação dos reservatórios em todo o SIN e de a conta CCRBT apresentar um resultado superavitário, na competência de abril de 2022, as tranches subsequentes relativas à Conta Escassez Hídrica não ocorreram.

1.3. Bônus pela Redução de Consumo - Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG, instituiu o Programa de Redução Voluntária do Consumo e estipulou o valor de R\$0,50 centavos de desconto por cada quilowatt-hora (kWh) do volume de energia economizado dentro da meta de 10% a 20%. A comparação foi feita com base no somatório do consumo entre setembro e dezembro de 2021, com relação ao mesmo exercício de 2020.

O valor apurado, tanto para consumidores do Grupo A como do Grupo B, foi de R\$102,8 milhões, efetivamente percebidos nas faturas emitidas a partir de janeiro de 2022. O resarcimento à Celesc D foi efetivado em 9 de maio de 2022.

1.4. Implementação de Patamar Específico das Bandeiras Tarifárias

A CREG determinou à ANEEL que implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), por conta da situação extrema que se apresentava sinalizando a precariedade dos reservatórios do SIN.

A vigência original foi de setembro de 2021 a abril de 2022, não havendo aplicação aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE (baixa renda), que seguem a metodologia atual de acionamento.

Em reunião ordinária do CMSE, deliberou-se pela interrupção da cobrança da Bandeira de Escassez Hídrica, a partir de 16 de abril de 2022, alinhada ao disposto na Resolução nº 3/2021 da CREG.

1.5. Bônus de Itaipu

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 3.093, de 16 de agosto de 2022, aprovou o deferimento dos pagamentos das distribuidoras à ENBpar referente ao repasse da potência contratada de Itaipu, para fins de modicidade tarifária, nos termos do Decreto nº 11.027/2022. Os valores foram transferidos da Conta de Comercialização de Energia Elétrica de Itaipu para as concessionárias para complementar os pagamentos da despesa com o repasse da potência contratada de Itaipu.

Os valores repassados serão recompostos à Conta de Comercialização de Energia de Itaipu a partir dos respectivos processos tarifários de 2024 das concessionárias que receberam o recurso. As quotas mensais serão definidas para os doze meses subsequentes ao respectivo processo tarifário de 2024, devendo ser recolhidas diretamente à ENBpar até o dia 10 do mês seguinte ao da competência. Os valores a serem recompostos observarão a remuneração pela Taxa SELIC do período.

1.6. Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com ação judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/16 e assim obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Anual – RTA, que ocorreu em 22 de agosto de 2016.

Em 2019, antes de ocorrer o processo de RTA de 2019, foi proferida sentença de mérito contrária à Celesc D. Diante dessa decisão, restou à Celesc D recorrer para discutir o assunto em segunda instância, em que aguarda decisão de mérito dos desembargadores.

A Celesc D solicitou deferimento do valor em 5 processos tarifários, sendo que a ANEEL então acatou parcialmente o pleito e homologou o deferimento do efeito financeiro da exposição contratual em um quinto do valor no reajuste tarifário de 2019, no montante de R\$65,8 milhões.

No RTA de 2020, o mesmo método foi adotado considerando o pedido realizado formalmente à Agência Reguladora de deferimento em 5 processos e desta vez com o tratamento do montante de R\$68,5 milhões como um redutor.

Notas Explicativas

Na RTP de 2021, o montante redutor foi de R\$70,2 milhões. A Agência ficou de avaliar a possibilidade de manutenção do diferimento ou a consideração integral do valor remanescente, sendo que, no processo de Reajuste Tarifário Anual de 2022, o valor foi novamente diferido, sendo então considerada a quarta parcela de um total de cinco como um componente redutor.

No RTA de 2022, por fim, o valor considerado como um componente financeiro foi de R\$76,8 milhões, trazendo um efeito redutor de -0,79% aos consumidores.

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2022 é de R\$81,1 milhões, atualizado mensalmente pela Selic e registrado como contingência regulatória.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc assinou, em 22 de julho de 1999, o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc D, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização, em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

Em 9 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando assim a concessão por mais 30 anos. O Contrato de Concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, estão dentro do escopo do ICPC01.

A Celesc D é subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, atua no segmento de distribuição de energia elétrica e atende, total ou parcialmente, 285 municípios, contabilizando 3.317.467 unidades consumidoras. Do total atendido, 264 municípios constam no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná) e 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, decorrentes da inexistência de rede da concessionária titular da concessão. Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que atuam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005, decorrente do processo de desverticalização do setor elétrico.

A Celesc G é subsidiária integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina – Celesc e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

2.1.2.1. Parque Gerador

Em 31 de dezembro de 2022, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por 12 Usinas, das quais, seis Usinas Hidrelétricas – UHEs, cinco Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs e uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH.

A Celesc G detém participação minoritária em mais seis empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial.

A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial é de 126,51 MW (não auditado), sendo 115,27 MW (não auditado) referentes ao parque próprio e 11,24 MW (não auditado) referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc G. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

Notas Explicativas

2.1.2.2. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física(MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054*	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053*	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	06/11/2053*	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	03/01/2053*	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053*	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053*	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	31/05/2039*	13,92	6,77	(***)
CGH Caveiras	Lages/SC	(**)	3,83	2,77	(***)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(**)	2,60	2,03	(***)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(**)	0,52	0,50	(***)
CGH Piraí	Joinville/SC	(**)	0,78	0,45	(***)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(**)	0,42	0,22	(***)
Total			115,27	70,16	

(*) Usinas que aderiram à repactuação do risco hidrológico conforme a REN ANEEL nº 895/2020 e receberam extensão de 7 anos ao prazo de concessão, exceto Celso Ramos, que recebeu extensão 4,2 anos de concessão.

(**) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016)

(***) Não se aplica.

2.1.2.3. Parque Gerador com Participação Minoritária

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv.de Pot. Inst. (MW)	Equiv. de Garantia Física (MW)
PCH Rondinha*	Passos Maia/SC	06/09/2041*	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)***	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)***	Belmonte/SC	(**)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)***	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	04/09/2045****	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	17/07/2048****	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

(*) Concessão estendida nos termos da Resolução Autorizativa nº 13.079/2022 e Lei 14.120/2021.

(**) Usinas com potência igual ou inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(***) O Complexo Energético Rio das Flores – CRF é formado pelas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante.

(****) Concessão estendida nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.318/2022 e Lei 14.120/2021.

2.1.2.4. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

A Celesc G possui uma carteira de projetos de ampliação/reativação das usinas próprias. A tabela abaixo apresenta os referidos projetos e os respectivos estágios de desenvolvimento. Quanto à garantia física (nova ou incremental), a Companhia busca obter em média 50% de fator de capacidade total da usina após a ampliação/reativação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	(**)	Análise EPE/ANEEL
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	4,50	12,90	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,75	25,35	(**)	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	2024	Obras em Licitação
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	5,57	9,40	(**)	Licenciamento Ambiental
Total			43,11	34,82	77,93		

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

(**) Depende de trâmites regulatórios, ambientais ou construtivos.

2.1.2.5. EDP Transmissão Aliança SC

A Celesc G possui participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, contendo cinco trechos de linhas de transmissão de 230 e 525kV e uma subestação 525/230kV, conforme quadro abaixo:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Celesc em 18 de fevereiro de 2022, a SPE obteve autorização do ONS – Operador Nacional do Sistema para operação comercial das instalações, com seis meses de antecipação frente ao cronograma regulatório, sendo que uma primeira etapa do projeto entrou em operação parcial em 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação frente ao estabelecido pela ANEEL.

Notas Explicativas

A EDP Aliança SC é uma parceria entre Celesc G (10%) e EDP Energias do Brasil (90%), formada a partir do êxito no Leilão de Transmissão nº 05/2016, realizado em abril de 2017.

2.1.2.6. Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

O Generation Scaling Factor – GSF é um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas dessas usinas. Esse fator é aplicado à garantia física de todas as usinas participantes do mecanismo para efeitos de contabilização das operações na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detinha liminar que determinava à CCEE limitar a redução das garantias físicas de suas usinas expostas ao risco hidrológico, pela incidência do *GSF*.

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052, que estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (*GSF*), estabelecendo compensações às hidrelétricas participantes do MRE que foram impactadas, mediante a extensão do prazo de outorga.

No dia 3 de agosto de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919, que homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, dentre as quais, sete usinas da Celesc G. Decorrentes desses atos, foram firmados os Termos Aditivos aos Contratos de Concessão 006/20213, 006/2016 e 007/2016.

Em síntese, as usinas da Celesc G tiveram a seguinte extensão de outorga:

Usinas	Prazo de Extensão	Garantia Física
UHE Garcia	7 anos	70%
UHE Bracinho	7 anos	70%
UHE Cedros	7 anos	70%
UHE Palmeiras	7 anos	70%
UHE Salto	7 anos	70%
UHE Pery	7 anos	100%
PCH Celso Ramos	4 anos e 2 meses	100%

A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente foi reconhecida, em 2021, ao valor justo no grupo de Intangíveis no montante de R\$45,9 milhões e será amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

As Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) Ivo Silveira, São Lourenço, Piraí, Rio do Peixe e Caveiras não foram contempladas pela Lei nº 14.052/2020. Até o momento, a ANEEL não apresentou nenhuma proposta de repactuação para esse tipo de geradora e, portanto, a Celesc G mantém as liminares existentes.

Notas Explicativas

2.2. Demais Participações

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Sociedade de economia mista, criada em 25 de fevereiro de 1994, possui a concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural em 100% do território catarinense e seu contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, tem vigência de 50 anos (2044). A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do Capital Social total da empresa.	Equivalência Patrimonial
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Constituída em agosto de 2000, com o propósito específico de integrar o sistema de transmissão de energia elétrica no Estado de Santa Catarina, com a exploração das linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões leste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da linha de transmissão SE Campos Novos/SC – SE Blumenau/SC C2, com 252,5 km de extensão. É o segundo empreendimento colocado em operação na nova modalidade idealizada para o novo modelo do setor elétrico. A ECTE, após sagrar-se vencedora do lote D, do Leilão nº 006/2011, constituiu, em dezembro/2011, sua subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE , que contempla a concessão da SE Abdon Batista (525/230 kV) e da SE Gaspar (230/138 kV), ambas no Estado de Santa Catarina, e visam integrar as Usinas de Geração de energia elétrica ao SIN, bem como viabilizar o acesso ao sistema de distribuição da Celesc, além de atender à expansão do suprimento de energia elétrica à região do Vale do Itajaí. A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, datado de 1º de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 006/2012, de 10 de maio de 2012, tem prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do Capital Social total da empresa.	Equivalência Patrimonial
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA detém 85% de participação na Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul. A usina possui capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A DFESA detém o Contrato de Concessão nº 188/98 datado de 28 de agosto de 1998. Em 2021, o prazo de vigência da concessão passou de 35 para 39 anos da data da assinatura do contrato. A extensão foi concedida após a realizar a adesão à Lei nº 14.052/2020. A Celesc detém 23,03% do capital social da empresa.	Equivalência Patrimonial
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da Casan é coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 11,95% do Capital Social total da empresa.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.	N/A	Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, em Joinville/SC. Com histórico de entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou à ANEEL a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89). Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministério de Minas e Energia – MME decidiu extinguir a concessão e reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL. A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, Inepar S.A. 40%, e a Statkraft Energias Renováveis S.A. 20%. O investimento na referida Usina está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária. A SPE vem tratando dos aspectos societários para sua dissolução.	N/A

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Notas Explicativas

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2023, conforme estabelece o artigo 17 da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em IFRS estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos exercícios, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros (Nota 5.7);
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 9.2);
- c) Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 13.2);
- d) Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery (Nota 14.3);
- e) Ativo/Passivo Financeiro Parcela A – CVA (Nota 13.1);
- f) Realização do IRPJ e CSLL Diferidos (Nota 17.2);
- g) *Impairment* de Ativos Não Financeiros (Notas 18.4 e 19.2);
- h) Depreciação (Nota 19.3);
- i) Ativo Intangível Indenizável – Celesc D (Nota 20);
- j) Ativo Intangível Repactuação do Risco Hidrológico – Celesc G (Nota 20);
- k) Contingências (Nota 27);
- l) Passivo Atuarial – CPC 33 (Nota 28);
- m) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 9 e 32.1).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidada.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR, reconhecidos no Balanço Patrimonial.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23 (IAS 8), que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que incorreções podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações contábeis. Estabelece, ainda, que a Companhia deve corrigir os erros materiais de exercícios anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reclassificação dos valores comparativos para o exercício anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis. Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, com base no pronunciamento técnico CPC 09, observaram-se classificações inadequadas entre as rubricas, sobretudo na divulgação de créditos de tributos sobre insumos adquiridos de terceiros, encargos sociais, entre outros. Embora tais inadequações não causem alterações e prejuízos às demonstrações da situação patrimonial e de resultado, entendeu-se prudente promover as correções nesta divulgação e, para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Os efeitos dessas reclassificações estão demonstrados a seguir:

Notas Explanatórias

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31.12.2021	Reclassificação	31.12.2021 (Reclassificado)	31.12.2021	Reclassificação	31.12.2021 (Reclassificado)
Receitas	-	9.731	9.731	17.109.496	(80.607)	17.028.889
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	-	-	-	16.257.922	(120.807)	16.137.115
Receitas de Construção de Ativos Próprios	-	-	-	(62.231)	773.135	710.904
Provisão/Reversão Créditos Liquidação Duvidosa	-	-	-	202.901	(265.132)	(62.231)
Outras Receitas	-	9.731	9.731	710.904	(467.803)	243.101
Insumentos Adquiridos de Terceiros	(14.031)	(8.663)	(22.694)	(9.770.108)	(926.417)	(10.696.525)
Custos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	-	-	-	(8.739.062)	(678.405)	(9.417.467)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(14.031)	(8.663)	(22.694)	(320.100)	(248.012)	(568.112)
Perda e Recuperação de Valores Ativos	-	-	-	(42)	-	(42)
Custos de Construção de Ativos Próprios	-	-	-	(710.904)	-	(710.904)
Valor Adicionado Bruto	(14.031)	1.068	(12.963)	7.339.388	(1.007.024)	6.332.364
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.194)	-	(2.194)	(245.705)	(275)	(245.980)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(16.225)	1.068	(15.157)	7.093.683	(1.007.299)	6.086.384
Valor Adicionado Recebido em Transferência	610.156	12.955	623.111	330.748	29.653	360.401
Resultado de Equivalência Patrimonial	616.172	-	616.172	72.683	-	72.683
Receitas Financeiras	(6.016)	8.629	2.613	258.065	25.031	283.096
Outros	-	4.326	4.326	-	4.622	4.622
Valor Adicionado Total a Distribuir	593.931	14.023	607.954	7.424.431	(977.646)	6.446.785

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31.12.2021	Reclassificação	31.12.2021 (Reclassificado)	31.12.2021	Reclassificação	31.12.2021 (Reclassificado)
Distribuição do Valor Adicionado	(593.931)	(14.023)	(607.954)	(7.424.431)	977.646	(6.446.785)
Pessoal	(17.421)	1.321	(16.100)	(701.818)	93.003	(608.815)
Remuneração Direta	(16.138)	850	(15.288)	(565.500)	81.839	(483.661)
Benefícios	(1.031)	471	(560)	(109.561)	11.164	(98.397)
F.G.T.S.	(252)	-	(252)	(26.757)	-	(26.757)
Impostos, Taxas e Contribuições	(13.164)	(15.344)	(28.508)	(5.913.896)	905.589	(5.008.307)
Federais	(13.124)	(15.141)	(28.265)	(3.220.117)	901.117	(2.319.000)
Estaduais	(12)	12	-	(2.686.083)	(703)	(2.686.786)
Municipais	(28)	(215)	(243)	(7.696)	5.175	(2.521)
Remuneração de Capitais de Terceiros	(174)	-	(174)	(245.545)	(20.946)	(266.491)
Juros	(143)	-	(143)	(9.649)	(245.255)	(254.904)
Aluguéis	(31)	-	(31)	(11.639)	52	(11.587)
Outras	-	-	-	(224.257)	224.257	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-	(37.778)	37.778	-
Outras Despesas de Financiamentos	-	-	-	(186.479)	186.479	-
Remuneração de Capitais Próprios	(563.172)	-	(563.172)	(563.172)	-	(563.172)
Dividendos	(20.074)	-	(20.074)	(20.074)	-	(20.074)
Juros sobre Capital Próprio	(123.742)	-	(123.742)	(123.742)	-	(123.742)
Lucros Retidos / Prejuízo do exercício	(419.356)	-	(419.356)	(419.356)	-	(419.356)

4.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IFRS 17	CPC 50	Contratos de seguro.	01/01/2023
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB
IAS 1	CPC 26	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2023
IAS 1	CPC 26	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
IAS 8	CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
IAS 12	CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação	01/01/2023

O Grupo realizou uma análise pertinente ao assunto e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC*, que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

4.4. Principais Políticas Contábeis

4.4.1. Base de Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas.

a) Principais Procedimentos de Consolidação

Os principais procedimentos de eliminação na consolidação são: saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, participações das entidades controladas no patrimônio líquido da controladora; e saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b) Controladas

Controladas são todas as entidades das quais o Grupo detém o controle. As subsidiárias integrais são consolidadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Qualquer participação retida na Companhia é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

c) Coligadas e Controladas em Conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

4.4.2. Apresentação de Informações por Segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais e estratégicas do Grupo (Nota 32).

As mensurações utilizadas para reportar a informação por segmento são idênticas às utilizadas nas preparações das Demonstrações Financeiras do Grupo.

4.4.3. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

4.5. Instrumentos Financeiros

4.5.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

A Companhia classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecida no resultado.

c) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA

A norma requer que o ativo financeiro avaliado ao VJORA atenda os seguintes critérios: seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e dê origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal

Notas Explicativas

em aberto. Os ganhos e perdas não são reclassificados ao resultado no futuro. Estão classificados os investimentos sobre os quais não se aplica o método de equivalência.

4.5.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescido dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

4.5.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (Nota 13.1)

4.5.4. Impairment de Ativos Financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável é inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado, até o valor contábil do bem. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda é reconhecida como receita na demonstração do resultado.

4.6. Caixa e Equivalente de Caixa

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, que são reconhecidas quando há aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

4.8. Estoques

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor líquido de realização, optando-se pelo menor entre os dois.

4.9. Bônus de Escassez Hídrica

Correspondem a valores a receber, que serão repassados aos Consumidores que atingirem meta de redução no consumo de energia, instituída pelo Programa de Redução Voluntária do Consumo. A mensuração é pelo custo e a contrapartida do seu reconhecimento está registrada no Passivo Circulante.

4.10. Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia investe em títulos e valores mobiliários, também conhecidos como investimentos temporários. A lucratividade dos investimentos temporários é medida pelos dividendos recebidos.

4.11. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo no momento da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

4.12. Depósitos Judiciais

A Companhia mantém registrado nesta rubrica valores depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios, ambientais).

4.13. Imobilizado

O Imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, máquinas e equipamentos e obras civis e benfeitorias da Celesc G. São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e perdas por *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo de ativos construídos pela própria Celesc G inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em Outras Receitas/Despesas operacionais no resultado.

4.13.1. Depreciação

Para os ativos das usinas que possuem contrato de registro, para aqueles localizados na Administração Central e para aqueles que os contratos de concessão preveem indenização ao final da concessão, a depreciação é determinada de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015.

Para os ativos em que não há previsão de indenização ao final do contrato de concessão, a depreciação é baseada no prazo de concessão definido em contrato ou vida útil, optando-se pelo menor entre os dois.

4.14. Intangíveis

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis, deduzidos da amortização acumulada apurada em base linear ou pela vida útil definida em contratos ou, ainda, pelo prazo de concessão.

4.14.1. Contratos de Concessões

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços prestados pelo Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e são reconhecidos como receita quando a infraestrutura é construída, desde que esse trabalho gere benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, optando-se pelo menor entre os dois.

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registradas nas Demonstrações Financeiras como redutoras dos ativos intangíveis.

Notas Explicativas

4.14.2. Ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e amortizado com base no prazo da concessão.

4.14.3. GSF

Ao estender o prazo de concessão das usinas geradoras hidrelétricas, uma vez que elas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o poder concedente compensa as geradoras, cedendo um direito não pecuniário em forma de extensão do prazo de concessão com caráter de recuperação de custos incorridos, advindos das parcelas de risco não hidrológico que impactam na formação do *GSF* a partir de 2013.

A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente possui os critérios indicados pela Norma CPC 04 (R1) – Ativo Intangível para o reconhecimento desse ativo pelo valor justo e será amortizado linearmente, até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada. A contrapartida foi contabilizada como recuperação de custos na rubrica Custo com Energia Elétrica de Curto Prazo.

4.14.4. Programas de Computador – Softwares

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (Nota 19). Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

4.15. Impairment de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda por redução no valor recuperável, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs) identificáveis separadamente.

A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo, líquido de depreciação ou amortização, não excede o valor contábil que teria sido apurado, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Esse procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). No caso de ágio com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

4.16. Ativo Financeiro

Refere-se a um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

4.16.1. Indenizável – Concessão

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Esses ativos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

4.16.2. Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como custo amortizado, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Esses valores foram contabilizados inicialmente no momento do pagamento em contrapartida a Caixa e Equivalente de Caixa. Mensalmente o saldo é atualizado pela TIR e monetariamente pelo IPCA lançados como Ativo Financeiro na Receita Operacional Bruta e amortizado no faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Notas Explicativas

4.16.3. Parcela A – CVA

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 4 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo da conta é atualizado com base na taxa de juros Selic.

Conforme regra contábil descrita anteriormente (Nota 4.5.3), os ativos e passivos financeiros – Parcela A – CVA, são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido. Esse ativo financeiro é classificado como custo amortizado.

4.16.4. Indenização Projeto Básico Usina Pery

Aplica-se o disposto no ICPC 01 – Contratos de Concessão, em que o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. O reconhecimento contábil se baseia no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, considerando que um Ativo Financeiro é quando há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O saldo do ativo financeiro das concessões é calculado deduzindo-se o valor mensal recebido por meio da RAG, somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR) e a atualização monetária pelo IPCA.

4.17. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

4.17.1. Subvenção e Repasse da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Esse valor foi contabilizado na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

4.17.2. Conta Bandeira Tarifária

Esse valor foi contabilizado na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. (Nota 12).

4.17.3. Ativo de Direito de Uso

Correspondente ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento. O reconhecimento inicial é pelo valor do custo, trazido a valor presente, em contrapartida ao Passivo de Arrendamentos. O ativo é depreciado pelo prazo de definido em contrato.

4.18. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

4.18.1. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, compra de energia elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

4.18.2. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demande um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a Companhia, e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.18.3. Debêntures

As debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado ou em imobilizações em andamento, conforme orientações do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

4.18.4. Parcada A – CVA

O passivo financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcada A” – CVA destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 4 de abril de 2003, respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo da conta é atualizado com base na taxa de juros Selic.

Conforme regra contábil descrita anteriormente (Nota 4.5.3), os ativos e passivos financeiros – Parcada A – CVA, são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido.

4.18.5. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Esses valores foram contabilizados na rubrica Taxas Regulamentares, vinculadas ao Serviço Concedido.

4.18.6. Reserva Matemática a Amortizar

Refere-se à dívida pactuada com a Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS relacionada à mudança do Plano Previdenciário (Benefício Definido – BD, para Contribuição Definida – CD).

4.19. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.20. Benefícios a Empregados e Aposentados

4.20.1. Obrigações com Fundo de Pensão

A Celesc D possui em seu rol de benefícios aos empregados planos previdenciários nas modalidades da Benefício Definido – BD, Contribuição Variável – CV e Contribuição Definida – CD. Os planos BD e CV tem por característica a aposentadoria com uma renda vitalícia, definida com base no regulamento do plano (BD) ou de acordo com o saldo na conta de aposentadoria e expectativa de vida (CV).

O passivo relacionado aos planos previdenciários é o valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Para os planos de contribuição definida, a Celesc D paga contribuições ao plano, conforme as regras regulamentares. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Celesc D não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Notas Explicativas

4.20.2. Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

4.21. Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Os dividendos são reconhecidos no passivo circulante no encerramento do exercício social, no montante de 25% do lucro líquido ajustado, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser distribuído aos acionistas. Valores acima do mínimo obrigatório, definidos pela Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, são reconhecidos no Patrimônio Líquido e somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

4.22. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4.22.1. Passivos de Arrendamentos (CPC 06/IFRS 16)

Passivo gerado em contrapartida ao ativo de Direito de Uso, representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade. O reconhecimento inicial é calculado pelo valor presente e o encargo financeiro é reconhecido no resultado como despesa financeira.

4.22.2. PIS/COFINS a Restituir a Consumidores

Reconhecimento dos valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos, que serão resarcidos aos consumidores. A baixa vem ocorrendo nos repasses aos consumidores, como um componente financeiro tarifário de caráter provisório, enquanto não houver mecanismos de devolução definidos pela ANEEL. Os valores foram inicialmente reconhecidos pelo custo e atualizados pela SELIC. Mensalmente, a Companhia atualiza os valores pelo mesmo índice, sendo a contrapartida no ativo na rubrica de Tributos a Recuperar.

4.23. Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022, é de R\$2.480.000.000,00 e está classificado no Patrimônio Líquido. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

4.24. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando: a) identificar o(s) contrato(s) com um cliente; b) identificar as obrigações de performance; c) determinar o preço da transação, por obrigação de desempenho; d) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e) reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

4.24.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

4.24.2. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

Notas Explicativas

4.24.3. Ativo/Passivo Financeiro Regulatório/Setorial

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: Parcada A (custos não gerenciáveis) e Parcada B (custos gerenciáveis). Os itens da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcada A” – CVA, são variações com compras de energia, encargos setoriais e outras, a serem incluídos nas tarifas futuras em função de reajustes tarifários.

Contabilizam-se ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos efetivamente incorridos e homologados. Quando os custos homologados nas tarifas são inferiores aos custos incorridos, a mensuração é positiva e há um crédito na receita decorrente de um direito a receber (ativo setorial). Quando esses custos são superiores, registra-se uma obrigação (passivo setorial) em contrapartida ao débito na receita de ativo regulatório (setorial). A apresentação nas demonstrações se dá de forma líquida.

4.24.4. Energia de Curto Prazo

A energia de curto prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no mercado de curto prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

4.24.5. Disponibilidade da Rede Elétrica

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria concessionária por meio de suas atividades.

4.24.6. Receita de Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão

Refere-se à atualização pelo IPCA do ativo financeiro indenizável – concessão de distribuição de energia elétrica.

4.24.7. Renda de Prestação de Serviços

São contabilizadas as receitas faturadas de outras naturezas.

4.24.8. Serviço Taxado

Destina-se à contabilização de créditos, perante consumidores, oriundos da execução dos serviços técnicos e administrativos taxados pela ANEEL.

4.24.9. Receita de Construção

A receita de construção aplicada pela Celesc D tem em sua contrapartida os custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da empresa é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a empresa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

4.24.10. Receita Financeira de Atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão, a Companhia reconhece a receita financeira de juros efetivos, vinculada à correção da parcela do valor pago a título de bonificação de outorga, dentro do grupo de “Receita Operacional”.

Para cada usina existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga – RBO. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

4.24.11. Receita Financeira de Atualização da Indenização da Usina UHE Pery

Por tratar-se de um contrato de concessão, a Companhia reconhece a receita financeira de juros efetivos, vinculada à correção da parcela do valor pago a título de indenização, dos investimentos realizados em bens que não estavam totalmente depreciados no final da concessão, dentro do grupo de “Receita Operacional”. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR. O saldo é amortizado mensalmente, até o final do prazo de concessão.

4.24.12. Doações e Subvenções

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas;

Notas Explicativas

e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

4.24.13. Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira.

4.24.14. Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos corporativos, avaliando e monitorando esses riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

5.1. Classe de Risco Financeiro

5.1.1. Categoria Crédito

a) Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico-financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, de entrega e de cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Categoria Liquidez

a) Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros ou câmbio.

b) Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira, seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados em 31 de dezembro de 2022.

Descrição	Taxas %	Consolidado					
		Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Contas a Receber (líquido de PECLD)		1.648.938	66.016	43.979	15.905	870	1.775.708
Caixa e Equivalente de Caixa		940.684	-	-	-	-	940.684
Depósitos Judiciais		-	-	-	359.870	-	359.870
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		47.086	-	-	-	-	47.086
Ativo Financeiro – CVA	SELIC	-	-	-	105.012	-	105.012
Ativo Financeiro – Bonificação Outorga	IPCA	3.516	6.948	30.225	139.715	245.526	425.930
Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	IPCA	1.538	3.040	13.252	61.822	113.347	192.999
Total Ativo		2.641.762	76.004	87.456	682.324	359.743	3.847.289
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	29.164	-	242.120	571.629	-	842.913
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		19.472	-	-	-	-	19.472
Eletrobras	5% a.a.	75	146	666	1.396	-	2.283
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	249	484	1.713	320	-	2.766
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,9% a 2,6% a.a.	34.811	25.730	155.489	504.275	-	720.305
Debêntures – Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	2.872	-	28.772	27.446	59.090
Fornecedores		739.649	274.280	2.584	-	-	1.016.513
Passivo Financeiro – CVA	SELIC	63.130	126.930	592.737	-	-	782.797
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	20.033	19.093	91.164	162.071	-	292.361
BID	CDI + 0,87% a 1,98% a.a.	-	-	36.093	312.068	1.720.715	2.068.876
Total Passivo		906.583	449.535	1.122.566	1.580.531	1.748.161	5.807.376

Notas Explicativas

c) Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (CELOS), por definição de premissa ou hipótese atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão

a) Investimentos

Risco de perdas pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes, desembolsos imprevistos e apropriação incorreta dos recursos.

5.2.2. Categoria Processo

a) Resgardo de Ativos

Risco de comprometimento da(s) operação(ões) da Companhia decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados em ativos patrimoniais.

b) Perdas

Risco de redução de receita em função da ultrapassagem, das perdas técnicas e/ou não técnicas, acima dos limites reconhecidos na tarifa pela ANEEL.

c) Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido à contratação fora dos limites regulatórios.

5.2.3. Categoria Pessoal

a) Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

b) Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos colaboradores ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do Grupo, tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.4. Categoria Informação e Tecnologia

a) Cibernético e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes de indisponibilidade ou acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à interrupção de sistemas críticos, falhas na segurança da informação ou violação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

5.3. Classe de Risco de Conformidade

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

a) Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais expondo a Companhia a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

b) Revisão Tarifária

Risco de perdas na remuneração contida na chamada Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da Celesc D, assim como o risco de perdas na remuneração contida na Parcela A para as Receitas Irrecuperáveis e para as perdas de energia elétrica, provocadas

Notas Explicativas

pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia aplicadas no processo de revisão tarifária, resultando em tarifas inferiores às esperadas e acarretando na redução da margem das distribuidoras.

c) Extinção da Concessão de Distribuição

Risco de extinção do contrato de concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica pelo não cumprimento dos limites estabelecidos no aditivo ao Contrato de Concessão da distribuidora e nos regulamentos da ANEEL, para os indicadores coletivos de continuidade e sustentabilidade econômico-financeira.

As obrigações estabelecidas até 2021 foram cumpridas plenamente.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896, publicada em 17 de novembro de 2020, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045. O documento é resultado da Consulta Pública nº 24/2019, que buscou discutir e colher subsídios para a definição da regulamentação para abertura dos processos de caducidade dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, com base em quesitos de qualidade do serviço e de sustentabilidade econômico-financeira.

A partir de 2020, o descumprimento de qualquer um dos limites do DECi ou do FECi por um ano torna obrigatória para a concessionária a apresentação de um plano de resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da ANEEL e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização, por meio de relatórios periódicos a serem apresentados também pelas concessionárias.

O descumprimento dos limites do DECi ou do FECi por dois anos consecutivos, ou por três dos cinco anos civis anteriores, apurados isoladamente ou em conjunto, ou do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira por um ano, obriga a concessionária a limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre capital próprio, isoladamente ou em conjunto, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, diminuído ou acrescido da importância destinada à constituição da Reserva Legal e da importância destinada à constituição da Reserva para Contingências;

O descumprimento do DECi ou do FECi, isoladamente ou em conjunto, por três anos consecutivos ou do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira por dois anos consecutivos, caracteriza a inadimplência contratual da concessionária e implicará a abertura, pela ANEEL, de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, ou normas supervenientes que vierem a sucedê-la.

Quanto ao critério de eficiência da gestão econômico-financeira, este será mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o LAJIDA for menor que a QRR. A relação (Dívida Líquida/EBITDA – QRR) da Celesc D deverá ficar entre os limites de 10 a 15 vezes, uma vez que agora a Selic teve delimitação de um piso com 6% e um teto com 9%.

Em dezembro de 2022 a ANEEL publicou o Despacho nº 3478/2022 reconhecendo o cumprimento dos indicadores de continuidade e eficiência em relação à gestão do ano de 2021. A distribuidora conseguiu cumprir todas as metas ficando adimplente junto ao Contrato de Concessão.

d) Regulação do Setor Elétrico

Risco de sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em virtude de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

e) Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

f) Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas ou deficiências que dificultam ou impossibilitam a construção de defesas.

5.4. Classe de Risco Estratégico

5.4.1. Categoria Governança

a) Imagem

Risco de queda no nível de reputação do Grupo perante os principais *stakeholders*.

Notas Explicativas

5.4.2. Categoria Estratégia

a) Inovação

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos, como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade empresarial.

5.5. Análise de Sensibilidade

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). Os valores são informados em termos absolutos e não relativamente ao cenário provável apresentado.

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2022:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Consolidado			
				(Cenário I)	Aumento 25% (Cenário II)	Aumento 50% (Cenário III)	Redução 25% (Cenário II)
CDI				13,73%	17,16%	20,60%	10,30%
	Aplicações Financeiras	8	895.959	123.015	153.747	184.568	(92.284)
	Empréstimos	22	(1.838.381)	(252.410)	(315.466)	(378.706)	189.353
	Debêntures	23	(563.653)	(77.390)	(96.723)	(116.113)	58.056
Selic				13,54%	16,93%	20,31%	10,16%
	CVA – Ativa	13.1	76.448	10.351	12.943	15.527	(7.767)
	CVA – Passiva	13.1	(753.564)	(102.033)	(127.578)	(153.049)	76.562
IPCA				5,78%	7,23%	8,67%	4,34%
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	596.648	34.486	43.138	51.729	(25.895)
	Debêntures	23	(42.460)	(2.454)	(3.070)	(3.681)	1.843
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	346.810	20.046	25.074	30.068	(15.052)
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	156.840	9.065	655	57	(6.807)
	Reserva Matemática a Amortizar	28	(248.978)	(14.391)	(18.001)	(21.586)	10.806
							7.195

5.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE nº	Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	1.166.319	103.222
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	676.836	1.150.078
Debêntures	23	606.113	768.665
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(940.684)	(844.088)
Dívida Líquida		1.508.584	1.177.877
Total do Patrimônio Líquido		2.883.176	2.621.369
Total do Capital		4.391.760	3.799.246
Índice de Alavancagem Financeira (%)		34,35%	31,00%

Notas Explicativas

5.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, estejam próximos de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo, que requer divulgação, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição – Nível 3	NE	31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA			
Títulos e Valores Mobiliários	15	-	137.261
Outros		217	217
Valor Justo por Meio do Resultado – VJR			
Ativo Indenizável – Concessão	14	1.008.038	757.193
Total do Ativo		1.008.255	894.671
Encargos Setoriais – CDE	26	19.472	19.472
Total do Passivo		19.472	19.472

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas.

Para os ativos contabilizados como Títulos e Valores Mobiliários, avaliados por VJORA, foram utilizadas outras técnicas, como a análise de fluxo descontado. Para a conta Outros, a técnica aplicada foi a abordagem de custo.

Para os ativos de concessão, avaliados por VJR, a mensuração foi por meio da técnica de abordagem de custo. No que se refere ao custo de substituição/reposição atual utilizaram-se outras técnicas, como a análise de fluxo descontado.

Notas Explicativas

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
Ativo	3.703.446	1.008.038	217	4.711.701
Caixa e Equivalentes de Caixa	940.684	-	-	940.684
Contas a Receber de Clientes	1.775.708	-	-	1.775.708
Depósitos Judiciais	359.870	-	-	359.870
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	47.086	-	-	47.086
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	1.008.038	-	1.008.038
Ativo Financeiro – CVA	76.448	-	-	76.448
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	346.810	-	-	346.810
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	156.840	-	-	156.840
Outros	-	-	217	217

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
Passivo	4.483.107	19.472	-	4.502.579
Fornecedores	1.016.513	-	-	1.016.513
CELOS	14.784	-	-	14.784
Empréstimos Moeda Nacional	676.836	-	-	676.836
Empréstimo Moeda Estrangeira	1.166.319	-	-	1.166.319
Debêntures	606.113	-	-	606.113
Reserva Matemática a Amortizar	248.978	-	-	248.978
Encargos Setoriais – CDE	-	19.472	-	19.472
Passivo Financeiro – CVA	753.564	-	-	753.564

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
Ativo	4.147.196	757.193	137.478	5.041.867
Caixa e Equivalentes de Caixa	844.088	-	-	844.088
Contas a Receber de Clientes	1.958.223	-	-	1.958.223
Depósitos Judiciais	329.106	-	-	329.106
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	49.231	-	-	49.231
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	757.193	-	757.193
Ativo Financeiro – CVA	470.286	-	-	470.286
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	329.349	-	-	329.349
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	166.913	-	-	166.913
Outros	-	-	217	217

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
Passivo	3.488.851	19.472	-	3.508.323
Fornecedores	1.088.186	-	-	1.088.186
CELOS	5.142	-	-	5.142
Empréstimos Moeda Nacional	103.222	-	-	103.222
Empréstimo Moeda Estrangeira	1.150.078	-	-	1.150.078
Debêntures	768.665	-	-	768.665
Reserva Matemática a Amortizar	333.732	-	-	333.732
Encargos Setoriais – CDE	-	19.472	-	19.472
Passivo Financeiro – CVA	39.826	-	-	39.826

Notas Explicativas

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	906.658	978.851
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	631.435	845.281
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	562.195	795.833
Total	2.100.288	2.619.965

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Recursos em Banco e em Caixa	5	34	44.725	37.409
Aplicações Financeiras	48.200	26.838	895.959	806.679
Total	48.205	26.872	940.684	844.088

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado	
				31.12.2022	31.12.2021
Consumidores	1.137.361	241.512	408.855	1.787.728	2.310.487
Residencial	321.930	149.515	211.208	682.653	710.998
Industrial	74.765	29.481	78.498	182.744	504.926
Comércio	144.525	45.524	106.683	296.732	369.224
Rural	45.974	13.232	10.722	69.928	86.643
Poder Público	36.842	3.716	302	40.860	55.457
Iluminação Pública	15.888	7	1.418	17.313	43.683
Serviço Público	15.954	37	24	16.015	26.137
Fornecimento não Faturado	481.483	-	-	481.483	513.419
Suprimento a Outras Concessionárias	270.499	5.439	36.622	312.560	309.478
Concessionárias e Permissionárias	237.976	3.599	2.693	244.268	243.021
Transações no Âmbito da CCEE	22.711	-	-	22.711	1.118
Outros Créditos	-	1.840	33.929	35.769	52.493
Concessionárias e Permissionárias não Faturado	9.812	-	-	9.812	12.846
Total	1.407.860	246.951	445.477	2.100.288	2.619.965
PECLD com Clientes	(7.378)	(6.091)	(311.111)	(324.580)	(661.742)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.400.482	240.860	134.366	1.775.708	1.958.223
Circulante				1.758.933	1.931.011
Não Circulante				16.775	27.212

9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no mercado de energia elétrica do sistema interligado nacional, que são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE, e são rateadas entre os agentes de mercado. A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Consolidado	
Consumidores	31.12.2022	31.12.2021
Residencial	142.191	121.104
Industrial	65.574	234.184
Têxtil (i)	-	114.614
Comércio, Serviços e Outras	81.957	110.776
Rural	5.144	6.502
Poder Público	276	10.711
Illuminação Pública	1.421	19.001
Serviço Público	23	225
Concessionárias e Permissionárias (ii)	960	2.459
Consumidores Livres	2.043	10.825
Outros	24.991	31.341
Total	324.580	661.742
Circulante	324.580	547.128
Não Circulante	-	114.614

Abaixo, segue a demonstração da movimentação ocorrida:

	Consolidado
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2020	632.475
Provisão/Reversão Constituída no Exercício	60.671
Baixas de Contas a Receber	(31.404)
Saldo em 31.12.2021	661.742
Provisão/Reversão Constituída no Exercício	62.278
Baixas de Contas a Receber	(399.440)
Saldo em 31.12.2022	324.580

A Celesc D, conforme preceitua o CPC 48/IFRS 9, utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas ao longo dos próximos doze meses, tendo sido atualizada no mês de dezembro de 2022. As perdas de crédito esperadas consideram sua experiência histórica, ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

Para elaboração da matriz de inadimplência foi utilizado relatório extraído e enviado mensalmente para a ANEEL com os valores faturados e não recebidos. O objetivo do relatório é demonstrar os valores não recebidos (vencidos e vincendos) de cada faturamento até a data competência escolhida e definir o ponto de estabilização da curva de envelhecimento da fatura, o *Aging*.

A seguir, são apresentados os percentuais de perdas esperadas segregadas por classe de consumo, aplicados no reconhecimento dos recebíveis:

Aging Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Illuminação Pública	Serviço Público
A Vencer	0,52%	0,67%	0,38%	0,63%	0,18%	0,01%	0,01%	0,02%
0 a 3 meses	2,53%	2,15%	2,90%	3,39%	0,97%	0,19%	1,23%	0,56%
3 a 6 meses	24,84%	19,62%	48,39%	33,08%	7,69%	5,88%	100,00%	50,00%
6 a 12 meses	49,38%	42,28%	71,43%	51,81%	20,59%	16,67%	100,00%	100,00%
12 a 18 meses	61,54%	56,52%	73,17%	66,15%	37,84%	33,33%	100,00%	100,00%
18 a 24 meses	66,67%	66,67%	75,00%	74,14%	51,85%	100,00%	100,00%	100,00%
24 a 36 meses	72,73%	73,24%	76,92%	84,31%	66,67%	100,00%	100,00%	100,00%
36 a 48 meses	80,00%	85,25%	78,95%	95,56%	82,35%	100,00%	100,00%	100,00%
48 a 60 meses	97,56%	98,11%	96,77%	97,73%	93,33%	100,00%	100,00%	100,00%
+ 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009, a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil, entre elas Têxtil Renaux View S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Companhia Industrial Schlösser S.A.

Em relação à companhia Têxtil Renaux View S.A., a Administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento e em virtude da remota possibilidade de recebimento, constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45,2 milhões, em 2013.

Em 2012, a TEKA deu entrada no pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. O plano de recuperação foi aprovado pela maioria dos credores, embora a Celesc D tenha votado pela sua não aprovação e assim pela falência da empresa. Portanto, a probabilidade de recebimento do referido valor é remota na avaliação da Administração, vindo a Celesc D a constituir provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Celesc D no montante de R\$55,8 milhões.

Notas Explicativas

Em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial, sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16,9 milhões. A Celesc D recebeu, em 2017, referente à recuperação judicial, o montante de R\$3,3 milhões, valor este revertido da provisão.

Visando higienizar os créditos de faturamento de energia elétrica e manter a consonância com a matriz de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e com os critérios da legislação tributária vigente (Decreto Federal nº 9580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1700/2017), que regulamentam a dedução de parte dos valores de perdas na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, a Administração da Companhia aprovou, em 7 de junho de 2022, as novas regras de lançamentos contábeis para perdas referentes as faturas vencidas há mais de 5 anos, considerando remota a possibilidade de êxito no recebimento, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/ou judicial.

Os lançamentos contábeis para reconhecimento de perda em definitivo de créditos previamente provisionados devem se limitar à baixa do respectivo ativo em contrapartida da provisão constituída, ambos em contas patrimoniais, não devendo transitar pelo resultado.

Diante da redução da PECLD ocasionada pelos lançamentos de perda definitiva, os indicadores de inadimplência da Celesc D apresentaram uma significativa melhora.

Com a nova regra, os créditos de faturamento de energia elétrica acumulam uma redução de R\$387,2 milhões no ano, dos quais R\$114,6 milhões se referem ao lançamento para perdas dos recebíveis do setor têxtil.

Por fim, vale lembrar que os lançamentos contábeis em questão não implicam encerramento no processo de cobrança.

A tabela a seguir demonstra a composição de saldos por empresa:

Consolidado	
Descrição	Total
Têxtil Renaux View S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31.12.2020	114.614
Provisão Constituída no Exercício	-
Reversão no Exercício	-
Saldo em 31.12.2020	114.614
Têxtil Renaux View S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31.12.2020	114.614
Provisão Constituída no Exercício	-
Reversão no Exercício	-
Saldo em 31.12.2021	114.614
Têxtil Renaux View S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31.12.2021	114.614
Baixas de Contas a Receber	(114.614)
Saldo em 31.12.2022	-

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

Em 27 de setembro de 2021, a Celesc G comunicou à CCEE a retirada da ação judicial existente para as UHE's Garcia, Bracinho, Cedros, Palmeiras, Salto, Pery e PCH Celso Ramos. O valor da PECLD dessas usinas foi revertido em sua totalidade até outubro de 2021. A Celesc G mantém as liminares referentes às CGH's e aguarda desfecho por parte da ANEEL.

Os valores referentes aos ajustes na Celesc G das medidas liminares relacionadas às CGH's, no exercício de 2022, acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, foram no importe de R\$236,0 mil. Ao longo do exercício, foi revertido R\$1,1 milhão devido ao seu recebimento.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da PECLD é de R\$172,0 mil, referente às CGHs, pelas quais a Celesc G mantém a ação judicial (Nota 2.1.2.6, letra b).

A movimentação do exercício está demonstrada na tabela abaixo:

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2020	37.801
Provisão Líquida no Exercício	11.552
Reversão no Exercício (Baixa no Contas a Receber)	(48.354)
Saldo em 31.12.2021	999
Provisão Líquida no Exercício	236
Baixa no Contas a Receber	(1.063)
Saldo em 31.12.2022	172

10. ESTOQUES

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia, além de materiais para uso administrativo.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021	Consolidado
Almoxarifado	19.963	13.500	
Outros	56	56	
Total	20.019	13.556	

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	31.12.2022	31.12.2021	Controladora		Consolidado	
			31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	1.100.944	1.497.090		
IRPJ/CSLL	44.331	37.879	64.134	46.543		
ICMS	-	-	57.942	48.223		
PIS/COFINS	-	-	6	5		
Outros	-	-	992	1.022		
Total	44.331	37.879	1.224.018	1.592.883		
Circulante	44.331	37.879	699.238	572.007		
Não Circulante	-	-	524.780	1.020.876		

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e saldo negativo que serão realizados no curso normal das operações, sendo utilizados para compensação de tributos federais.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

11.1. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo)

Descrição	31.12.2022	31.12.2021	Controladora		Consolidado	
			31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo) 1ª ação	-	-	-	-	498.392	
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo) 2ª ação	-	-	1.100.944	998.698		
Total	-	-	1.100.944	1.497.090		
Circulante	-	-	609.890	498.392		
Não Circulante	-	-	491.054	998.698		

Em 1º de abril de 2019, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial autuado sob o nº 5006834-93.2012.4.04.7200, no qual foi reconhecido o direito à repetição do indébito de PIS/Cofins em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo desses tributos, no período compreendido entre abril de 2007 e dezembro de 2014, em decorrência da limitação temporal conferida na decisão decorrente da superveniente da Lei Federal nº 12.973/2014.

Os créditos foram escriturados, inicialmente, em conformidade com a Solução de Consulta da Receita Federal do Brasil – RFB nº 13/2018. Após o julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 574.706/PR em sede de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, em 13 de maio de 2021, a Celesc D suplementou o valor do crédito registrado para adequá-lo à metodologia da exclusão do ICMS destacado da base de PIS/Cofins. Os valores dos créditos de PIS e de Cofins relativos a essa primeira ação foram compensados na sua totalidade no 3º trimestre de 2022.

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, autuada sob o nº 5016157-78.2019.4.04.7200, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o Recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Notas Explicativas

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida no *leading case* nº 574.706 – Tema 69 – houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a Celesc D obteve a habilitação dos créditos pela Receita Federal, em 27 de dezembro de 2022. Após trâmite interno na Celesc D, será iniciado o processo de compensação dos tributos vencidos com o crédito habilitado.

Em decorrência das compensações futuras deste saldo, a Celesc D reclassificou para o ativo circulante o crédito de PIS e de Cofins com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses.

12. DIVIDENDOS/JCP A RECEBER E OUTROS ATIVOS

12.1. Dividendos e JCP a Receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos Celesc G	-	16.760	-	-
Dividendos SCGÁS	4.374	3.939	4.374	3.939
Dividendos ECTE	8.256	6.994	8.256	6.994
Dividendos Casan	-	161	-	161
Dividendos DFESA	909	86	909	86
Dividendos EDP Transmissão Aliança	-	-	1.078	-
JCP Celesc G	38.724	22.619	-	-
JCP Celesc D	154.806	92.687	-	-
JCP SCGÁS	2.227	2.631	2.227	2.631
JCP EDP Transmissão Aliança	-	-	3.578	1.054
Total	209.296	145.877	20.422	14.865
Circulante	209.296	145.877	20.422	14.865
Não Circulante	-	-	-	-

12.2. Outros Ativos – Circulantes e não Circulantes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ICMS ST (i)	-	-	35.043	57.173
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	44.089	29.479
Adiantamento Proinfa (iii)	-	-	24.578	28.591
Adiantamentos Diversos (vi)	177	51	9.443	8.089
Diferença Reembolso CDE (iv)	-	-	3.424	20.765
Programa Baixa Renda	-	-	5.621	12.336
Despesas Pagas Antecipadamente (v)	487	-	2.128	738
Conta Bandeiras	-	-	3.453	6.251
Destinado a Alienação	-	-	2.457	3.033
Pessoal a Disposição	-	-	794	769
Outros Créditos (vii)	-	-	5.009	2.872
Total	664	51	136.039	170.096
Circulante	623	51	133.541	167.063
Não Circulante	41	-	2.498	3.033

(i) ICMS Substituição Tributária (ST)

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011.

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(iv) Diferença Reembolso CDE

Corresponde à diferença entre os valores concedidos de descontos tarifários às unidades consumidoras da Celesc D e os valores recebidos da CEEE para compensar os referidos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis a geradores e consumidores de fonte incentivada, a serviço de irrigação e aquicultura em horário especial, a serviço público de água, esgoto e saneamento, a distribuidoras com mercado próprio, à classe rural, à subclasse cooperativa de eletrificação rural e a serviço público de irrigação.

Notas Explicativas

(v) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem aos prêmios de seguros.

(vi) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamento de salário (R\$569 mil), adiantamento de férias (R\$ 693 mil) e adiantamento de vale-alimentação (R\$ 6,2milhões).

(vii) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. Parcela A – CVA

Descrição	31.12.2021	Adição Baixa	Amortização	Remuneração	Transferências	31.12.2022	Saldo em Amortização	Saldo em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	1.693.500	456.182	(909.497)	118.974	(460.989)	898.170	497.986	400.184	640.273	257.897
Energia	823.056	(485.376)	(356.975)	35.927	120.765	137.397	77.827	59.570	99.007	38.390
Custo da Energia de Itaipu	60.794	(9.593)	(52.609)	1.408	-	-	-	-	-	-
Proinfa	16.491	88.655	(52.079)	6.678	-	59.745	59.745	-	59.745	-
Transporte Rede Básica	90.258	121.854	(86.397)	9.068	-	134.783	39.155	95.628	73.156	61.627
Transporte de Energia	16.725	21.662	(16.704)	2.024	-	23.707	12.296	11.411	16.353	7.354
ESS	578.433	166.776	(93.739)	28.993	(609.652)	70.811	60.113	10.698	63.917	6.894
CDE	40.579	397.972	(187.575)	26.560	-	277.536	247.811	29.725	258.380	19.156
Neutralidade Parc A	4.080	40.124	-	1.677	-	45.881	-	45.881	16.313	29.568
Sobrecontratação de Energia	56.574	112.812	(56.574)	6.561	-	119.373	-	119.373	42.444	76.929
Outros	6.510	1.296	(6.845)	78	27.898	28.937	1.039	27.898	10.958	17.979
CVA Passiva	(1.263.040)	(942.866)	1.611.717	(75.272)	(905.825)	(1.575.286)	(1.292.140)	(283.146)	(1.393.837)	(181.449)
Aquisição de Energia	-	(433.941)	-	(15.793)	449.734	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	(77.046)	5.398	(3.054)	-	(74.702)	(9.783)	(64.919)	(32.865)	(41.837)
Proinfa	-	(3.575)	-	(225)	-	(3.800)	-	(3.800)	(1.351)	(2.449)
Sobrecontratação Energia	(103.002)	60.253	74.105	(6.825)	(76.833)	(52.302)	(52.302)	-	(52.302)	-
CDE	(29.747)	29.965	-	(218)	-	-	-	-	-	-
Neutralidade Parc A	(65.302)	(23.635)	73.495	591	-	(14.851)	(14.851)	-	(14.851)	-
Devolução Tarifárias	(585.927)	(36.221)	845.300	(3.435)	(806.252)	(586.535)	(549.655)	(36.880)	(563.652)	(22.883)
Bandeiras Tarifárias	-	(216)	-	-	-	(216)	-	(216)	(216)	-
Outros	(479.062)	(458.450)	613.419	(46.313)	(472.474)	(842.880)	(665.549)	(177.331)	(728.600)	(114.280)
Saldo Ativos/(Passivos)	430.460	(486.684)	702.220	43.702	(1.366.814)	(677.116)	(794.154)	117.038	(753.564)	76.448

Descrição	31.12.2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31.12.2021	Saldo em Amortização	Saldo em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	1.177.150	1.288.161	(816.152)	47.416	(3.075)	1.693.500	601.061	1.092.439	989.484	704.016
Energia	596.827	511.220	(313.591)	29.528	(928)	823.056	304.700	518.356	489.004	334.052
Custo da Energia de Itaipu	175.062	44.672	(160.562)	1.622	-	60.794	51.467	9.327	54.783	6.011
Proinfa	-	25.253	(9.301)	539	-	16.491	16.491	-	16.491	-
Transporte Rede Básica	91.284	57.277	(61.187)	2.884	-	90.258	61.938	28.320	72.007	18.251
Transporte de Energia	15.889	12.082	(11.690)	444	-	16.725	9.251	7.474	11.908	4.817
ESS	64.690	538.354	(30.337)	7.873	(2.147)	578.433	53.790	524.643	240.330	338.103
CDE	82.429	54.667	(99.117)	2.600	-	40.579	40.579	-	40.579	-
Neutralidade Parc A	23.551	3.907	(23.551)	173	-	4.080	-	4.080	1.451	2.629
Sobrecontratação de Energia	92.692	40.197	(75.851)	(464)	-	56.574	-	-	56.574	-
Outros	34.726	532	(30.965)	2.217	-	6.510	6.271	239	6.357	153
CVA Passiva	(1.032.780)	(621.149)	1.270.316	(17.288)	(862.139)	(1.263.040)	(898.811)	(364.229)	(1.029.310)	(233.730)
Custo da Energia de Itaipu	-	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-
Proinfa	(14.402)	-	14.569	(167)	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia – Itaipu	-	38	-	(38)	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação Energia	(44.170)	(56.235)	69.135	(1.519)	(70.213)	(103.002)	(45.248)	(57.754)	(65.783)	(37.219)
ESS	(127.017)	-	128.487	(1.470)	-	-	-	-	-	-
CDE	-	(29.530)	-	(217)	-	(29.747)	-	(29.747)	(10.577)	(19.170)
Neutralidade Parc A	(25.855)	(78.240)	36.029	2.764	-	(65.302)	(65.302)	-	(65.302)	-
Devolução Tarifárias	(93.077)	(17.081)	320.703	(1.471)	(795.001)	(585.927)	(542.042)	(43.885)	(558.640)	(27.287)
Outros	(728.259)	(440.113)	701.393	(15.158)	3.075	(479.062)	(246.219)	(232.843)	(329.008)	(150.054)
Saldo Ativos/(Passivos)	144.370	667.012	454.164	30.128	(865.214)	430.460	(297.750)	728.210	(39.826)	470.286

Notas Explicativas

Descrição	31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
CVA 2021 – Período de 23.08.2020 a 22.08.2021	-	538.216
CVA 2022 – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	487.164	1.058.373
CVA 2022 – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	138.313	-
Total – CVA	625.477	1.596.589
Outros Itens – Período de 23.08.2020 a 22.08.2021	-	(835.966)
Outros Itens – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	(1.281.318)	(330.163)
Outros Itens – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	(21.275)	-
Total – Outros Itens – CVA	(1.302.593)	(1.166.129)
Total	(677.116)	430.460

13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. A devolução desse montante está inclusa na RAG dessas usinas e será resarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago do Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, por meio da RAG; pelos juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e a atualização monetária pelo IPCA.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Consolidado Total
Saldo em 31.12.2020	43.944	63.048	48.139	29.048	117.408	301.587
Circulante						33.674
Não Circulante						267.913
Atualização Monetária	4.139	5.939	4.541	2.721	11.119	28.459
Juros	5.400	7.857	5.799	4.060	12.709	35.825
Amortização/Baixa	(5.497)	(7.937)	(5.890)	(4.040)	(13.158)	(36.522)
Saldo em 31.12.2021	47.986	68.907	52.589	31.789	128.078	329.349
Atualização Monetária	2.718	3.904	2.980	1.798	7.265	18.665
Juros	5.883	8.569	6.321	4.436	13.831	39.040
Amortização/Baixa	(6.057)	(8.746)	(6.490)	(4.452)	(14.499)	(40.244)
Saldo em 31.12.2022	50.530	72.634	55.400	33.571	134.675	346.810
Circulante						40.019
Não Circulante						306.791

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia	1.005.617	754.772
Em Serviço	596.648	393.021
Em Curso	408.969	361.751
Ativo de Concessão – Geração de Energia	159.261	169.334
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	156.840	166.913
Total	1.164.878	924.106
Circulante	17.536	34.115
Não Circulante	1.147.342	889.991

14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

Em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrada no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2020	610.216
(+) Novas Aplicações	83.745
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	41.106
(+) Atualização Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (i)	20.373
(-) Resgate	(668)
Saldo em 31.12.2021	754.772
(+) Novas Aplicações	189.495
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	47.218
(+) Atualização Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (i)	15.685
(-) Resgate	(1.553)
Saldo em 31.12.2022	1.005.617
(i) IPCA	

14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa – REN nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Mais recentemente, como conclusão da Audiência Pública nº 3 de 2019, a ANEEL publicou, em 22 de julho de 2021, a REN nº 942, alterando a REN nº 596/2013. Visando ao atendimento das determinações do regulamento então estabelecido, a Celesc G reforçou o pleito de indenização. Além disso, foi contratada avaliadora credenciada na ANEEL para confecção de laudo de avaliação dos ativos a serem indenizados. O laudo foi protocolado, e aguarda a etapa de fiscalização, visando ao reconhecimento do valor, cujos saldos dos imobilizados estão apresentados na tabela seguir:

Usinas	31.12.2022	31.12.2021	Consolidado
UHE Bracinho	85	85	
UHE Cedros	195	195	
UHE Salto	1.906	1.906	
UHE Palmeiras	235	235	
Total	2.421	2.421	

14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Descrição	Usina Pery	Consolidado
Saldo em 31.12.2020	-	
Ingressos	114.496	
Atualização Monetária	20.122	
Juros	59.186	
Amortização/Baixa	(26.891)	
Saldo em 31.12.2021	166.913	
Atualização Monetária	8.445	
Juros	17.663	
Amortização/Baixa	(36.181)	
Saldo em 31.12.2022	156.840	

A partir de 1º julho de 2021, a Celesc G passou a receber a indenização retroativa a 1º de julho de 2018, através da RAG.

O saldo de R\$156,8 milhões existente em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao valor reconhecido a título de indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões, aprovado pelo Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, emitido pela ANEEL, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

O saldo é amortizado mensalmente, até o final do prazo de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2022/2023, R\$18,6 milhões se referem à indenização. O reconhecimento contábil se baseia no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

15. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários, que estão classificados no ativo não circulante, são mensurados a valor justo e seus saldos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ações Casan	-	137.261	-	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	217	137.478	217	137.478

15.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 56.713.251 Ações Ordinárias – ON, e 56.778.178 Ações Preferenciais – PN, representando 11,95% do capital social da Casan.

Por não possuir influência significativa nessa empresa, a Celesc mensurou o valor justo de sua participação acionária como investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual desse investimento, tendo como custo histórico de aquisição o montante de R\$110,7 milhões.

Para o cálculo do *valuation* foram realizadas projeções de receita, custos e despesas, por município, até a data de vencimento de cada contrato de prestação de serviço. Por existir incerteza relacionada às renovações ou não desses contratos e, caso fossem renovados, em quais condições seriam, seguiu-se a premissa da otimização dos dados observáveis para a determinação do valor justo, desconsiderando-se a perpetuidade dos fluxos de caixa.

A avaliação refere-se à Companhia individualmente, considerando uma operação normal, de acordo com os mesmos parâmetros observados na data base do cálculo e ajustado ao plano de expansão de rede, divulgado pela Casan ao mercado, em 15 de março de 2022, e construído com base no Parecer Técnico de Certificação da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia – Fundace, que visa atingir as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na Leis Federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

Para a obtenção das premissas de receitas e custos, foram confrontadas as informações extraídas, por município, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS com as informações obtidas nos Demonstrativos Financeiros e Informes Trimestrais auditados da própria Casan.

Os reajustes tarifários, no período de 2023 a 2065, último ano da concessão, foram considerados conforme a expectativa mensal do IPCA, divulgada pelo Bacen, acumulado nos 12 meses anteriores ao mês de junho de cada ano. Para o ano de 2022, foi considerado um ajuste de 16,01% com aplicação em julho daquele ano, por município, sobre a média das tarifas praticadas em 2021.

Para taxa de desconto foi considerado o WACC nominal de 11,54% ao ano, levando em conta a expiração dos contratos de permissão de cada município. O custo da dívida após os impostos foi de 10,52% ao ano e o custo de capital próprio foi de 11,89% ao ano.

Houve redução da participação no Capital Social da Casan de 14,19% para 12,97%, em virtude da Companhia não ter aceito a proposta de integralização de dividendos para aumento de capital. A Companhia avaliou as premissas e reduziu o valor justo por meio de outros resultados abrangentes em R\$6,6 milhões no segundo trimestre de 2022.

Nova redução ocorreu no exercício de 2022, passando a Companhia a possuir 11,95% Capital Social da Casan, em 31 de dezembro de 2022. Os cálculos realizados por consultoria externa e, considerando as premissas de avaliação do valor justo desse investimento, reduziram esse montante em mais R\$130,6 milhões. Com isso, o valor desse ativo, em 31 de dezembro de 2022, passou a ser zero e seu ajuste foi reconhecido a débito no patrimônio líquido em subgrupo de ajuste de avaliação patrimonial.

A composição dos saldos desse investimento está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	Total	Total
Ações Casan	137.261	137.261
Saldo em 31.12.2020	137.261	137.261
Valor Patrimonial	137.261	137.261
Valor Justo	-	-
Saldo em 31.12.2021	137.261	137.261
Valor Patrimonial	137.261	137.261
Valor Justo	(137.261)	(137.261)
Saldo em 31.12.2022	-	-

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Contas a Receber de Clientes	Outros Créditos	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos	Contas a Receber de Clientes	Tributos a Recuperar	Tributos a Recolher	Dividendos e JCP a Pagar
Governo do Estado de SC								
Dividendos Declarados e JCP	-	-	23.586	-	-	-	-	23.586
ICMS	-	-	-	-	-	48.223	850.543	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	9.908	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	-	256	-	-	-
CELOS								
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	-	-	-	-	5.142
DFESA								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	1.356
Celesc G								
Dividendos e JCP	39.379	-	-	-	-	-	-	-
Celesc D								
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	-	35	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	762	-	-	-	-
Dividendos e JCP	92.687	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo Celesc D	-	15.251	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	132.066	15.251	23.586	797	10.164	48.223	850.543	23.586
6.498								
Governo do Estado de SC								
Dividendos Declarados e JCP	-	-	32.571	-	-	-	-	32.571
ICMS	-	-	-	-	-	57.942	168.346	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	8.831	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	-	256	-	-	-
CELOS								
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	83	-	-	-	14.867
DFESA								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	1.356
Celesc G								
Dividendos e JCP	38.724	-	-	-	-	-	-	-
Celesc D								
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	-	102	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	838	-	-	-	-
Dividendos e JCP	154.806	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	193.530	-	32.571	1.023	9.087	57.942	168.346	32.571
								16.223
Controladora								
Descrição	Outras Despesas	Receitas Financeiras			Tributos	Receita de Vendas	Despesas Financeiras	Custo Revenda Convencional
Governo do Estado de SC								
ICMS	-	-	(2.686.005)	-	-	-	-	-
Receita de Vendas	-	-	-	85.297	-	-	-	-
CELOS								
Atualização Reserva Matemática	-	-	-	-	-	-	(56.981)	-
DFESA								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	14.627
Celesc D								
Taxa de Arrecadação de Convênio	(746)	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(7.595)	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo Celesc D	-	251	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	(8.341)	251	(2.686.005)	85.297	(56.981)	(2.460.260)	14.627	
Governo do Estado de SC:								
ICMS	-	-	(2.460.260)	-	-	-	-	-
Receita de Vendas	-	-	-	99.305	-	-	-	-
CELOS								
Atualização Reserva Matemática	-	-	-	-	-	(38.202)	-	-
DFESA								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	14.487
Celesc D								
Taxa de Arrecadação de Convênio	(1.805)	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(9.012)	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo Celesc D	-	158	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	(10.817)	158	(2.460.260)	99.305	(38.202)	14.487		

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Honorários	5.987	5.666	5.987	5.666
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.752	1.241	1.752	1.241
Encargos Sociais	1.717	1.493	1.717	1.493
Outros	1.111	1.020	1.111	1.020
Total	10.567	9.420	10.567	9.420

17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

17.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, ativos e passivos, foram calculados com base nas seguinte normas:

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Provisão para contingências de processos judiciais;

ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado;

CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável dos ativos sobre a provisão para perdas do ativo imobilizado;

CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados;

CPC 27 – Ativo Imobilizado. Ajuste ao valor justo do ativo imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico

CPC 39 – Instrumentos financeiros no reconhecimento e mensuração do Valor Novo de Reposição – VNR;

CPC 39 – Instrumentos financeiros. Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017;

CPC 48 – Instrumentos Financeiros referente aos valores do Ativo Financeiro relacionados à indenização da Usina Pery;

CPC 04 (R1) – Ativo Intangível referente aos valores da repactuação do risco hidrológico GSF;

CPC 06 – Arrendamentos. Despesas provenientes dos contratos de arrendamento.

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Ativo	709.023	708.001
Passivo	(89.214)	(82.592)
Tributo Diferido Líquido	619.809	625.409

Diferenças Temporárias	Consolidado					
	Diferido Ativo	Diferido Passivo	Diferido Líquido	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022
Provisão p/ Contingências	134.256	151.551	-	-	-	134.256
Provisão p/ Perdas em Ativos	18.510	65.335	-	-	-	18.510
Benefício Pós-Emprego	596.621	608.501	-	-	-	596.621
Arrendamento – CPC 06	176	164	-	-	-	176
Custo Atribuído	-	-	6.939	7.263	(6.939)	(7.263)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	72.278	-	-	-	-	72.278
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	47.681	49.800	(47.681)	(49.800)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	58.749	61.361	(58.749)	(61.361)
Bonificação de Outorga	-	-	54.139	46.174	(54.139)	(46.174)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	19.123	19.940	(19.123)	(19.940)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	14.938	15.467	(14.938)	(15.467)
Outras Provisões	-	-	463	137	(463)	(137)
Total	821.841	825.551	202.032	200.142	619.809	625.409

17.2. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

Notas Explicativas

O saldo remanescente do processo de reconhecimento inicial da exposição contratual de 2014 pelo órgão regulador, no valor de R\$81,1 milhões, atualizados até 31 de dezembro de 2022, está em demanda judicial junto à Justiça Federal e teve seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. Em agosto de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 com reflexo em cinco processos tarifários anuais subsequentes. Desta forma, os reajustes tarifários de 2019, 2020, 2021 e 2022 tiveram a realização financeira no montante de R\$65,7 milhões, R\$68,5 milhões, R\$70,2 milhões e R\$76,8 milhões, respectivamente, e a consequente realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre essa base.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2022 são:

Ano	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
2023	117.194	127.618
2024	115.770	84.222
2025	34.687	81.416
2026	25.606	40.029
Acima de 2027	528.584	492.266
Total	821.841	825.551

17.3. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2020	25.665	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(742)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	253	
Saldo em 31.12.2021	25.176	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(953)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	324	
Saldo em 31.12.2022	24.547	

17.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do passivo atuarial e valor justo da CASAN com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2020	1.281.733	
(+) Adição do Passivo Atuarial	(329.330)	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	111.972	
Saldo em 31.12.2021	1.064.375	
(+) Adição do Passivo Atuarial	(44.435)	
(+) Valor justo da CASAN	137.261	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	15.108	
Saldo em 31.12.2022	1.172.309	

A não contabilização e evidenciação de IRPJ e CSLL diferidos relacionados ao valor justo da CASAN na Celesc H ocorrem pela ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros contra os quais os créditos fiscais possam ser utilizados nos próximos exercícios, conforme os critérios previstos no CPC 32 – Tributos sobre o lucro. Todavia, a Companhia continuará reavaliando anualmente a expectativa de geração de lucro fiscal futuro, para que no momento oportuno possa contabilizar os valores de IRPJ e CSLL diferidos.

17.5. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	551.916	575.999	719.654	821.529
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(187.651)	(195.840)	(244.682)	(279.320)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	198.690	209.498	26.977	24.712
Benefício Fiscal	-	-	(730)	(1.739)
Incentivo Fiscal	-	-	2.737	7.224
Juros sobre Capital Próprio	(20.302)	(5.102)	56.100	40.599
Provisões Indedutíveis	(2.361)	(650)	(2.361)	(658)
Multas Indedutíveis	-	-	(5.818)	(7.706)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	4.876	(21.855)	4.876	(21.855)
Participação dos Administradores	(373)	(351)	(427)	(396)
Lei do Bem	-	-	1.046	-
Perdas Não Técnicas	-	-	-	(9.972)
Outras Adições (Exclusões)	(4.233)	1.473	(16.810)	(9.246)
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(11.354)	(12.827)	(179.092)	(258.357)
Corrente	(11.354)	-	(188.600)	(135.785)
Diferido	-	(12.827)	9.508	(122.572)
Alíquota Efetiva	2,06%	2,23%	24,89%	31,45%

17.6. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

17.6.1. Procedimento de ação fiscal no 0900100-2018-00117-1

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal no 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração no 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

- a) ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;
- b) inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. Em decorrência, estima-se que o provimento do recurso implicou a redução da contingência para R\$154 milhões. Da decisão, a contribuinte opôs embargos de declaração, que aguardam julgamento perante o CARF.

18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controladas	2.468.490	2.174.944	-	-
Celesc D	1.716.726	1.483.521	-	-
Celesc G	751.764	691.423	-	-
Controladas em Conjunto	135.965	117.194	135.965	117.194
SCGÁS	135.965	117.194	135.965	117.194
Coligadas	116.358	106.049	227.314	194.472
ECTE	88.313	78.988	88.313	78.988
DFESA	28.045	27.061	28.045	27.061
SPEs	-	-	110.956	88.423
Total	2.720.813	2.398.187	363.279	311.666

Notas Explicativas

18.1. Informações sobre Investimentos

Descrição	Controladora										
	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante								
Saldo em 31.12.2021											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	4.540.682	7.440.911	4.259.895	6.238.177	1.483.521	11.087.657	385.205	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	158.629	771.987	91.917	147.276	691.423	261.763	165.808	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	89.315	536.447	79.337	290.673	255.752	102.289	90.581	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	240.380	610.859	270.048	83.972	497.219	1.658.113	162.728	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	13.569	166.855	19.938	42.987	117.499	66.797	37.231	
Saldo em 31.12.2022											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.432.655	6.881.685	3.765.969	4.831.645	1.716.726	9.908.754	403.099	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	140.062	815.408	73.332	130.374	751.764	183.022	113.774	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	114.041	584.334	60.762	351.671	285.942	72.276	106.921	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	422.334	618.331	290.833	133.562	616.270	2.579.155	169.638	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.149	165.266	22.374	31.266	121.776	66.786	24.522	
Consolidado											
Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro ou Prejuízo
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante								
	Saldo em 31.12.2021										
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	89.315	536.447	79.337	290.673	255.752	102.289	90.581	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	240.380	610.859	270.048	83.972	497.219	1.658.113	162.728	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	13.569	166.855	19.938	42.987	117.499	66.797	37.231	
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	5.434	44.528	3.575	2.700	43.687	11.314	2.665	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	13.979	53.490	25.180	4.988	37.301	15.235	(11.961)	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	3.308	33.327	3.324	6.690	26.621	10.799	1.096	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.547	58.510	3.742	18.603	37.712	4.986	(1.037)	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	90.066	2.187.484	65.261	1.847.240	365.049	560.540	88.464	
Saldo em 31.12.2022											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	114.041	584.334	60.762	351.671	285.942	72.276	106.921	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	422.334	618.331	290.833	133.562	616.270	2.579.155	169.638	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.149	165.266	22.374	31.266	121.776	66.786	24.522	
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	2.598	43.138	2.651	650	42.435	8.289	1.270	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	18.548	52.927	27.120	4.141	40.214	17.772	12.739	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	3.301	31.703	3.406	4.058	27.540	11.984	1.767	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.289	57.276	4.008	15.164	39.393	5.149	(353)	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	313.215	2.209.251	124.123	1.806.912	591.431	319.381	72.259	

18.2. Movimentação dos Investimentos

Descrição	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	Controladora	
						Total	
Investimentos	990.001	568.987	62.955	64.496	28.149	1.714.588	
Ágio	-	-	-	34.135	-	34.135	
Saldo em 31.12.2020	990.001	568.987	62.955	98.631	28.149	1.748.723	
Dividendos e JCP Creditados	(109.043)	(43.372)	(12.888)	(7.633)	(9.662)	(182.598)	
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	385.205	165.808	28.921	27.664	8.574	616.172	
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	217.358	-	-	-	-	217.358	
Investimentos	1.483.521	691.423	78.988	84.527	27.061	2.365.520	
Ágio	-	-	-	32.667	-	32.667	
Saldo em 31.12.2021	1.483.521	691.423	78.988	117.194	27.061	2.398.187	
Dividendos e JCP Creditados	(199.221)	(53.433)	(23.698)	(8.599)	(4.663)	(289.614)	
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	403.099	113.774	33.023	28.838	5.647	584.381	
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	29.327	-	-	-	-	29.327	
Investimentos	1.716.726	751.764	88.313	104.766	28.045	2.689.614	
Ágio	-	-	-	31.199	-	31.199	
Saldo em 31.12.2022	1.716.726	751.764	88.313	135.965	28.045	2.720.813	

Notas Explicativas

Descrição	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs (ii)	Consolidado
					Total
Investimentos	62.955	64.496	28.149	78.916	235.984
Ágio	-	34.135	-	282	34.417
Saldo em 31.12.2020	62.955	98.631	28.149	79.198	268.933
Integralizações	-	-	-	4.633	4.633
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Creditados	(12.888)	(7.633)	(9.662)	(1.632)	(31.815)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	28.921	27.664	8.574	7.524	72.683
Outros Ajustes	-	-	-	(1.300)	(1.300)
Investimentos	78.988	84.527	27.061	88.141	278.717
Ágio	-	32.667	-	282	32.949
Saldo em 31.12.2021	78.988	117.194	27.061	88.423	311.666
Integralizações	-	-	-	18.712	18.712
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Creditados	(23.698)	(8.599)	(4.663)	(8.016)	(44.976)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	33.023	28.838	5.647	11.837	79.345
Investimentos	88.313	104.766	28.045	110.674	331.798
Ágio	-	31.199	-	282	31.481
Saldo em 31.12.2022	88.313	135.965	28.045	110.956	363.279

18.3. Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) do Ágio Pago

Para a mensuração do valor em uso foi considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – DCF, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1).

(i) Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do direito de uso de concessão gerado na aquisição da SCGÁS, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$31,2 milhões e, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$32,7 milhões. O direito de uso de concessão é amortizado pelo prazo da concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, que vai até o ano de 2044.

Em 31 de dezembro de 2022, com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, o valor presente líquido referente à participação de 17,0% detida pela Companhia dos fluxos de caixa futuros projetados até 2044, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 12,71%, é de R\$191,4 milhões, sendo superior ao valor contábil de R\$136,0 milhões. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

Descrição	Premissa
Regime tributário	Lucro real
Prazo de Concessão	2044
Fluxo de caixa 2023-2027	Projeções enviadas pela SCGÁS, de acordo com o plano plurianual da Companhia
Fluxo de caixa 2028-2044	Projeções ajustadas, considerando como taxa de crescimento, a média da inflação brasileira projetada para os próximos 5 anos.
Taxa de crescimento projetada	3,98%
CAPEX 2023-2027	Projeções enviadas pela SCGÁS, de acordo com o plano plurianual da Companhia
CAPEX 2028-2044	Projeções ajustadas, considerando como taxa de crescimento, a média da inflação brasileira projetada para os próximos 5 anos.
Pré Tax	11,53%

(ii) Companhia Energética Rio das Flores – CRF

Em 31 de dezembro de 2022, com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2047, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 11,54%, é de R\$13,7 milhões, sendo superior ao valor contábil de R\$10,2 milhões. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2039) fornecido pela Celesc G:

Notas Explicativas

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28 MWm.
Qtdade Energia Contratada p/ Venda	5,46 MWm.
Preço de venda	Venda ACL R\$394 MW/h, a valores de agosto de 2022, corrigido pelo IGP-M.
Custos com Compra de Energia	Valor de compra no ACL: 225,00/MWh, a valores de agosto de 2022, corrigido pelo IGP-M até 2027
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base somam R\$3,4 milhões, sendo R\$1,1 milhão vencendo no curto prazo e R\$2,3 milhões no longo prazo, com custo financeiro médio de 12,25% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos dentro dos custos de manutenção.
Pré Tax	11,54%

19. IMOBILIZADO

19.1. Composição do Saldo

Descrição	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Controladora	
			Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2020	14	-	-	14
Custo do Imobilizado	50	1	-	51
Depreciação Acumulada	(36)	(1)	-	(37)
Adições	-	-	547	547
Depreciação	(4)	-	(219)	(223)
Saldo em 31.12.2021	10	-	328	338
Custo do Imobilizado	50	1	547	598
Depreciação Acumulada	(40)	(1)	(219)	(260)
Saldo em 31.12.2021	10	-	328	338
Adições	-	-	49	49
Depreciação	(4)	-	(245)	(249)
Custo do Imobilizado	50	1	596	647
Depreciação Acumulada	(44)	(1)	(464)	(509)
Saldo em 31.12.2022	6	-	132	138
Taxa Média de Depreciação	8,00%		50,00%	

Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Consolidado	
							Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2020	8.447	13.975	30.949	84.318	715	63.023	-	201.427
Custo do Imobilizado	20.202	169.061	50.166	171.152	2.072	63.023	-	475.676
Provisão p/ Perdas	(4.427)	(23.138)	(436)	(2.778)	78	-	-	(30.701)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.948)	(18.781)	(84.056)	(1.435)	-	-	(243.548)
Adições	-	-	-	-	-	19.134	22.494	41.628
Baixas Saldo Bruto	(993)	(13.774)	(37.455)	(90.947)	(8)	(22)	(125)	(143.324)
Baixas Depreciação	-	9.134	3.545	14.365	4	-	-	27.048
Ajuste Depreciação Ind. Usina Pery	-	381	3.465	10.452	1	-	-	14.299
Depreciação	-	(559)	(595)	(2.869)	(172)	-	(7.755)	(11.950)
(+/-) Transferências	-	94	144	3.416	-	(3.654)	-	-
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação	-	-	-	-	-	-	(273)	(273)
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	-	-	-	158	-	-	-	158
Perda por Recuperabilidade	(3)	(37)	(51)	(109)	-	-	-	(200)
Saldo em 31.12.2021	7.451	9.214	2	18.784	540	78.481	14.341	128.813
Custo do Imobilizado	19.209	164.515	16.400	97.986	2.068	78.481	22.369	401.028
Provisão p/ Perdas	(4.430)	(23.175)	(487)	(2.729)	78	-	-	(30.743)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(132.126)	(15.911)	(76.473)	(1.606)	-	(7.755)	(241.199)
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(273)	(273)
Saldo em 31.12.2021	7.451	9.214	2	18.784	540	78.481	14.341	128.813
Adições	-	-	-	-	-	13.798	691	14.489
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(39)	-	(800)	(839)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	39	-	-	39
Depreciação	-	(345)	(28)	(1.115)	(142)	-	(5.982)	(7.612)
(+/-) Transferências	-	-	169	1.562	369	(2.124)	-	(24)
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(485)	(485)
Perda por Recuperabilidade	(10)	(56)	(66)	(313)	(71)	-	-	(516)
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.394	90.155	22.260	387.606
Provisão p/ Perdas	(4.440)	(23.231)	(553)	(3.042)	7	-	-	(31.259)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.337)	(12.394)	(63.223)	(1.705)	-	(13.737)	(221.724)
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(758)	(758)
Saldo em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.918	696	90.155	7.765	133.865
Taxa Média de Depreciação	-	3,40%	2,44%	3,01%	9,77%	-	8,33%	

Em setembro de 2021, foi efetuada a baixa do saldo bruto dos bens ainda não amortizados ou depreciados da Usina Pery, apurado do final do prazo de concessão (posteriormente renovada), conforme cláusula decima primeira do Contato de Concessão nº 006/2013. O valor baixado e transformado em ativo financeiro leva em consideração o montante total indenizado de R\$114,5 milhões apresentado na Nota Técnica nº 55/2021-SRM/ANEEL, de 28 de junho de 2021.

Notas Explicativas

19.2. Recuperabilidade de Ativos (*Impairment Test*)

Em 2022, foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$516 mil.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O método de avaliação utilizado é o valor em uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na hipótese de que o valor de uma empresa depende da sua capacidade de geração de riqueza no futuro, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A metodologia consiste em projetar anualmente o fluxo de caixa livre (FCL) dos ativos, obtendo assim a geração de caixa das suas atividades operacionais. O FCL apurado em cada ano é descontado pelo WACC para chegar ao seu valor presente. Dessa forma, são somados todos os fluxos de caixa anuais descontados para chegar ao valor presente do ativo.

Para a análise do parque gerador próprio da Companhia, procedeu-se ao levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio, bem como as variações de capital de giro pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data-base de dezembro de 2022.

Consideraram-se, para o *Impairment Test*, as projeções até o ano de 2054, por se tratar do prazo final da concessão da Usina Pery, restando no parque gerador da Celesc G apenas as CGHs, as quais não possuem data de término de operação.

Para a projeção dos investimentos, foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital pelo Conselho de Administração, sendo considerados apenas os investimentos em melhorias e manutenções das usinas, para manter os ativos na situação atual de operação. Não são considerados investimentos em participações societárias, nem em ampliações de usinas, tendo em vista que esses efeitos não devem impactar os resultados do *Impairment Test*.

Em virtude do regramento estabelecido no Contrato de Concessão, no final da concessão da Usina Celso Ramos é apurado o Valor Residual para efeitos de indenização referente ao imobilizado não depreciado. As demais usinas não possuem o direito à indenização pelos investimentos em melhorias ao final da concessão, conforme contrato.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio, método *Capital Asset Pricing Model – CAPM*, por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1). A taxa de desconto utilizada foi de 11,37% e a pré Tax também é de 11,24%.

Os valores de perda e reversão do valor recuperável dos ativos por UGC registrados no exercício de 2022 estão demonstrados a seguir:

Usinas	Saldo Líquido Antes do Teste de <i>Impairment</i>	Valuation	Provisões	Reversões	Impacto no Resultado
UHE Bracinho	9.274	86.636	-	-	-
UHE Cedros	6.725	66.392	-	-	-
UHE Garcia	7.636	73.913	-	-	-
UHE Palmeiras	13.677	151.672	-	-	-
UHE Pery	20.299	137.690	-	-	-
UHE Salto	5.855	19.247	-	-	-
PCH Celso Ramos	15.381	15.304	(77)	-	(77)
CGH Caveiras	62	17	(45)	-	(45)
CGH Ivo Silveira	239	3.759	-	-	-
CGH Maruim	1	-	(1)	-	(1)
CGH Piraí	237	(16.995)	(237)	-	(237)
CGH Rio do Peixe	77	(10.749)	(77)	-	(77)
CGH São Lourenço	79	(15.311)	(79)	-	(79)
Total	79.542	511.575	(516)	-	(516)

Notas Explicativas

19.3. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado
	Percentuais (%)
Administração	
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	6,6
Veículos	13,7
Móveis e Utensílios	6,4
Operação	
Prédios e Construções	2,3
Máquinas e Equipamentos	3,0
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,4
Veículos	9,1
Móveis e Utensílios	3,6

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (Prédios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Móveis e Utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução nº 674/2015.

19.4. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado Ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de dezembro de 2022 são:

	Consolidado	
Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Reservatórios, Barragens e Adutoras	121.992	121.610
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	11.401	11.331
Máquinas e Equipamentos	45.178	43.647
Outros	14.132	14.157
Total	192.703	190.745

19.5. Ativos de Direito de Uso – CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida da rubrica do Imobilizado como Ativos de Direito de Uso.

Os montantes registrados no passivo estão ajustados a valor presente, pela taxa de desconto de 8,09%, calculada pela Companhia.

ATIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2020	-	-
Circulante	-	-
Não Circulante	-	-
(+) Adições	547	22.494
(-) Depreciação	(219)	(7.755)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(273)
(-) Baixa	-	(125)
Saldo em 31.12.2021	328	14.341
Circulante	-	-
Não Circulante	328	14.341
(+) Adições	49	691
(-) Depreciação	(245)	(5.982)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(485)
(-) Baixa	-	(800)
Saldo em 31.12.2022	132	7.765
Circulante	-	-
Não Circulante	132	7.765

Notas Explicativas

PASSIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2020	-	-
Circulante	-	-
Não Circulante	-	-
(+) Adições	547	22.494
(-) Baixas	-	(129)
(+) Juros Incorridos	35	1.418
(-) Pagamento Principal	(206)	(7.529)
(-) Juros Pagos	(35)	(1.418)
Saldo em 31.12.2021	341	14.836
Circulante	223	6.216
Não Circulante	118	8.620
(+) Adições	49	691
(-) Baixas	-	(845)
(+) Juros Incorridos	20	889
(-) Pagamento Principal	(249)	(6.387)
(-) Juros Pagos	(20)	(889)
Saldo em 31.12.2022	141	8.295
Circulante	141	1.579
Não Circulante	-	6.716

19.5.1. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

Anos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
2023	-	118	-	2.106
2024	-	-	1.194	1.158
2025	-	-	1.135	795
2026	-	-	1.112	800
2027	-	-	1.112	841
2027+	-	-	2.163	2.920
Total	-	118	6.716	8.620

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- a) Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- b) Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- c) Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

20. INTANGÍVEL

Controladora	
Descrição	Ágio (i)
Saldo em 31.12.2020	4.944
Amortização Acumulada	(503)
Saldo em 31.12.2021	4.441
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(9.807)
Saldo em 31.12.2021	4.441
Amortizações	(503)
Saldo em 31.12.2022	3.938
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(10.310)
Saldo em 31.12.2022	3.938
Taxa Média Amortização	3,5%

Notas Explicativas

Consolidado

Descrição	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Softwares Adquiridos	Repactuação Risco Hidrológico GSF (ii)	Ágio (iii)	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
Saldo em 31.12.2020	3.610.710	832	-	4.944	70	1.500	3.618.056
Custo Total	5.757.746	7.404	-	14.248	70	1.500	5.780.968
Amortização Acumulada	(2.147.036)	(6.572)	-	(9.304)	-	-	(2.162.912)
Saldo em 31.12.2020	3.610.710	832	-	4.944	70	1.500	3.618.056
Adições	497.023	-	45.879	-	-	200	543.102
Baixas	(55.865)	-	-	-	(70)	-	(55.935)
Amortizações	(245.514)	(181)	(388)	(503)	-	-	(246.586)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	3.806.354	651	45.491	4.441	-	1.700	3.858.637
Custo Total	6.198.904	7.404	45.879	14.248	-	1.700	6.268.135
Amortização Acumulada	(2.392.550)	(6.753)	(388)	(9.807)	-	-	(2.409.498)
Saldo em 31.12.2021	3.806.354	651	45.491	4.441	-	1.700	3.858.637
Adições (iv)	779.084	-	-	-	-	35	779.119
Baixas	(61.215)	-	-	-	-	-	(61.215)
Amortizações	(265.759)	(186)	(1.554)	(503)	-	-	(268.002)
Transferências	-	41	-	-	-	(17)	24
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937	3.938	-	1.718	4.308.563
Custo Total	6.916.773	7.445	45.879	14.248	-	1.718	6.986.063
Amortização Acumulada	(2.658.309)	(6.939)	(1.942)	(10.310)	-	-	(2.677.500)
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937	3.938	-	1.718	4.308.563
Taxa Média Amortização	4,4%	19,5%	3,4%	3,5%			

(i) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico *GSF*, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

(iii) O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

(iv) Referem-se aos investimentos realizados pela Celesc D, no exercício de 2022, bifurcados entre intangível e ativo financeiro.

21. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Energia Elétrica	-	-	594.114	681.233
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	195.642	137.331
Materiais e Serviços	900	947	174.135	133.097
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	52.622	136.525
Total	900	947	1.016.513	1.088.186

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico.

O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, no qual o comprador assume essa condição.

Nesse contexto, os custos de Sumário (SUM001) foram menores no ano de 2022, dada a contínua recuperação no nível dos reservatórios do SIN, que levou os órgãos de operação do sistema elétrico brasileiro a reduzir o despacho térmico, cujo custo é mais elevado.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem cinco classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e (iv) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

Notas Explicativas

Descrição		31.12.2022	31.12.2021	Consolidado
Total Moeda Nacional		676.836	103.222	
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	578.809	-	
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	93.253	93.772	
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a.	2.110	2.983	
Empréstimos Finame (iii)	2,5% a 9,5% a.a.	2.664	6.467	
Total Moeda Estrangeira		1.166.319	1.150.078	
Empréstimos – BID (iv)	CDI + 0,87% a 1,98% a.a.	1.166.319	1.150.078	
Total		1.843.155	1.253.300	
Circulante		297.229	23.559	
Não Circulante		1.545.926	1.229.741	

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários se referem a contratações, cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da Companhia.

Em abril de 2019, por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, foram contratados R\$335,0 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. e exigibilidade mensal. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal. O início da amortização foi em novembro de 2020 e o final seria para abril de 2022, porém, em 2 de dezembro de 2021, ocorreu o aditamento do contrato e o prazo para liquidação do principal passou a ser maio de 2023. Além disso, sua liquidação passou a ser prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*). A taxa de juros foi mantida no mesmo percentual da contratação original.

No mês de fevereiro de 2022, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de mais R\$550,0 milhões, junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,65% a.a. e exigibilidade semestral. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, que será liquidado em 4 parcelas semestrais, iniciando em agosto de 2023 e terminando em fevereiro de 2025. Não existem covenants relacionados a esses empréstimos.

ii) Eletrobras

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. O contrato vigente possui carência de 24 meses, amortização em 120 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. Possui anuência da ANEEL e o término está previsto para 30 de maio 2025. Não existem covenants relacionados a esses empréstimos.

iii) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. São previstas 96 amortizações mensais para Finame do Banco do Brasil e 72 amortizações mensais para Finame da Caixa Econômica Federal. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL. Não existem covenants relacionados a esses empréstimos.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação é de US\$276,1 milhões e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante, acrescida de spread, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,5% ao ano sobre o saldo em dólar americano não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

As primeiras liberações ocorreram em 10 de dezembro de 2018 e 28 de janeiro de 2019, num montante de US\$80,1 milhões. Após isso, em 2 de maio de 2019, optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo mais, portanto, a incidência de variação cambial.

As liberações continuaram ocorrendo e tanto a opção de conversão em moeda nacional quanto a alteração da taxa de juros do contrato mencionadas anteriormente foram mantidas.

Notas Explicativas

Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 31 de dezembro de 2022, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374.302,95	CDI + 0,99 a.a.
28.01.2018	9.704.328,10	CDI + 0,99 a.a.
07.10.2019	26.210.755,00	CDI + 1,04 a.a.
10.12.2019	9.767.891,73	CDI + 0,87 a.a.
09.06.2020	7.273.169,76	CDI + 1,24 a.a.
13.10.2020	35.000.000,00	CDI + 1,90 a.a.
19.03.2021	25.000.000,00	CDI + 1,98 a.a.
14.12.2021	50.000.000,00	CDI + 1,26 a.a.

Todas as taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em virtude de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

Cabe ressaltar que os desembolsos do financiamento contratado são processados conforme disposições no Contrato de Empréstimo nº 4404/OC-BR (BR-L1491), nos termos do Capítulo IV das Normas Gerais.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

22.1. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	31.12.2022	Nacional	Estrangeira	31.12.2021	Total	31.12.2021
Ano 2023	-	96.315	-	-	-	96.315
Ano 2024	276.139	1.139	56.596	56.596	332.735	57.735
Ano 2025	137.864	364	56.596	56.596	194.460	56.960
Ano 2026+	-	-	1.018.731	1.018.731	1.018.731	1.018.731
Total	414.003	97.818	1.131.923	1.131.923	1.545.926	1.229.741

22.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	860.552	83.870	944.422
Ingressos	108.982	-	108.982
Encargos Provisionados	28.166	-	28.166
Transferências	(13.948)	13.948	-
Pagamentos do Principal	(931.219)	-	(931.219)
Pagamentos de Encargos	(47.129)	-	(47.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.404	97.818	103.222
Ingressos	60.000	550.000	610.000
Encargos Provisionados	90.065	-	90.065
Transferências	233.815	(233.815)	-
Amortizações de Principal	(64.663)	-	(64.663)
Pagamentos de Encargos	(61.788)	-	(61.788)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	262.833	414.003	676.836

22.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.349	705.173	710.522
Ingressos	-	422.125	422.125
Atualização Monetária	-	4.625	4.625
Encargos Provisionados	51.131	-	51.131
Pagamentos de Encargos	(38.325)	-	(38.325)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.155	1.131.923	1.150.078
Encargos Provisionados	152.403	-	152.403
Pagamento de Encargos	(136.162)	-	(136.162)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.396	1.131.923	1.166.319

Notas Explicativas

23. DEBÉNTURES

23.1. Debêntures 2018 – Celesc D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$250,0 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023, não conversíveis em ações. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Companhia (Celesc Holding) prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures terão prazo de 5 anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023, com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020, e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 31 de dezembro de 2022, foram pagos R\$54,6 milhões de remuneração e R\$200,0 milhões de principal.

Anualmente, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado do cálculo dessa relação foi de 1,51, cumprindo, assim, tal obrigação.

23.2. Debêntures 2021 – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de abril de 2021, 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$550,0 milhões, com vencimento para 15 de abril de 2026. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa.

As debêntures são da espécie quirografária, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória. A Companhia prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI Over (Extra-Grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,6 % ao ano.

A remuneração está prevista para pagamento de duas maneiras: a primeira, de forma trimestral e a partir da data de emissão, com vencimento todo dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, iniciando em 15 de julho de 2021 e terminando em 15 de outubro de 2022, e a segunda, de forma mensal e a partir de 15 de novembro de 2022, com os demais vencimentos ocorrendo sempre no dia 15 dos meses subsequentes até o final da vigência. Até 31 de dezembro de 2022, foram pagos R\$104,3 milhões de remuneração e R\$ 38,4 milhões de principal.

A amortização está prevista em 43 (quarenta e três) parcelas mensais consecutivas, devidas sempre no dia 15 de cada mês, sendo a primeira devida em 15 de outubro de 2022.

Anualmente, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021 até a data de vencimento, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*Covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado do cálculo dessa relação foi de 1,51, cumprindo, assim, tal obrigação.

23.3. Debêntures 2018 – Celesc G

Em 1º de junho de 2018, a Celesc G emitiu 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10,0 mil, não atualizados monetariamente, totalizando R\$150,0 milhões. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversível em ações.

A garantia real foi definida pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G. A garantia fidejussória, por sua vez, foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos

Notas Explicativas

da Escritura da Emissão. Possuem prazo de cinco anos, contados da data de suas emissões, e os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 2,5% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros vem ocorrendo desde setembro de 2018 e a amortização está sendo efetuada desde junho de 2019, ambos de forma trimestral e consecutiva.

O Conselho de Administração, em reunião no dia 5 de outubro de 2022, aprovou o resgate antecipado facultativo total dessas debêntures, por entender que isso permitiria uma administração e um planejamento econômico-financeiro mais eficiente, não só para a emissora, Celesc G, mas também para a fiadora, Celesc.

Embora a aprovação tenha sido para pagamento em 1º de novembro de 2022, o efetivo resgate ocorreu em 3 de novembro de 2022, com o pagamento de R\$26,5 milhões remanescentes de principal, além de R\$682,1 mil de remuneração, totalizando R\$34,5 milhões ao longo da vigência, e R\$95,0 mil a título de prêmio pela antecipação.

23.4. Debêntures 2020 – Celesc G

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$37,0 milhões. A atualização monetária foi estabelecida pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversível em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Possuem prazo de dez anos, contados da data de suas emissões, e juros remuneratórios de 4,30% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros iniciou em junho de 2021 e a amortização iniciará em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva. Até 31 de dezembro de 2022, já foram pagos R\$3,5 milhões de remuneração.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalente de caixa foi superior às dívidas de empréstimos e financiamentos em R\$14,4 milhões.

23.5. Movimentação das Debêntures

	Consolidado
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2020	306.508
Circulante	102.592
Não Circulante	203.916
Ingressos	545.450
Encargos Provisionados	45.502
Pagamentos Encargos	(31.072)
Pagamentos do Principal	(101.962)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	1.224
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	558
Juros s/ Obras em Andamento	2.457
Saldo em 31.12.2021	768.665
Custos na Liquidação	(95)
Encargos Provisionados	98.318
Pagamentos Encargos	(105.259)
Pagamentos do Principal	(157.981)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	1.542
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	923
Saldo em 31.12.2022	606.113
Circulante	210.470
Não Circulante	395.643

23.6. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

	31.12.2022	31.12.2021	Consolidado
Descrição	31.12.2022	31.12.2021	
Ano 2022	-	1.542	
Ano 2023	1.384	1.876	
Ano 2024	1.056	1.252	
Ano 2025	1.054	1.054	
Ano 2026+	927	1.061	
Total	4.421	6.785	

Notas Explicativas

23.7 Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	31.12.2021	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	Controladora
						31.12.2022
Dividendos e JCP a Pagar	134.356	(143.270)	(143.270)	-	166.516	157.602
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 19.5)	341	(249)	(249)	(20)	69	141
Total	134.697	(143.519)	(143.519)	(20)	166.585	157.743

Descrição	31.12.2020	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	Controladora
						31.12.2021
Dividendos e JCP a Pagar	123.621	(123.004)	(123.004)	-	133.739	134.356
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 19.5)	-	(206)	(206)	(35)	582	341
Total	123.621	(123.210)	(123.210)	(35)	134.321	134.697

Descrição	31.12.2021	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	Consolidado
							31.12.2022
Empréstimos e Financiamentos	1.253.300	610.000	(64.663)	545.337	(197.950)	242.468	1.843.155
Debêntures	768.665	(95)	(157.981)	(158.076)	(105.259)	100.783	606.113
Dividendos e JCP	134.356	-	(143.270)	(143.270)	-	166.516	157.602
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 19.5)	14.836	-	(6.387)	(6.387)	(889)	735	8.295
Total	2.171.157	609.905	(372.301)	237.604	(304.098)	510.502	2.615.165

Descrição	31.12.2020	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	Consolidado
							31.12.2021
Emp./Financiamentos	1.654.944	531.107	(931.219)	(400.112)	(85.454)	83.922	1.253.300
Debêntures	306.508	545.450	(101.962)	443.488	(31.072)	49.741	768.665
Dividendos e JCP	123.621	-	(123.004)	(123.004)	-	133.739	134.356
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 19.5)	-	-	(7.529)	(7.529)	(1.418)	23.783	14.836
Total	2.085.073	1.076.557	(1.163.714)	(87.157)	(117.944)	291.185	2.171.157

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$242,5 milhões. As debêntures totalizaram R\$100,8 milhões, sendo R\$2.465,0 mil desse total referentes às custas com debêntures incorridas em 2022.

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	31.12.2022	31.12.2021	Controladora	31.12.2022	31.12.2021	Consolidado
Provisões e Encargos Sociais da Folha	1.241	1.030	115.144	104.110		
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	108.854	111.926		
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	10.197	9.034		
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	27.070	24.665		
Folha de Pagamento Líquida	297	282	16.815	15.005		
Total	1.538	1.312	278.080	264.740		
Circulante	1.538	1.312	227.670	214.708		
Não Circulante	-	-	50.410	50.032		

24.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

Notas Explicativas

Planos	Tempo Mínimo de Empresa	Número de Parcelas	Número de Parcelas com Adesão ao Plano CD
PDI 2016	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2017	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2018	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2019	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2020	24 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2021	15 anos (i)	De 24 a 60	Não há

(i) Desde que o empregado tenha pelo menos 50 anos de idade.

Em 23 de abril de 2020, a Celesc D obteve aprovação para a realização de um Plano de Demissão Incentivada Emergencial, denominado PDI-E, para empregados com mais de 33 anos de trabalho. Desligaram-se da Celesc D 86 empregados.

Plano	Tempo Mínimo de Empresa	Número de Parcelas	Número de Parcelas com Adesão ao Plano CD
PDI-E 2020	33 anos	De 36 a 60	18

Em setembro de 2021, foi aprovada a realização do PDI 2021 (edição vigente). Os desligamentos do PDI 2021 iniciaram em novembro e contam com um total de 148 saídas até o momento.

Desde a implantação do programa até 31 de dezembro de 2022, ocorreram 1.176 desligamentos, que totalizaram despesas no montante de R\$488,5 milhões.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de empregados desligados e o valor da despesa, classificados por ano.

Anos	Quantidade de Empregados Desligados	Despesa PDI (R\$/Mil)
2016	61	16.183
2017	125	79.531
2018	181	68.737
2019	273	87.250
2020	303	112.847
2021	93	63.896
2022	140	60.084
Totais	1.176	488.528

Em dezembro de cada ano, ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

25. TRIBUTOS

25.1. Tributos Federais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
IRPJ e CSLL	2.863	-	30.996	2.235
IRRF sobre JCP	4.305	10.064	17.173	10.064
PIS e COFINS	9.659	12.902	49.419	43.608
Outros	17.865	120	21.290	2.546
Total a Recolher	34.692	23.086	118.878	58.453
(-) Tributos a Compensar	(44.331)	(37.879)	(1.165.085)	(1.543.638)
Total Líquido	(9.639)	(14.793)	(1.046.207)	(1.485.185)

25.2. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ICMS	-	-	168.346	850.543
Total a Recolher	-	-	168.346	850.543
(-) Tributos a Compensar	-	-	(57.941)	(48.223)
Total Líquido	-	-	110.405	802.320

No dia 29 de junho de 2022, o governo do estado de Santa Catarina publicou a Medida Provisória nº 255, alterando os artigos 7º e 19 da Lei Estadual nº 10.297/1996, que trata da não incidência do ICMS sobre os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, reduzindo, ainda, a alíquota para 17% às operações com energia elétrica, a partir de 1º de julho de 2022. Neste sentido, a Celesc D aplicou a nova alíquota de ICMS a partir de 1º de julho de 2022.

Notas Explicativas

O saldo de ICMS a recolher, em 31 de dezembro de 2021, contempla o reflexo dos Decretos Estaduais nº 1.528, de 22 de outubro de 2021, e nº 1.679, de 17 de janeiro de 2022, que tiveram reflexo na Celesc D, permitindo a postergação do recolhimento do referido tributo. O ICMS a recolher das competências outubro de 2021, novembro de 2021, dezembro de 2021 e janeiro de 2022 tiveram seus vencimentos postergados para os dias 10 de janeiro de 2022, 10 de fevereiro de 2022, 10 de março de 2022 e 10 de abril de 2022, respectivamente.

25.3. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ISS	107	88	2.566	1.563
IPTU	-	130	7	137
Total a Recolher	107	218	2.573	1.700
(-) Tributos a Compensar	-	-	(992)	(1.022)
Total Líquido	107	218	1.581	678

26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Programa Eficiência Energética – PEE (i)	61.094	61.937
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D (i)	54.759	47.187
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	19.472	19.472
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE (ii)	-	19.406
Parcelamento ECE	26.254	39.637
Encargo Conta Bandeiras (iii)	-	177.424
Taxa de Fiscalização ANEEL	824	734
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial – EAEEE	-	416
Outros	306	163
Total	162.709	366.376
Circulante	56.066	295.631
Não Circulante	106.643	70.745

i) P&D e PEE – Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. As distribuidoras devem aplicar, ainda, em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

ii) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE, foi instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas emergenciais instaladas no País, disponíveis para gerar energia em caso de risco de desabastecimento. Esse custo foi pago por todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, com exceção dos classificados como baixa renda.

iii) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, a Celesc D passou a realizar os lançamentos referente ao faturamento de Bandeiras no grupo de taxas regulamentares, que até 2021 eram realizados no grupo Passivo Financeiro.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

Notas Explicativas

27.1. Contingências Prováveis

Descrição	Depósitos Judiciais		Controladora	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	Provisões p/ Riscos
Tributária	47.578	17.276	19.222	16.813
Trabalhistas	4.686	4.686	2.298	-
Cíveis	3.027	6.589	575	181
Regulatórias	22.111	8.182	3.358	3.483
Total	77.402	36.733	25.453	20.477

Descrição	Depósitos Judiciais		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	Provisões p/ Riscos
Tributária (i)	48.849	18.878	30.847	26.461
Trabalhistas (ii)	22.757	27.696	45.704	43.601
Cíveis (iii)	108.513	127.334	199.019	171.919
Regulatórias (iv)	179.751	155.198	121.027	184.280
Ambientais (v)	-	-	2.423	18.649
Total	359.870	329.106	399.020	444.910

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Saldo em 31.12.2020	21.346	4.928	291.869	492.793
Constituição	15.581	15.765	183.156	212.301
Atualização Financeira	-	-	-	7.243
Baixas	(194)	(216)	(145.919)	(267.427)
Saldo em 31.12.2021	36.733	20.477	329.106	444.910
Constituição	29.086	6.601	193.980	182.941
Atualização Financeira	16.206	-	16.206	13.665
Baixas	(4.623)	(1.625)	(179.422)	(242.496)
Saldo em 31.12.2022	77.402	25.453	359.870	399.020

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante se refere a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.404.7200, em que é parte, no valor de R\$28,0 milhões, como forma de garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do débito, em razão da existência de crédito apto à compensação. O processo aguarda instrução por perícia judicial.

Outro depósito judicial, também relevante na Companhia se refere à Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito Tributário nº 5012891-49.2020.4.04.7200, no valor de R\$15,1 milhões, proposta pela Celesc visando declarar inexigíveis as CDA's nº 91.2.18.003117-26, 91.2.18.003118-07, 91.6.18. 017006-01, 91.6.18.017009-46 e 91.7.18.002962-43, provenientes de saldo remanescente dos programas REFIS e PAES, as quais restaram incluídas no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, aguardando análise do recurso na Instância Superior.

Na Celesc D, o depósito judicial mais relevante se refere ao processo nº 1005589-77.2017.4.01.3400, no valor de R\$119,1 milhões. A discussão, em âmbito judicial, é sobre o processo de subcontratação de 2014, onde existem dois impactos: o primeiro sobre a questão do não repasse tarifário apurado pela ANEEL e o segundo sobre a penalidade apurada pela CCEE. Destaca-se o fato da penalidade de subcontratação ter um rito específico e multilateral, que deve contemplar, inclusive, discussões *ex-post*.

Em 2020, a sentença da 6ª Vara Federal Cível do Distrito Federal julgou o processo improcedente em primeiro grau. Na ação, a Celesc D visava anular a penalidade imposta pela CCEE em razão da falta de lastro contratual no ano de 2014. A Celesc D interpôs apelação cível e mantém a discussão, considerando que tal decisão não levou em conta diversos aspectos da apuração da penalidade. Para conseguir um efeito suspensivo e não ser considerada inadimplente a distribuidora ofertou depósito judicial no valor integral da penalidade. Considerando a peculiaridade do caso e a avaliação do fato concreto, existe razoável possibilidade de anular a sentença e, assim, o processo foi classificado com uma estimativa de perda possível.

As baixas mais relevantes por perdas em depósitos judiciais são:

- (i) Processo de 2012: R\$1,6 milhões de um processo que trata de ação de cobrança decorrente de rescisão unilateral de contrato com uma empresa de construção e engenharia elétrica no ano de 2011;
- (ii) Processo de 2013: R\$2,6 milhões referente a ação que questiona a incidência de ISS sobre a COSIP no Município de Biguaçu/SC no período de 2005 a 2010;
- (iii) Processo de 1996: R\$5,1 milhões de um processo referente a pagamentos não efetuados e/ou glosa em faturas de contratos com empreiteira dos anos de 1993 e 1994;
- (iv) Processo de 2004: R\$2,3 milhões referente a um processo de dano moral decorrente de acidente em rede elétrica de empregado terceirizado contratado para serviços de reparos em 1986.
- (v) Processo de 2016: R\$1,8 milhões de um processo trabalhista referente a acidente de trabalho (pensão mensal vitalícia);

Notas Explicativas

A movimentação das constituições de depósitos judiciais no período é decorrente de pagamentos realizados para novas ações e também de ações já existentes.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas à contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas a notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

O processo mais relevante, na esfera federal, tem perda estimada de R\$15,1 milhões e se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 50290494820214047200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário. A Celesc opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do crédito tributário. Julgados improcedentes os embargos e apresentado recurso. O Tribunal negou provimento ao recurso da Companhia, que aguarda análise do recurso à instância superior.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, resarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$73,0 milhões, revisão de faturamentos em torno de R\$2,6 milhões, reclassificação tarifária de R\$1,1 milhão, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro) em aproximadamente R\$18,1 milhões, incêndios no montante de R\$20,4 milhões, cobrança indevida no valor de R\$3,4 milhões, suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica em torno de R\$10,0 milhões, ocupação da faixa de domínio da rodovia BR-101 com equipamentos de infraestrutura de distribuição de energia elétrica no montante de R\$6,1 milhões, dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014 (Nota 1.5).

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

27.2. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	31.12.2022	31.12.2021	Consolidado
Tributárias (i)	150.602	118.542	
Trabalhistas (ii)	20.596	24.167	
Cíveis (iii)	432.505	374.429	
Regulatórias (iv)	190.529	188.328	
Ambientais (v)	28.432	22.988	
Total	822.664	728.454	

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil (Nota 17.6.1).

A Celesc recebeu Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União e que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia apresentou seguro-garantia judicial para viabilizar a oposição de Embargos à Execução.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes, tem-se R\$15,2 milhões relacionados a ilegalidade de utilização do índice CDI-Over como forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$20,1 milhões sobre discussão de inexigibilidade de débito pelo consumidor, R\$4,7 milhões de danos morais/materiais, R\$12,0 milhões de reequilíbrio financeiro em contratos.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorre na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

Descrição	31.12.2022	31.12.2021	Consolidado
Planos Previdenciários	740.746	880.682	
Plano Misto e Plano Transitório (a)	740.746	880.682	
Planos Assistenciais	1.161.429	1.137.581	
Plano CELOS Saúde (b)	1.106.999	1.078.690	
Outros Benefícios (c)	54.430	58.891	
Total	1.902.175	2.018.263	
Circulante	242.238	219.527	
Não Circulante	1.659.937	1.798.736	

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

Notas Explicativas

a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Desse total, R\$376,8 milhões referem-se ao saldo da dívida pactuada com a CELOS em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizados pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou, a partir de 2015, a atualização monetária e os juros como resultado financeiro, em conformidade com o CPC 33 (R1) – Benefício a Empregados.

b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

28.1.1. Obrigações Atuariais

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Consolidado
						Total
Saldo em 31.12.2020	2.722.988	766.510	1.257.122	1.933	64.087	4.812.640
Custo do Serviço Corrente Líquido	4.605	-	(36.439)	127	-	(31.707)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	26.928	15.837	52.941	-	-	95.706
Juros s/ Obrigação Atuarial	183.423	46.446	88.080	120	4.164	322.233
Benefícios Pagos no Exercício	(197.900)	(85.046)	(81.668)	(588)	(4.840)	(370.042)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(231.016)	(60.934)	(151.249)	63	(4.520)	(447.656)
Saldo em 31.12.2021	2.509.028	682.813	1.128.787	1.655	58.891	4.381.174
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.503	-	(39.756)	136	-	(38.117)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	26.397	17.349	67.372	-	-	111.118
Juros s/ Obrigação Atuarial	259.463	68.033	116.387	160	5.975	450.018
Benefícios Pagos no Exercício	(217.539)	(90.657)	(112.544)	(310)	(5.071)	(426.121)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(97.178)	(28.790)	(621)	36	(5.365)	(131.918)
Saldo em 31.12.2022	2.481.674	648.748	1.159.625	1.677	54.430	4.346.154

28.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Consolidado
						Total
Passivo (Ativo) em 31.12.2020	835.712	403.566	1.213.968	-	64.087	2.517.333
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(1.941.920)	(369.239)	(50.097)	(12.800)	-	(2.374.056)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.509.028	682.813	1.128.787	1.655	58.891	4.381.174
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	-	-	-	11.145	-	11.145
Passivo (Ativo) em 31.12.2021	567.108	313.574	1.078.690	-	58.891	2.018.263
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(1.998.714)	(390.962)	(52.626)	(13.529)	-	(2.455.831)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.481.674	648.748	1.159.625	1.677	54.430	4.346.154
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	-	-	-	11.852	-	11.852
Passivo (Ativo) em 31.12.2022	482.960	257.786	1.106.999	-	54.430	1.902.175

Notas Explicativas

28.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Total
Saldo em 31.12.2020	1.887.276	362.944	43.154	12.490	2.305.864
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(197.900)	(85.046)	(81.668)	(588)	(365.202)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	26.928	15.837	52.941	-	95.706
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	82.693	72.763	55.135	-	210.591
Rendimentos Esperados dos Ativos	128.194	23.019	3.766	835	155.814
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	14.729	(20.278)	(23.231)	63	(28.717)
Saldo em 31.12.2021	1.941.920	369.239	50.097	12.800	2.374.056
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(217.539)	(90.657)	(112.544)	(310)	(421.050)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	26.397	17.349	67.372	-	111.118
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	87.566	78.562	65.669	-	231.797
Rendimentos Esperados dos Ativos	203.257	38.936	6.287	1.352	249.832
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(42.887)	(22.467)	(24.255)	(313)	(89.922)
Saldo em 31.12.2022	1.998.714	390.962	52.626	13.529	2.455.831

28.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Plano Transitório	29.097	8.165
Plano Misto	57.710	32.720
Plano Médico	70.344	4.332
Outros Benefícios	6.112	4.290
Total	163.263	49.507
Despesa Pessoal	125.061	(7.474)
Despesa Financeira	38.202	56.981
Total	163.263	49.507

28.1.5. Premissas

Premissas	Misto	Transitório	Pecúlio	Auxílio Deficiência	Auxílio Funeral	Benefício Mínimo	Saúde
Taxa Real de Desconto Atuarial	6,16%	6,10%	6,13%	6,15%	6,19%	6,10%	6,18%
Retorno Real Esperado s/ os Ativos	6,16%	6,10%	6,13%	6,15%	6,19%	6,10%	6,18%
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	3,08%	N.U.	0,00%	N.A.	N.U.	0,00%	N.A.
Crescimento Real Benefícios Plano Durante Recebimento	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	N.U.	0,00%	-
HCCTR	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	3,50%
<i>Aging Factor</i>	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	2,50%
Fator de Capacidade s/ os Benefícios	98,31%	98,31%	100,00%	98,31%	N.U.	98,31%	100,00%
Fator de Capacidade s/ os Salários	98,31%	N.U.	N.U.	N.A.	N.U.	N.U.	100,00%
Inflação Esperada	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%
Taxa de Desconto Nominal	11,80%	11,73%	11,77%	11,79%	11,83%	11,73%	11,82%
Retorno Nominal Esperado s/ os Ativos do Plano	11,80%	11,73%	11,77%	11,79%	11,83%	11,73%	11,82%
Taxa Nominal Crescimento Salarial Empregados Ativos	8,55%	N.U.	5,31%	N.A.	N.U.	5,31%	N.A.
Crescimento Nominal Benefícios Plano Durante Recebimento	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	N.U.	5,31%	9,00%
Mortalidade Geral	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	AT- 2000 por Male	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	N.A.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Mortalidade de Inválidos	AT - 71	AT - 71	AT - 71	AT - 71	AT - 71	AT - 71	AT - 71
Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	N.U.	Álvaro Vindas	N.A.	N.U.	N.U.	Álvaro Vindas
Taxa Anual de Rotatividade	1,49%	N.U.	N.U.	N.A.	N.U.	N.U.	1,49%
Entrada em Aposentadoria	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	61 anos
Composição Familiar	Família real para os aposentados e pensionistas. Família média para os ativos (80% de casados e homem 3 anos mais velho do que a mulher)	Família Real	N.U.	N.A.	Família Média	Família Real	Família Efetiva

N.U. – Não Utilizado

N.A. – Não Aplicável

Notas Explicativas

28.1.6. Despesa Estimada para o Exercício de 2023

A estimativa da despesa para o exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado	
	Despesa a ser Reconhecida em 2023	
Plano Transitório	25.730	
Plano Misto	53.303	
Plano Pecúlio	153	
Plano Médico	80.905	
Outros	6.093	
Total	166.184	

28.1.7. Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Plano Misto/Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Consolidado
					Total
Saldo em 31.12.2020	1.239.278	1.213.968	-	64.087	2.517.333
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	83.259	47.875	127	4.164	135.425
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	(286.399)	(128.018)	(127)	(4.520)	(419.064)
Contribuições do Empregador	(155.456)	(55.135)	-	-	(210.591)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	-	-	-	(4.840)	(4.840)
Saldo em 31.12.2021	880.682	1.078.690	-	58.891	2.018.263
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	86.807	70.344	136	5.975	163.262
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	(60.615)	23.634	(136)	(5.365)	(42.482)
Contribuições do Empregador	(166.128)	(65.669)	-	-	(231.797)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	-	-	-	(5.071)	(5.071)
Saldo em 31.12.2022	740.746	1.106.999	-	54.430	1.902.175

29. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

Em 1º de abril de 2019, conforme narrativa já descrita na Nota 11 de Tributos a Recuperar, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial autuado sob o nº 5006834-93.2012.4.04.7200, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. A decisão limitou os efeitos para o período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Celesc D adotou entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial serão resarcidos aos consumidores mediante mecanismos a serem definidos pela ANEEL. Devido à sistemática adotada, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores).

Com relação ao Passivo e a respectiva forma de devolução, o tema ainda é alvo de discussão administrativa pelo colegiado da ANEEL, via abertura da Consulta Pública nº 005/2021, publicada em 10 de fevereiro de 2021. O período de contribuição foi definido até 29 de março de 2021, com vistas à obtenção de subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários advindos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS mencionados anteriormente.

A Consulta Pública nº 005/2021, apesar de seu prazo de contribuições ter se encerrado em 29 de março de 2021, continua sob apreciação da agência reguladora.

Quanto à proposta de devolução, os principais pontos abordados pela agência reguladora são os seguintes: i) como devem ser devolvidos os valores; ii) em quanto tempo deve ser realizada a devolução; iii) medidas de incentivos pela atuação das distribuidoras em âmbito judicial no deslinde da questão; e iv) quais as alternativas para a operacionalização da devolução dos créditos e possíveis implicações.

Tendo em conta o preâmbulo da discussão, a Celesc D ponderou em sua contribuição que há a necessidade, dentre outras, de avaliação também quanto à prescrição como marco de limitação para devolução aos consumidores, fundamental para não incorrer em repetição de indébito. Nesse sentido, considera-se relevante a avaliação do órgão regulador, no que se refere à prescrição dos respectivos créditos, considerando a discussão da forma de devolução em virtude do elevado intervalo temporal abrangido nos processos e da definição clara sobre os prazos prespcionais, podendo tal fato ser relegado ao judiciário, eventualmente, a depender da recomendação da agência reguladora.

Destaca-se que, na Revisão Tarifária da Celesc D de 22 de agosto de 2021, a distribuidora antecipou de forma provisória para os consumidores da área de sua concessão a quantia de R\$795,0 milhões como componente financeiro negativo extraordinário baseado em parte do montante habilitado e em processo de homologação junto à Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

A Celesc D destacou a prerrogativa de pleitear ajustes futuros que equalizem eventuais diferenças financeiras entre o valor acima mencionado e a regulação a ser editada pela ANEEL, bem como ajustes financeiros em processos tarifários subsequentes, no caso de ações propostas por consumidores individuais eventualmente não beneficiados pela devolução do PIS/COFINS.

No dia 28 de junho de 2022, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.385/2022, referente à devolução de créditos por redução de ICMS da base de PIS/Cofins aos clientes de Distribuidoras.

Tal promulgação alterou a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que vigora então com o inciso II, do artigo 3º B, em que ficou definido que deverá ser considerada nos processos tarifários a integralidade dos valores dos créditos requeridos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a serem compensados até o processo tarifário subsequente. Ademais, no parágrafo 8º do artigo 3º, ficou estabelecido também que a ANEEL formulará critérios equitativos, considerando os procedimentos tarifários e as disposições contratuais aplicáveis.

Foi incluída no processo do Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022, a devolução da integralidade dos valores dos créditos já compensados pela Celesc D, no montante de R\$ 806,3 milhões, gerando um efeito negativo de 8,32%.

Desta forma, os valores a restituir aos consumidores foram atualizados nos termos da Lei nº 14.385/2022, que equiparou as atualizações dos valores a devolver aos consumidores à mesma regra aplicável pela legislação tributária, vinculada à taxa referencial da SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculada a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Em linha com a política contábil adotada, a Celesc D, da mesma forma que atualizou os créditos tributários até o seu efetivo uso por meio de PERDCOMP, também o fez para atualização dos créditos a devolver para os seus consumidores.

No entanto, o valor inserido no RTA de 2022 foi maior do que o valor atualizado pela Celesc D e, nesse sentido, foi transferido o saldo atualizado em agosto de 2022, no valor de R\$778,4 milhões, da conta Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir a Consumidores do Passivo Não Circulante para a conta Passivo Financeiro – CVA do Passivo Circulante. Sobre a diferença, no valor de R\$27,9 milhões, foi constituído um Ativo Financeiro – CVA em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no Circulante, uma vez que o entendimento da Celesc D é de que os valores foram indevidamente descontados no último processo tarifário de forma precária, em virtude de a atualização feita pela ANEEL não estar alinhada à legislação tributária vigente, conforme preconiza a Lei nº 14.385/2022.

A Administração enviou carta à ANEEL com a manifestação de discordância quanto à metodologia provisória adotada pela Agência para atualização dos valores de forma que aguarda o estabelecimento dos critérios equitativos que se encontram em discussão junto aos processos nº 48500.001747/2020-22 e nº 8500.004897/2021-79 e, adicionalmente, expressos na Nota Técnica nº 161/2022-SGT/ANEEL, de 12/8/2022:

56. Por meio da Carta CELESC S/N de 11 de agosto de 2022, a concessionária se manifestou em relação a divergências na forma de atualização e de contabilização dos valores de reversão ao consumidor de créditos de PIS/COFINS. Ressaltamos que o tema ainda se encontra em discussão no âmbito da CP nº 05/2021 e os apontamentos da CELESC serão levados em conta no fechamento do normativo. Uma vez definida e homologada a metodologia regulatória para o tratamento dos valores, eventuais ajustes futuros dos valores poderão ser feitos.

30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

30.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

Notas Explicativas

30.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de dividendos para o exercício de 2022 estabelece um *payout* de 35%, acima do mínimo previsto na Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, que é de 30%. Para o exercício de 2021, o percentual foi de 25% em virtude da limitação imposta por cláusula contratual de uma das debêntures da Celesc G, na qual a Companhia era fiadora. Tal limitação deixou de existir com o resgate antecipado total desse instrumento, em 3 de novembro de 2022 (Nota 23.3).

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido do Exercício	540.562	563.172
(-) Constituição de Reserva Legal	(27.028)	(28.159)
(=) Lucro Líquido Ajustado	513.534	535.013
Dividendos Propostos (Payout 25%)	-	133.753
Dividendos Propostos (Payout 35%)	179.737	-
Juros sobre Capital Próprio (Líquido de IR)	156.863	113.679
Dividendos Mínimos Complementares	-	20.074
Dividendos Adicionais	22.874	-

Se forem considerados apenas os dividendos e juros sobre capital próprio aprovados para distribuição na competência do exercício, a situação é a seguinte:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Juros sobre Capital Próprio (Líquido de IR)	156.863	113.679
Dividendos Mínimos Complementares	-	20.074
Total de Dividendos e JCP do Exercício	156.863	113.679

30.3.1. Juros sobre Capital Próprio

A Companhia optou, em 2022, por deliberar Juros sobre Capital Próprio intermediários, de forma trimestral, cujas aprovações estão demonstradas na tabela a seguir:

Descrição	Aprovação no Conselho de Administração	Valor Bruto	Valor Líquido de Imposto de Renda
1º Trimestre	24.03.2022	34.701	31.861
2º Trimestre	15.06.2022	41.897	38.473
3º Trimestre	22.09.2022	42.005	38.557
4º Trimestre	15.12.2022	52.276	47.972
Total		170.879	156.863

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofreram atualização monetária, foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e deverão ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, cujas datas serão definidas, oportunamente, pelo Conselho de Administração.

30.4. Lucro Básico e Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Nesse exercício, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Demonstrações Financeiras Anuais.

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerasse impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

30.5. Composição do Lucro Básico e Diluído

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	13,2244	13,7776
Ações Preferenciais Nominativas – PN	14,5469	15,1553
Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	205.337	213.926
Ações Preferenciais Nominativas – PN	335.225	349.246
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	540.562	563.172

30.6. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R1,16 bilhões, em 31 de dezembro de 2022, e R\$1,05 bilhões, em 31 de dezembro de 2021, composto da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Custo Atribuído – Celesc G (a)	13.470	14.099
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (b)	(1.035.048)	(1.064.375)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	-
Total	(1.158.839)	(1.050.276)

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social deferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes (Nota 15).

31. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2022, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Consolidado	
			Vigência	Valor Segurado (i)
Celesc D	Seguro Garantia	Garantia de Processos Judiciais/Administrativos	26.04.2022 a 26.04.2023	500.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	10.11.2022 a 10.11.2023	27.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	147.126
Celesc G	Alagamento e Inundação	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	30.000
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	41.443
Celesc G	Queda de Máquina	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	41.443
Celesc G	Contenção de Sinistros	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	10.000
Celesc G	Erros e Omissões	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	2.000
Celesc G	Remoção de Entulho	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	4.000
Celesc G	Tumulto e Greve	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	30.000
Celesc G	Queda de Aeronave e Vendaval	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	73.563
Controladora	Seguro D&O	Responsabilidade Civil D&O (Directors & Officers)	05.08.2022 a 05.08.2023	100.000
Controladora	Seguro Garantia	Garantia de Processos Judiciais – Execuções Fiscais	18.11.2022 a 18.11.2024	40.740

(i) As premissas e os riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração e correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

Notas Explicativas

31.12.2022

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	9.908.754	183.022	(8.935)	10.082.841
Custo das Vendas	-	(8.615.086)	(37.709)	8.935 (i)	(8.643.860)
Resultado Operacional Bruto	-	1.293.668	145.313	-	1.438.981
Despesas com Vendas	-	(211.128)	(88)	-	(211.216)
Despesas Gerais e Administrativas	(27.745)	(517.229)	(20.579)	-	(565.553)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(7.596)	68.881	(495)	-	60.790
Resultado de Equivalência Patrimonial	584.381	-	11.837	(516.873) (ii)	79.345
Resultado das Atividades	549.040	634.192	135.988	(516.873)	802.347
Receitas Financeiras	3.353	444.205	18.718	(10.685) (iii)	455.591
Despesas Financeiras	(477)	(538.506)	(9.986)	10.685 (iii)	(538.284)
Resultado Financeiro, Líquido	2.876	(94.301)	8.732	-	(82.693)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	551.916	539.891	144.720	(516.873)	719.654
IRPJ e CSLL	(11.354)	(136.792)	(30.946)	-	(179.092)
Lucro Líquido do Exercício	540.562	403.099	113.774	(516.873)	540.562
Total dos Ativos	3.105.004	10.314.340	955.470		
Total dos Passivos	221.828	8.597.614	203.706		

31.12.2021

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	11.087.657	261.763	(7.870)	11.341.550
Custo das Vendas	-	(10.014.977)	(47.402)	7.870 (i)	(10.054.509)
Resultado Operacional Bruto	-	1.072.680	214.361	-	1.287.041
Despesas com Vendas	-	(258.425)	35.939	-	(222.486)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.634)	(310.281)	(19.902)	-	(353.817)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(10.380)	26.094	(1.765)	-	13.949
Resultado de Equivalência Patrimonial	616.172	-	7.524	(551.013) (ii)	72.683
Resultado das Atividades	582.158	530.068	236.157	(551.013)	797.370
Receitas Financeiras	(6.016)	259.356	6.396	(1.671) (iii)	258.065
Despesas Financeiras	(143)	(226.945)	(8.489)	1.671 (iii)	(233.906)
Resultado Financeiro, Líquido	(6.159)	32.411	(2.093)	-	24.159
Lucro Antes IRPJ e CSLL	575.999	562.479	234.064	(551.013)	821.529
IRPJ e CSLL	(12.827)	(177.274)	(68.256)	-	(258.357)
Lucro Líquido do Exercício	563.172	385.205	165.808	(551.013)	563.172
Total dos Ativos	2.803.107	10.665.932	924.364		
Total dos Passivos	181.738	9.182.411	232.941		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

32.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Receita Operacional Bruta – ROB	15.973.679	16.989.199
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	7.210.981	7.530.076
Fornecimento não faturado (a)	(31.936)	44.752
Suprimento de Energia Elétrica (a)	474.905	586.509
Suprimento não faturado (a)	(3.034)	4.738
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	5.587.020	4.928.234
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	15.685	20.373
Receita Financeira	83.813	143.592
Renda de Prestação de Serviços	2.228	1.519
Energia Elétrica de Curto Prazo	405.856	1.238.547
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro (Parcela A - CVA)	392.960	1.121.176
Outras Receitas Operacionais	10.800	8.630
Doações e Subvenções (ii)	625.213	650.149
Receita de Construção – CPC 47	1.199.188	710.904
Deduções da Receita Operacional Bruta	(5.890.838)	(5.647.649)
ICMS	(2.460.260)	(2.686.005)
PIS	(202.571)	(247.177)
COFINS	(933.054)	(1.138.513)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.124.333)	(1.319.313)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(44.881)	(53.171)
Programa Eficiência Energética – PEE	(43.555)	(51.895)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(9.274)	(9.014)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(1.992)	(1.381)
Outros Encargos	(70.918)	(141.180)
Receita Operacional Líquida – ROL	10.082.841	11.341.550



Notas Explicativas

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao resarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), em 2022, foi de R\$580,0 milhões. Os demais valores se referem ao Programa de Baixa Renda, no montante de R\$20,1 milhões, ao fornecimento de Bandeiras CCRBT, no montante de R\$53,0 milhões e à diferença de reembolso CDE, no montante de R\$27,9 milhões (efeito redutor).

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022
Residencial	2.616.084	2.543.070	6.724.104	6.483.157	4.948.088
Industrial	133.670	126.827	11.162.320	11.251.757	1.698.230
Comercial	309.700	299.128	4.635.101	4.382.998	2.574.103
Rural	227.350	230.672	1.077.710	1.189.820	719.990
Poder Público	24.943	24.221	431.490	378.776	323.204
Iluminação Pública	1.090	961	586.135	614.924	276.391
Serviço Público	4.129	3.942	400.966	397.694	239.649
Reclassificação Receita Disponibilidade	-	-	-	-	(3.600.610)
Rede Elétrica Consumidores Cativos	-	-	-	-	(3.136.402)
Total do Fornecimento	3.316.966	3.228.821	25.017.826	24.699.126	7.179.045
Suprimento de Energia	144	114	2.832.598	2.850.578	471.871
Total	3.317.110	3.228.935	27.850.424	27.549.704	7.650.916
(i) Informações não auditadas					

(i) Informações não auditadas

32.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Descrição	31.12.2022				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	4.823.825	-	-	-	4.823.825
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.727.963	-	-	-	1.727.963
Pessoal (c)	416.654	279.500	50.174	1.030	747.358
Administradores	-	10.567	-	-	10.567
Despesa Atuarial	-	125.061	-	-	125.061
Entidade de Previdência Privada (c)	17.962	10.546	1.775	-	30.283
Material	33.392	9.462	-	16.250	59.104
Custo de Construção	1.199.188	-	-	-	1.199.188
Custos e Serviços de Terceiros	159.144	110.520	51.770	1.444	322.878
Depreciação e Amortização	248.636	25.982	493	1.971	277.082
Provisões Líquidas	-	-	73.126	146.504	219.630
Arrendamento e Aluguéis	732	11.725	163	(507)	12.133
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(225.410)	(225.410)
Outras Receitas/Despesas	16.364	(17.810)	33.715	(2.072)	30.197
Total	8.643.860	565.553	211.216	(60.790)	9.359.839

Descrição	31.12.2021				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	6.577.005	-	-	-	6.577.005
Repactuação Risco Hidrológico – GSF	28.110	-	-	-	28.110
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.966.722	-	-	-	1.966.722
Pessoal (c)	373.024	215.466	62.648	22.764	673.902
Administradores	-	9.420	-	-	9.420
Despesa Atuarial	-	(7.474)	-	-	(7.474)
Entidade de Previdência Privada (c)	15.208	8.494	2.268	-	25.970
Material	22.575	7.232	-	-	29.807
Custo de Construção	710.904	-	-	-	710.904
Custos e Serviços de Terceiros	137.575	85.911	62.795	1.339	287.620
Depreciação e Amortização	215.419	27.897	418	1.971	245.705
Provisões Líquidas	-	-	62.231	15.131	77.362
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	276	276
Arrendamento e Aluguéis	17	11.604	18	(295)	11.344
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(182.233)	(182.233)
Outras Receitas	-	-	-	(8.588)	(8.588)
Outros	7.950	(4.733)	32.108	135.686	171.011
Total	10.054.509	353.817	222.486	(13.949)	10.616.863

Notas Explicativas

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	3.064.006	3.873.381
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	11.136	1.179.390
Itaipu Binacional	1.046.992	1.314.251
Contratos Bilaterais	62.301	18.957
Cotas de Energia Nuclear	223.601	162.091
Cotas de Garantia Física	555.390	483.449
Proinfa	343.095	210.112
PIS/COFINS	(482.696)	(664.626)
Total	4.823.825	6.577.005

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
Encargo de Uso do Sistema	1.311.276	1.160.550
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	222.161	832.851
Encargos de Transporte de Itaipu	98.288	107.193
Encargo de Energia de Reserva – EER	272.366	66.593
PIS/COFINS	(176.128)	(200.465)
Total	1.727.963	1.966.722

c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal	9.770	7.990	747.358	673.902
Remunerações	9.399	7.667	354.730	296.203
Encargos Sociais	229	191	141.986	116.242
Participação nos Lucros e Resultados	-	61	47.700	38.654
Benefícios Assistenciais	-	-	101.191	82.193
Provisões e Indenizações	45	-	101.587	140.232
Outros	97	71	164	378
Previdência Privada – CELOS	7	11	30.283	25.970
Total	9.777	8.001	777.641	699.872

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

32.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas Financeiras	3.353	(6.016)	455.591	258.065
Renda de Aplicações Financeiras	2.545	1.575	132.286	29.239
Juros s/Depósitos Vinculados	16.206	-	16.206	-
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	107.826	106.987
Variações Monetárias	158	251	48.485	81.455
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro – CVA	-	-	158.738	50.702
Renda de Dividendos	4.005	4.327	4.005	4.327
Juros sobre Capital Próprio	230.593	138.752	5.881	139.992
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	(230.593)	(138.749)	(5.881)	(139.989)
Reversão da Provisão para Perdas de Ativo Financeiro	-	-	-	11
Outras Receitas Financeiras	2.666	784	33.090	11.356
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(22.227)	(12.956)	(45.045)	(26.015)
Despesas Financeiras	(477)	(143)	(538.284)	(233.906)
Encargos de Dívidas	-	-	(228.488)	(81.371)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(38.202)	(56.981)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(3.995)	(4.342)
Variações Monetárias	-	-	(89.615)	(37.778)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(11.943)	(7.223)
Atualização Monetária s/ Passivo Financeiro – CVA	-	-	(128.237)	(26.538)
Juros sobre Capital Próprio	(170.881)	(123.743)	(170.881)	(123.743)
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	170.881	123.743	170.881	123.743
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(11.349)	(9.649)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(20)	(35)	(889)	(1.418)
Outras Despesas Financeiras	(457)	(108)	(25.566)	(8.606)
Resultado Financeiro	2.876	(6.159)	(82.693)	24.159

Notas Explicativas

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

33.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	31.12.2022	31.12.2021
Circulante	3.432.655	3.551.198
Caixa e Equivalentes de Caixa	835.653	753.816
Contas a Receber de Clientes	1.743.436	1.912.314
Estoque	19.946	13.479
Tributos a Recuperar	652.607	552.179
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	47.086	49.231
Bônus Escassez Hídrica	1.138	102.861
Outros	132.789	167.318
Não Circulante	6.881.685	7.095.883
Realizável a Longo Prazo	2.615.588	3.275.516
Contas a Receber de Clientes	16.775	27.212
Tributos Diferidos	709.023	708.001
Tributos a Recuperar	524.012	1.019.951
Depósitos Judiciais	281.256	292.261
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.005.617	754.772
Ativo Financeiro – CVA	76.448	470.286
Outros	2.457	3.033
Imobilizado	7.633	14.013
Intangível	4.258.464	3.806.354
Total do Ativo	10.314.340	10.647.081

33.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.12.2022	31.12.2021
Circulante	3.765.969	3.270.411
Fornecedores	1.008.600	1.078.658
Empréstimos Moeda Nacional	262.833	5.404
Empréstimos Moeda Estrangeira	34.396	18.155
Debêntures	207.621	117.739
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	226.132	213.396
Tributos a Recolher	233.759	901.233
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Declarados	154.806	92.687
Taxas Regulamentares	55.568	295.233
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i) (ii)	81.701	86.425
Passivo de Arrendamento	1.438	5.993
Passivo Atuarial (CPC 33)	242.238	219.527
Passivos Financeiros – CVA	753.564	39.826
Bônus Escassez Hídrica	1.144	102.861
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	366.981	-
Outros	135.188	93.274
Não Circulante	4.831.645	5.893.149
Empréstimos Moeda Nacional	414.003	97.818
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.131.923	1.131.923
Debêntures	356.032	558.269
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	50.410	50.032
Taxas Regulamentares	105.094	69.714
Passivo de Arrendamento	6.716	8.502
Passivo Atuarial (CPC 33)	1.659.937	1.798.736
Provisão para Contingências	373.567	424.433
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	733.963	1.748.472
Outros	-	5.250
Patrimônio Líquido	1.716.726	1.483.521
Capital Social	1.580.000	1.250.000
Reservas de Lucro	1.171.774	1.297.896
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.035.048)	(1.064.375)
Total do Passivo	10.314.340	10.647.081

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o repasse de R\$70,0 milhões da Celesc G à Celesc D na forma de contrato de mútuo. A anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3.316, de 19 de outubro de 2021, tendo sido firmado o contrato entre as partes em 1º de novembro de 2021, data em que foram repassados os recursos. O contrato prevê o acréscimo de juros ao valor principal, com base na remuneração do CDI + 2,1% ao ano, e tinha vigência de 12 meses.

Os recursos repassados tiveram a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante dos desafios para o cumprimento do contrato de concessão e de todas as exigências regulatórias para o alcançar dos indicadores de qualidade.

Notas Explicativas

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de outubro de 2022, foi aprovada a prorrogação desse contrato por mais 12 meses, visando adequar o fluxo de caixa da Celesc D às necessidades operacionais e de investimento, mitigando os riscos de não cumprimento das obrigações financeiras nos exercícios de 2022 e 2023.

Até 31 de dezembro de 2022, já foram reconhecidos R\$10,5 milhões de juros remuneratórios.

(ii) Mútuo entre Celesc D e Celesc H

Na mesma reunião do Conselho de Administração mencionada acima, em 28 de outubro de 2021, que aprovou o repasse de recursos da Celesc G à Celesc D em forma de contrato de mútuo, foi aprovado outro repasse de recursos, na mesma modalidade, da Companhia à Celesc D, no montante de R\$15,0 milhões. O contrato também foi firmado em 1º de novembro de 2021, data em que o recurso foi disponibilizado à mutuária, e, igualmente, previa juros com base na remuneração do CDI + 2,1% ao ano, vigência de 12 meses e a mesma finalidade.

A anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3.317, de 19 de outubro de 2021.

De forma antecipada, em 3 de fevereiro de 2022, A Celesc D liquidou esse contrato, com pagamento de R\$15,3 milhões. Durante a vigência do contrato foram reconhecidos R\$409,7 mil de juros remuneratórios.

33.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Receita Operacional Líquida – ROL	9.908.754	11.087.657
Receita Líquida de Vendas e Serviço de Energia Elétrica	8.300.921	9.235.204
Receita de Ativos (Passivos) Financeiros - CVA	392.960	1.121.176
Receita de Construção – CPC 47	1.199.188	710.904
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	15.685	20.373
Custos de Vendas/Serviços Prestados	(8.615.086)	(10.014.977)
Custo das Mercadorias Vendidas	(6.536.729)	(8.531.122)
Custo dos Serviços Prestados	(879.169)	(772.951)
Custo de Construção – CPC 47	(1.199.188)	(710.904)
Resultado Operacional Bruto	1.293.668	1.072.680
Despesas Operacionais	(659.476)	(542.612)
Despesas com Vendas	(211.128)	(258.425)
Despesas Gerais e Administrativas	(517.229)	(310.281)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	68.881	26.094
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	634.192	530.068
Resultado Financeiro	(94.301)	32.411
Receitas Financeiras	444.205	259.356
Despesas Financeiras	(538.506)	(226.945)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	539.891	562.479
IRPJ e CSLL	(136.792)	(177.274)
Corrente	(152.922)	(125.651)
Diferido	16.130	(51.623)
Lucro Líquido do Exercício	403.099	385.205

33.3.1. Receita Operacional

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Receita Operacional Bruta – ROB	15.777.379	16.713.725
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	7.177.394	7.501.334
Fornecimento Não Faturado (a)	(32.634)	43.830
Suprimento de Energia Elétrica (a)	395.981	486.287
Ativos e (Passivos) Financeiros – CVA	392.960	1.121.176
Disponibilização da Rede Elétrica	5.590.233	4.930.976
Energia de Curto Prazo	400.331	1.238.547
Renda de Prestação de Serviços	2.228	-
Doações e Subvenções	625.213	650.149
Receita de Construção	1.199.188	710.904
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	15.685	20.373
Outras Receitas Operacionais	10.800	10.149
Deduções da Receita Operacional Bruta	(5.868.625)	(5.626.068)
ICMS	(2.460.260)	(2.686.005)
PIS	(199.348)	(243.992)
COFINS	(918.208)	(1.123.846)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.124.333)	(1.319.313)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(43.555)	(51.895)
Programa Eficiência Energética – PEE	(43.555)	(51.895)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(8.448)	(7.942)
Outros Encargos	(70.918)	(141.180)
Receita Operacional Líquida – ROL	9.908.754	11.087.657

Notas Explicativas

Fornecimento: o decréscimo se deve principalmente redução da alíquota de ICMS imposta pela Lei Complementar nº 194/2022, redução no faturamento de Bandeiras Tarifárias de 20,3% e redução no consumo de 3,4% (cativo).

Energia de curto prazo: redução na venda de Energia Excedente (MVE) e pela diminuição no valor de PLD.

Disponibilidade de uso da rede: o acréscimo se deve pela aplicação do reajuste tarifário médio de 5,65%, a partir de 22 agosto de 2021 (ciclo 2021/2022), pela aplicação reajuste tarifário médio de 11,32%, a partir de 22 de agosto de 2022 (ciclo 2022/2023) e no aumento de consumo médio de 8,3% (consumidores livres).

Receita ativo (passivo) financeiro regulatório: o decréscimo ocorreu devido à redução dos custos com a variação dos custos não-gerenciáveis (Parcela A).

Receita de construção: Aprovado pelo CA o orçamento de capital em 2022 foi de R\$1,2 bilhões para CAPEX na Celesc D em 2022. Desse valor, R\$859,0 milhões foram utilizados pela área técnica para viabilizar obras de ampliação e melhoria do sistema e R\$71,0 milhões foram investidos pela área comercial, principalmente na instalação e modernização de equipamentos de medição (essa receita se anula no resultado com o custo de construção, contabilizado no grupo de Custo de Operação).

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	
Residencial	2.616.084	2.543.070	6.724.104	6.483.157	4.948.088
Industrial	133.658	126.818	11.041.893	11.164.190	1.668.793
Comercial	309.699	299.127	4.612.378	4.331.549	2.569.255
Rural	227.350	230.672	1.077.710	1.189.820	719.990
Poder Público	24.943	24.221	431.490	378.776	323.204
Iluminação Pública	1.090	961	586.135	614.924	276.391
Serviço Público	4.129	3.942	400.966	397.694	239.649
Reclassificação Receita Disponibilidade	-	-	-	-	(3.600.610)
Rede Elétrica Consumidores Cativos	-	-	-	-	(3.136.402)
Total do Fornecimento	3.316.953	3.228.811	24.874.676	24.560.110	7.144.760
Suprimento de Energia	54	51	2.307.573	2.326.047	395.981
Total	3.317.007	3.228.862	27.182.249	26.886.157	7.540.741
(i) Informações não revisadas					

(i) Informações não revisadas

33.3.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	31.12.2022
					Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	6.536.729	-	-	-	6.536.729
Pessoal	413.810	254.337	49.666	1.030	718.843
Despesa Atuarial	-	125.061	-	-	125.061
Entidade Previdência Privada	17.962	10.539	1.775	-	30.276
Material	32.536	9.350	-	16.250	58.136
Custo de Construção	1.199.188	-	-	-	1.199.188
Custos e Serviços de Terceiros	152.816	100.651	51.427	1.444	306.338
Depreciação e Amortização	245.614	25.389	493	-	271.496
Provisões Líquidas	-	-	74.513	141.012	215.525
Outros	16.431	(8.098)	33.254	(228.617)	(187.030)
Total	8.615.086	517.229	211.128	(68.881)	9.274.562

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	31.12.2021
					Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	8.531.122	-	-	-	8.531.122
Pessoal	370.454	194.467	62.057	22.550	649.528
Despesa Atuarial	-	(7.474)	-	-	(7.474)
Entidade Previdência Privada	15.208	8.483	2.268	-	25.959
Material	22.140	6.814	-	-	28.954
Custo de Construção	710.904	-	-	-	710.904
Custos e Serviços de Terceiros	131.903	77.097	62.586	1.339	272.925
Depreciação e Amortização	225.323	27.309	418	-	253.050
Provisões Líquidas	-	-	99.033	29	99.062
Outros	7.923	3.585	32.063	(50.012)	(6.441)
Total	10.014.977	310.281	258.425	(26.094)	10.557.589

Notas Explicativas

A ANEEL disponibilizou a Nota Técnica SFF nº 154, de 18 de agosto de 2021, que trata da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

Com a atualização do MCSE a Celesc D, de forma prospectiva, realizou adequações na contabilização de algumas contas na contabilidade societária a fim de refletir a mesma contabilização realizada na contabilidade regulatória. As adequações efetuadas nas contabilizações estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o IFRS.

No Balanço Patrimonial, o faturamento das Bandeiras Tarifárias, antes contabilizado no grupo de Taxas Regulamentares passou a ser registrado no grupo de Passivo Financeiro Setorial, ambos no Passivo Circulante.

Na Demonstração do Resultado, as adequações ocorreram na Receita Bruta e nas Deduções da Receita, por conta da contabilização do faturamento das Bandeiras Tarifárias antes registrado no grupo de Outros Encargos sendo transferida para Receita de Ativos (Passivos) Financeiros, além da adequação dentro dos grupos de Custos e Despesas Operacionais, em que os pagamentos de indenizações cíveis, trabalhistas, tributárias, ambientais e de ações em massa passaram a ser registrados diretamente na linha de Provisões Líquidas, até então registrados na linha de Outras Receitas/Despesas.

Em 2022, a Celesc D recebeu o valor de R\$11,7 milhões, sendo contabilizados R\$ 8,8 milhões como outras receitas de recuperação de despesas e R\$ 2,9 milhões de receita financeira de multas, provenientes do cumprimento das obrigações financeiras assumidas por terceiros, signatária do acordo de leniência com o Estado de Santa Catarina, o qual encontra-se em sigilo conforme determina o art. 5º do Decreto Estadual nº 1.106/17. O Poder Judiciário determinou a transferência de R\$ 7,1 milhões, sendo R\$ 5,3 milhões a serem registrados como resarcimento e R\$ 1,8 milhões como multa da Lei Anticorrupção nº 12.846/2013, diretamente para a conta bancária da Celesc D, para livre utilização pela estatal em sua missão institucional. A parcela restante do valor foi depositada em conta do Tesouro do Estado e transferida pela Secretaria de Estado da Fazenda à mesma conta da Celesc D, também para livre utilização.

33.3.3. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativo (receita) ou Passivo (despesa) Financeiro.

A maior parte da variação de encargos da dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões em fevereiro de 2022, para capital de giro.

Juros e Variações Monetárias BID - O aumento nas despesas referentes aos juros do BID está relacionado com os ingressos ocorridos em 2021 no valor de R\$ 422.125, o que fez com que nosso passivo não circulante empréstimos e financiamentos BID aumentasse, perfazendo em um aumento nas despesas de juros e variações monetárias do BID em 2022.

Encargos de dívidas: Os Encargos dos Empréstimos em moeda nacional, do BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. Em 2022, o CDI acumulado foi de 12,39% enquanto que em 2021 foi de 4,42%.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Receitas Financeiras	444.205	259.356
Renda de Aplicações Financeiras	120.473	22.322
Variações Monetárias	48.485	81.455
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	158.738	50.702
Juros e Acr. Moratórios s/ Energia Vendida	107.823	106.987
Outras Receitas Financeiras	30.303	10.517
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(21.617)	(12.627)
Despesas Financeiras	(538.506)	(226.945)
Encargos de Dívidas	(228.488)	(79.313)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	(38.202)	(56.981)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(3.995)	(4.342)
Encargos de Mutuo	(10.685)	(3.729)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(11.795)	(7.171)
Custo na Emissão de Debêntures	(1.542)	(1.224)
Variações Monetária Debêntures	(89.434)	(37.634)
Outras Variações Monetárias	(181)	(144)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(128.237)	(26.538)
Juros sobre Capital Próprio	(182.124)	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	182.124	-
Juros de Alugueis a Pagar (CPC 06)	(869)	(1.383)
Outras Despesas Financeiras	(25.078)	(8.486)
Resultado Financeiro	(94.301)	32.411

Notas Explicativas

34. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

34.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	31.12.2022	31.12.2021
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	140.062	158.629
Contas a Receber de Clientes	56.826	63.400
Estoque	15.800	18.980
Tributos a Recuperar	73	77
Adiantamento a Fornecedores	2.300	2.297
Despesas Antecipadas	1.805	1.805
Dividendos e JCP a Receber	1.043	125
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	4.656	1.054
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	40.019	36.771
Outros	17.536	34.115
	4	5
Não Circulante	815.408	765.735
Realizável à Longo Prazo	532.197	515.008
Mútuos (Nota 33.2)	81.701	71.174
Depósitos Judiciais	1.212	112
Tributos a Recuperar	768	925
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	306.791	292.578
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	139.304	132.798
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	-	15.000
Investimentos	110.956	88.423
Imobilizado	126.094	114.462
Intangível	46.161	47.842
Total do Ativo	955.470	924.364

34.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.12.2022	31.12.2021
Circulante	73.332	91.917
Fornecedores	7.316	8.864
Debêntures	2.849	35.256
Tributos a Recolher	21.239	6.507
Taxas Regulamentares	498	398
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	38.724	39.379
Outros	2.706	1.513
Não Circulante	130.374	141.024
Debêntures	39.611	57.401
Tributos Diferidos	89.214	82.592
Taxas Regulamentares	1.549	1.031
Patrimônio Líquido	751.764	691.423
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	272.975	219.448
Dividendos à Disposição da AGO	15.319	7.876
Ajuste de Avaliação Patrimonial	13.470	14.099
Total do Passivo	955.470	924.364

34.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Receita Operacional Líquida – ROL	183.022	261.763
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	183.022	261.763
Custos de Vendas	(37.709)	(47.402)
Custo de Operação	(37.709)	(47.402)
Lucro Bruto	145.313	214.361
Despesas Operacionais	(9.325)	21.796
Com Vendas	(88)	35.939
Gerais e Administrativa	(20.579)	(19.902)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(495)	(1.765)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.837	7.524
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	135.988	236.157
Resultado Financeiro	8.732	(2.093)
Receitas Financeiras	18.718	6.396
Despesas Financeiras	(9.986)	(8.489)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	144.720	234.064
IRPJ e CSLL	(30.946)	(68.256)
Corrente	(24.324)	(10.134)
Diferido	(6.622)	(58.122)
Lucro Líquido do Exercício	113.774	165.808

Notas Explicativas

34.3.1. Receita Operacional

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	205.235	283.344
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	28.830	19.027
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	698	922
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	4.848	9.758
Suprimento de Energia Elétrica	84.555	83.622
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	(3.034)	4.738
Energia Elétrica de Curto Prazo	5.525	21.685
Receita Financeira Bonificação de Outorga	57.705	64.284
Receita Financeira Usina Pery	26.108	79.308
Deduções da Receita Operacional	(22.213)	(21.581)
PIS	(3.223)	(3.184)
COFINS	(14.846)	(14.668)
Taxa Fiscalização	(826)	(1.072)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.326)	(1.276)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(1.992)	(1.381)
Receita Operacional Líquida – ROL	183.022	261.763

A Receita Operacional Bruta foi menor em 2022. Essa redução é justificada, principalmente, pela indenização do projeto básico da US Pery, via receita anual de geração (RAG), sendo registrado em 2022 o valor de R\$ 26,1 milhões (jan/22 à dez/22) e em 2021 o montante de R\$ 79,3 milhões (período de 07/2018 à 12/2021). Há ainda a redução na energia de curto prazo em virtude do valor do PLD ter sido menor em 2022.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Industrial	12	9	120.427	87.567	29.528	19.949
Comercial, Serviços e Outros	1	1	22.723	51.449	4.848	9.758
Suprimento de Energia	90	63	525.025	507.499	81.521	88.360
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	27.128	13.885	5.525	21.685
Total	103	73	695.303	660.400	121.422	139.752

(i) Informações não revisadas

34.3.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31.12.2022				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	17.430	-	-	-	17.430
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	3.260	-	-	-	3.260
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.213	-	-	-	3.213
Pessoal	2.844	15.393	508	-	18.745
Material	856	112	-	-	968
Custos e Serviços de Terceiros	6.419	3.690	343	-	10.452
Depreciação e Amortização	3.022	344	-	-	3.366
Seguros	646	220	-	-	866
Provisões Líquidas	-	-	(827)	516	(311)
Tributos	23	124	64	-	211
Alugueis	-	131	-	(8)	123
Outros	(4)	565	-	(13)	548
Total	37.709	20.579	88	495	58.871

Descrição	31.12.2021				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	17.690	-	-	-	17.690
Repactuação Risco Hidrológico GSF	28.110	-	-	-	28.110
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.742	-	-	-	2.742
Pessoal	2.570	13.009	591	214	16.384
Material	435	418	-	-	853
Custos e Serviços de Terceiros	5.715	3.315	209	-	9.239
Depreciação e Amortização	(9.904)	365	-	-	(9.539)
Seguros	213	-	-	-	213
Provisões Líquidas	-	-	(36.802)	(447)	(37.249)
Tributos	(169)	88	63	-	(18)
Alugueis	-	104	-	(3)	101
Doações	-	-	-	276	276
Outros	-	2.603	-	1.725	4.328
Total	47.402	19.902	(35.939)	1.765	33.130

Notas Explicativas

Depreciação: Em 2021, em virtude da indenização do projeto básico da Usina Pery foi realizada a reversão da depreciação (2017-2021), do seu imobilizado, no valor de R\$10,6 milhões.

Amortização: Com a repactuação do risco hidrológico em setembro de 2021, houve o reconhecimento do Ativo Intangível referente ao novo prazo de concessão das UHE's que foram repactuadas. Este Ativo Intangível é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

Reversão de provisão: Por conta da repactuação do risco hidrológico em 2021, houve a reversão da PECLD das Usinas nas quais a Celesc possuía liminar sobre a GSF no valor de R\$48,3 milhões. Em 2022, há apenas as provisões de perdas estimadas das CGHs que não foram contempladas na repactuação.

34.3.3. Resultado Financeiro

A receita financeira de R\$10,5 milhões é decorrente do reconhecimento dos juros referentes ao contrato de mútuo com a Celesc D. O aumento nas despesas financeiras dos encargos de dívidas. As atualizações são indexadas ao CDI.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Receitas Financeiras	18.718	6.396
Renda de Aplicação Financeira	9.268	5.342
Juros do Contrato de Mútuo	10.527	1.420
Multas Contratuais	-	11
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	3	-
Outras Receitas Financeiras	(1.080)	(377)
Despesas Financeiras	(9.986)	(8.489)
Juros s/ as Debêntures	(8.884)	(7.867)
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(45.557)	(26.611)
Reversão de Juros s/ Capital Próprio – JCP	45.557	26.611
Custos na Emissão de Debêntures	(923)	(558)
Atualização do P&D	(148)	(52)
Outras Despesas Financeiras	(31)	(12)
Resultado Financeiro	8.732	(2.093)

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1. Alteração na Alta Administração

O Conselho de Administração, em reunião nos dias 20 de janeiro e 16 de março de 2023, elegeu os seguintes novos membros para compor esse órgão da Companhia e de suas subsidiárias integrais, Celesc D e Celesc G:

- Glauco José Côrte (Presidente do Conselho e Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário)
- Marco Aurélio Quadros
- César Souza Júnior
- Romeu Donizete Rufino
- Sílvia Regina da Silva Marafon

Em outra reunião, no dia 9 de fevereiro de 2023, também elegeu para a Companhia e para suas subsidiárias integrais, Celesc D e Celesc G, os seguintes Diretores:

- Tarcísio Estefano Rosa (Diretor Presidente)
- Júlio César Pungan (Diretor de Finanças e Relações com Investidores)
- Cláudio Varella do Nascimento (Diretor de Distribuição)
- Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior (Diretor de Regulação e Gestão de Energia)
- Ivécio Pedro Felisbino Filho (Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios)

Na mesma reunião, do dia 9 de fevereiro de 2023, foram indicados ao Comitê de Auditoria Estatutário:

- Fabrício Santos Debortoli
- Fábio Fick

35.2. Decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva (coisa julgada) favorável ao contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos quando a Suprema Corte decidir que o tributo é devido, sendo que, a partir daquele momento, todos os contribuintes devem passar a recolher.

A Celesc não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL.

Notas Explicativas

Entretanto, a Celesc possui decisão transitada em julgado, que afastou o recolhimento do Incra no percentual de 0,2% sobre a folha salarial. O Tema 495, com repercussão geral, tratou dessa matéria, onde o STF reconheceu a constitucionalidade da contribuição de empresas urbanas e rurais ao Incra. Em virtude deste cenário, a Companhia revisou os valores relacionados à matéria e identificou o valor total de R\$1,5 milhão, sendo R\$1,49 milhão na Celesc D e R\$19 na Controladora, que serão recolhidos à Receita Federal do Brasil por meio do uso do instituto da denúncia espontânea.

Proposta de Orçamento de Capital

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso IV da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, encontra-se demonstrada, abaixo, a Proposta de Orçamento de Capital da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas subsidiárias para o ano de 2023, aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei Federal nº 6.404/76.

Programas	Celesc D	Celesc G	Celesc H	Consolidado
Ativos Elétricos	835.086	-	-	835.086
Ativos Não-Elétricos	102.564	1.621	-	104.185
Usinas Próprias	-	19.857	-	19.857
Ampliação de Usinas	-	22.622	-	22.622
Participadas	-	588	16.499	17.087
Novos Negócios	-	68.150	-	68.150
Apropriação da Mão de Obra	81.763	1.057	-	82.820
TOTAL	1.019.413	113.895	16.499	1.149.807

Origem	Celesc D	Celesc G	Celesc H	Consolidado
Recursos de Terceiros	642.151	-	-	642.151
Recursos Próprios	279.744	113.895	16.499	410.138
Participação Financeira Consumidor	97.518	-	-	97.518
TOTAL	1.019.413	113.895	16.499	1.149.807

Valores em R\$ Mil

CAPEX – Celesc Distribuição S.A.

Investimentos no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica:

Dos R\$1.019,4 milhões a serem investidos, R\$747,1 milhões serão utilizados pela área técnica para viabilizar obras de ampliação e melhoria do sistema e R\$88,0 milhões serão investidos pela área comercial, principalmente na instalação e modernização de equipamentos de medição. Cabe destacar que parte dos investimentos realizados pela Companhia possui participação e/ou contrapartida do consumidor, conforme regras regulatórias.

Investimentos em Instalações Gerais, Tecnologia da Informação e Veículos:

Serão R\$56,9 milhões em aquisição de hardware e software para a rede corporativa, R\$13,4 milhões em veículos, R\$32,3 milhões em equipamentos, ferramentas, mobiliários diversos, entre outros.

CAPEX – Celesc Geração S.A.

Do montante de R\$113,9 milhões aprovados para 2023, serão investidos R\$68,1 milhões em novos negócios e R\$42,5 milhões na ampliação e melhorias das usinas, R\$1,6 milhão em veículos, tecnologia da informação e equipamentos diversos, além de uma previsão de aporte de capital nas participadas na ordem de R\$600,0 mil.

CAPEX Controladora – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Além dos valores orçados para as subsidiárias integrais evidenciados acima, estão previstos outros R\$16,5 milhões a serem investidos pela Controladora nas participadas.

Desta forma, incluindo a apropriação de mão de obra no valor de R\$82,8 milhões, o orçamento de investimento consolidado da Companhia para 2023 totaliza R\$1.149,8 milhões.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Consoante com o posicionamento dos auditores da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PwC aprova os referidos documentos e propõe a aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 28 de março de 2023.

Glauco José Côrte
Presidente

César Souza Júnior

Fábio William Loretí

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire

José Valério Medeiros Júnior

Luiz Otávio Assis Henriques

Marco Aurélio Quadros

Paulo Guilherme de Simas Horn

Romeu Donizete Rufino

Sílvia Regina Marafon

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita (Notas 4.24 e 32.1) (controladora e consolidado)

O faturamento da energia elétrica que compõe a receita da Companhia e suas controladas é volumoso e pulverizado.

A valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e da contabilidade. Observa-se, ainda, que as transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia são processadas substancialmente por meio de rotinas automatizadas.

A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui julgamento por parte da Administração quanto à estimativa em relação à parcela da receita de fornecimento de energia entregue no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Os riscos observados referem-se ao reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou estimativas e premissas complexas e críticas para estimar essas receitas, na medida em que envolvem: (a) estimar os volumes de energia consumida pelos clientes e (b) atribuir valor para mensurar o fornecimento não faturado.

Em virtude da relevância da receita nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento e das deficiências de controles de acesso e de mudanças identificadas no sistema de faturamento, consideramos o reconhecimento da receita como um dos principais assuntos de auditoria. As principais evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas através de uma combinação de testes de controles e testes de transações. Tais testes incluíram, entre outros: (i) atualização do nosso entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita de fornecimento de energia elétrica, as classes de consumidores e as tarifas correspondentes, entre outros; (ii) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) atualização do nosso entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento

da receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; (iv) confronto dos cálculos efetuados com os preços homologados pelo Órgão Regulador; (v) recálculo dos valores não faturados e confronto das informações utilizadas referentes às quantidades de energia e tarifas com fontes extracontábeis, tais como: medições de consumo, tarifas definidas pelo órgão regulador, alíquotas de impostos vigentes, entre outras; e (vi) testes de verificação da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil.

Nossos testes revelaram deficiências significativas no desenho e na execução de controles de acesso e de mudanças no sistema utilizado para controle do faturamento. Em virtude disso, alteramos e ampliamos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao registro dessas transações e impacto das deficiências identificadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são apropriados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Benefícios pós-emprego - passivo atuarial (Notas 4.20.1 e 28) (controladora e consolidado)

A Companhia patrocina planos vitalícios de benefício pós-emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos a previdência, assistência médica e outros. Os planos classificados como "benefício definido" geram passivos relevantes, os quais são calculados com referência a premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Esses passivos podem ser total ou parcialmente compensados pelos valores justos dos ativos dos respectivos planos. Os planos de saúde, em adição, incluem fatores de idade e incrementos futuros no custo dos planos na determinação dos passivos relacionados. Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos o passivo atuarial como um dos principais assuntos de auditoria. Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: (i) atualização do entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar; (ii) teste, com base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial de 2022; (iii) avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial em comparação com a legislação e com as práticas de mercado, conforme aplicável; (iv) revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelo atuário da Companhia; e (v) procedimentos para a confirmação da existência e mensuração do valor justo dos ativos dos planos. Nossos procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ativos e Passivos Regulatórios (Ativo Financeiro e Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA) - (Notas 4.16.3, 4.18.4 e 13.1)

Os ativos e passivos regulatórios referem-se aos valores originados da diferença entre os custos originalmente previstos e aprovados anualmente pelo Órgão Regulador e aqueles que são efetivamente incorridos pelas distribuidoras ao longo do período de vigência da tarifa no período subsequente. Essa diferença constitui um direito a realizar, nos casos em que os custos efetivamente incorridos são superiores aos previstos, ou uma obrigação, quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em decorrência da relevância dos montantes envolvidos, da sistemática de apuração dos valores - que envolve considerações quanto à elegibilidade de determinados itens (apropriações) - assim como do processo de amortização que se dá pelo recebimento/devolução de valores em bases estimadas, em distintos períodos tarifários, por meio de tarifas aos clientes. Os principais procedimentos de auditoria que foram realizados, em bases amostrais, para a obtenção de evidência de auditoria foram os seguintes: (i) recálculo dos ativos e passivos financeiros; (ii) conferência dos valores com as respectivas resoluções, despachos e notas técnicas; (iii) revisão da conciliação efetuada pela Companhia entre os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais registrados contabilmente com aqueles homologados anualmente pelo Órgão Regulador para compor a tarifa da concessionária; e (iv) inspeção de selecionados documentos que compõe os custos incorridos com os valores de cobertura.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os valores contabilizados de apropriações e amortizações são adequadamente suportados e fundamentam os registros e as divulgações efetuadas em notas explicativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 4.13 e 16.3)

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos da Companhia incluíam ativos imobilizados no montante de R\$ 126.094 mil, cujo valor recuperável deve ser avaliado sempre que existam indicadores de perda. A avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados é suportada por análises de indicadores e estimativas de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios, orçamentos e projeções preparados pela Companhia e aprovados por órgãos de governança.

Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e pelo impacto que eventuais alterações das premissas

no período de projeção, poderia gerar nos valores recuperáveis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização do entendimento sobre alocação dos ativos imobilizados às unidades geradoras de caixa (UGC); (ii) envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para apoiar na análise das premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto, projeções das receitas, custos e despesas no período de projeção para determinação dos fluxos de caixa descontados; (iii) avaliação da consistência dos cálculos, comparando-os com o desempenho efetivo e com previsões anteriores; e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 29 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos trabalhos e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando ainda o conteúdo do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independente - PwC, opina, que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis/SC, 24 de março de 2023.

Alcides Alves de Andrade Neto
Presidente

Fábio Wagner Pinto

Natan Marcondes Monteiro Osório

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Renan Silva Sobral

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE Exercício Social 2022

Aos Conselheiros de Administração da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., da Celesc Distribuição S.A. e da Celesc Geração S.A.

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC (“Companhia”) e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A., regido pela Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021, além da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Decreto Estadual/SC nº 1484 de 7 de fevereiro de 2018 e o Regimento Interno do CAE da Companhia (“Regimento”).

A Lei nº 13.303/2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras.

O CAE esteve composto até 21 de agosto de 2022 pelo Conselheiro de Administração Sr. Amir Antônio Martins de Oliveira Júnior (Coordenador do Comitê), e pelos Srs. Thiago Sá Fortes Regis, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Antônio Carlos Siegner Laporta, Octávio René Lebarbenchon Neto. Posteriormente, em 22 de agosto de 2022 o Conselho de Administração da companhia aprovou por unanimidade a indicação da Sra. Michele Silva Wangham – Membro do Conselho de Administração – (Coordenadora do Comitê) e dos Srs. Flávio Lopes Perfeito, Nivaldo João dos Santos, Manoel José da Cunha Júnior e Carla Renata Baptista para o mandato 2022-2024.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016 e no artigo 31-C, §2º da Resolução CVM nº 23/2021.

2. Resumo das atividades em 2022

No período de janeiro a dezembro de 2022, o CAE da Celesc realizou 12 (doze) reuniões ordinárias e 1(uma) reunião extraordinária, envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores e Gerentes Executivos da Companhia, Auditores Internos e Auditores Independentes, conforme extratos das atas do CAE disponíveis no portal de Relações com Investidores da Celesc e atas completas disponíveis na Companhia.

Neste período foram examinadas e aprovadas as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina, Celesc Distribuição, Celesc Geração e Consolidado referentes ao exercício findo em 31/12/2021, bem como, aprovadas e encaminhadas ao Conselho de Administração, as Informações Trimestrais – ITRs da Companhia e suas subsidiárias do 1º (Primeiro), 2º (Segundo) e 3º (Terceiro) Trimestres de 2022. Na reunião de fevereiro de 2022, o CAE também apreciou a Proposta de Distribuição de Dividendos do exercício de 2021.

Em março de 2022 o Comitê deliberou pela aprovação de integralização de Reserva de Lucro para Aumento de Capital autorizado na Celesc Distribuição.

Durante as reuniões do ano de 2022, foram apresentados os resultados gerenciais da companhia e de suas subsidiárias, demonstrando por meio de indicadores suas projeções e suas realizações acumuladas mensalmente.

O CAE acompanhou, por meio da Auditoria Interna, a execução dos planos de ação elaborados para mitigar as deficiências de controles internos, referentes ao Relatório de Controles Internos da Auditoria Independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. - PwC Brasil, referente aos exercícios de 2020 e 2021.

Acompanhou também as avaliações realizadas pela Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance nos controles internos que impactam as demonstrações financeiras, conhecendo os testes de efetividade realizados nos riscos de reporte financeiro, com a apresentação do Risco de Inadimplência, Revisão do Risco Atuarial, Risco de Contratação de Energia da Distribuidora, Risco de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Risco de Resguardo de Ativos, Risco de Regulação do Setor Elétrico, Risco de Investimentos e Revisão simplificada dos riscos mais críticos, bem como, por meio do status dos Planos de Ação para mitigar os Riscos Corporativos.

Quanto à atualização da Árvore de Riscos e do Mapa de Riscos Corporativos 2022 da Celesc o CAE também acompanhou, encaminhou suas recomendações e por fim aprovou sua versão final.

Em janeiro de 2022, o CAE discutiu e aprovou as atualizações necessárias na Instrução Normativa acerca do Canal de Denúncias.

Recebeu ainda Reporte do Programa de Compliance e Integridade, assim como, do Programa de Proteção de Dados previsto na Lei Geral de Proteção de Dados LGPD.

O Comitê acompanhou, mensalmente os trabalhos realizados pela auditoria interna da Celesc na execução do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2022, foram ainda apresentados ao longo de 2022: o Relatório de Auditoria Ordinária nos Processos: Elaboração das Demonstrações Financeiras (IFRS), Contas a Pagar – Pagamentos, Compra e Venda de Energia no ambiente

Regulado, Segurança da Informação, Plano de Investimentos Previdenciários CELOS, Inadimplência, Aquisições – Licitações. Também foi apresentada a implementação da primeira Auditoria Ordinária contínua robotizada através do Audit Command Language (ACL) no processo Folha de Pagamentos – Rubricas Horas Extras, Periculosidade e Sobreaviso.

Nos programas de Follow-Up foram apresentados ao CAE o acompanhamento dos planos de ação das recomendações da Auditoria Interna nos procedimentos concernentes à celebração de convênio/protocolo de intenções com o Governo do Estado de Santa Catarina, para realização de projetos relacionados à política energética do Estado de Santa Catarina mediante a utilização do crédito presumido de ICMS pela Celesc Distribuição S.A e dos Planos de Ação propostos às recomendações dos Relatórios de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no Programa BID.

Foi também apresentado o Relatório Final de Auditoria Especial no processo de Fiscalização e pagamento do Adicional de Combate a Perdas Não Técnicas.

Dentro de suas atribuições, aprovou as revisões do Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI 2022 e a elaboração do PAAI 2023, o qual visa definir e aprovar os processos que serão auditados no exercício de 2023. De forma geral, por meio de um enfoque orientado a riscos e alinhado com a estratégia da Companhia, o PAAI 2023 visa contribuir para: agregar valor aos negócios da companhia, melhorar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos e redução de problemas.

Em reunião extraordinária realizada em 27 de outubro de 2022, O CAE esteve reunido para apreciar pauta referente à demanda encaminhada pelo Conselho de Administração no dia 05 de outubro de 2022, conforme ata de reunião, no tocante ao vazamento de assuntos daquele Conselho, na qual os membros do CAE deliberaram pela criação de Comissão Interna, a fim de proceder com a apuração dos fatos, visando instruir sua materialidade e autoria. Na Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2022, o Coordenador da Comissão, Sr. Flávio Lopes Perfeito – Membro do CAE - apresentou os trabalhos realizados pela Comissão a fim de apurar o evento ocorrido. Na oportunidade, foram apresentados as análises realizadas, as constatações e esclarecimentos, bem como as considerações e recomendações. Por fim o Comitê acolheu por unanimidade às recomendações da Comissão, a fim de que as áreas citadas adotem as medidas sugeridas constantes no relatório final.

Outros assuntos foram pauta das reuniões ordinárias do CAE como: Contratação de Serviço de Consultoria para Implantação de um Processo de Segurança Comportamental na Celesc, Plano de Negócio em Comercialização de Energia, Elaboração de Valuation e Análise Jurídica Participadas, Evoluções na Gestão do Departamento Jurídico e alteração das regras de lançamentos para perdas contábeis de faturas de energia elétrica as quais podem ser conhecidas detalhadamente nas atas do CAE, disponíveis no portal de Relações com Investidores da Celesc e atas completas disponíveis na Companhia.

3. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da CELESC (“Companhia”) e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tomando em conta as informações prestadas pela administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, somos de opinião que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022, com respectivas notas explicativas, devidamente auditadas, estando portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres dos Comitês não são vinculantes, cabendo aos acionistas e ao Conselho de Administração, conforme o caso, a tomada de decisões.

Florianópolis, 27 de março de 2023.

Glauco José Côrte
Coordenador

Carla Renata Baptista

Fábio Fick

Fabrício Santos Debortoli

Manoel José da Cunha Júnior

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina SA – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Ivécio Pedro Felisbino Filho
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Marcos Penna
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina SA – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Ivécio Pedro Felisbino Filho
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Marcos Penna
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0